



**Universidade Federal do Rio de Janeiro**  
**Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza**  
**Instituto de Geociências**  
**Departamento de Geografia**  
**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

# **A Geografia do Comércio Atacadista Carioca (1855-1900)**

**Vitor de Araujo Alves**

**Orientador: Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa**

*Agosto de 2011*

# A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO ATACADISTA CARIOCA (1855-1900)

**VITOR DE ARAUJO ALVES**

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários a obtenção do grau de Mestre em Ciências.

*Aprovada por:*

---

Prof. Dr. Roberto Lobato Corrêa– Orientador

---

Prof. Dr. Willian Ribeiro da Silva (PPGG-UFRJ)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Fania Fridman (IPPUR-UFRJ)

*Agosto de 2011*

## Ficha Catalográfica

Alves, Vitor de Araujo, 1984 –

A Geografia do Comércio Atacadista Carioca (1855-1900). Rio de Janeiro: UFRJ / PPGG, 2011.

200 páginas; Anexos em 3 partes; 71 tabelas; 25 mapas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

1. Comércio atacadista    2. Século XIX  
3. Cidade do Rio de Janeiro

## AGRADECIMENTOS

À minha família, agradeço o amor e o esforço fundamentais a este importante passo, possibilitado em especial por minha avó, Maria Justina, meu pai Ezequias e a minha mãe, Célia. Agradeço também aos meus queridos irmãos Henrique e Thais.

À Débora Rocha Azevedo dos Santos, pelo amor e paciência, e por ter tornado mais prazeroso este trabalho que em tantas horas nos separou.

Ao professor Mauricio Abreu, que infelizmente não pôde ver concluída esta pesquisa, mas que sempre demonstrou confiança em sua realização. Agradeço-o eternamente por ter sido o grande responsável pela minha continuidade no curso de Geografia, o melhor dos professores e um estimulante orientador. Que sua dedicação possa ser exemplo sempre firme em nossa memória.

Ao professor Roberto Lobato Corrêa, pela ajuda incondicional desde a graduação. Sua influência acadêmica me é fundamental e o contato com seu espírito jovem e prestativo, uma importante lição.

Aos outros professores do departamento que, a despeito dos problemas enfrentados, seguem – como Mauricio e Lobato – elevando o nome da Geografia e do nosso departamento. Em especial, agradeço à professora Maria Célia Nunes Coelho. Agradeço ainda aos professores Carlos Gabriel Guimarães, Fania Fridman e William Ribeiro, pela contribuição que deram à pesquisa e à Rosalina Costa pela compreensão da importância deste trabalho.

Por último, agradeço a todos os amigos que ganhei na Universidade desde os tempos de graduação. Felizmente eles são muitos e não caberiam aqui. Pelo diálogo de sempre, agradeço a Rafael da Costa e Marianna Moreira e pelos estímulos, aos colegas do Núcleo de Pesquisas em Geografia Histórica, dos mais antigos aos mais novos. Sob risco de esquecer algum, cito: Leonardo Oliveira, Deborah Fontenelle, Marcelo Werner, Tamer Cantelli, Marcus Vinícius Gomes, Bruno Rossato, Alexandre Chaves, Carlos Saldanha, Rafael Lessa, Patrícia Silveira, Renato Coimbra e Gustavo Vilella. Também agradeço aos amigos de fora da Universidade, em especial a Thiago Carneiro e Daniel Lopes.

Por fim, agradeço ao CNPQ/PIBIC pelo apoio financeiro ao longo de dois anos.

*Dedicada com carinho ao mestre Mauricio de Almeida Abreu, na expectativa que esteja à altura de sua orientação ao longo de quase cinco anos.*

## RESUMO

Este trabalho aborda o comércio atacadista no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX através de uma visão geográfica. A análise de padrões espaciais, em diálogo com os dados da história econômica, contribui para o estudo do espaço urbano e da função comercial carioca em um momento de fortalecimento do capitalismo. O papel do setor atacadista no desenrolar da separação dos usos do solo, na forma de processos espaciais como a coesão e centralização, é analisado em dois recortes temporais: 1855 e 1900. Apenas a atividade de exportação do café, pela importância que assumiu no Brasil oitocentista, é vista a partir de mais dois recortes intermediários e tratada como um caso à parte.

A principal fonte de dados é o Almanak Laemmert, que possibilita a disponibilização de um grande número de tabelas e mapas, uma contribuição à cartografia histórica carioca. O comércio por atacado, ainda pouco estudado pela geografia comercial (e pela geografia histórica carioca) é visto nos âmbitos empírico e teórico. Para este último, utilizamos a noção proposta pelo geógrafo James Vance Jr., que na década de 1970 ressaltava a dupla função destes comerciantes: a de armazenagem de mercadorias (mais conhecida) e a de intermediação comercial entre produtores e consumidores. Em muitos casos, esta função evoluiu para um caráter financeiro, como no caso dos comissários de café. Além da revisão teórica sobre o comércio atacadista, oferecemos ainda uma breve discussão sobre a evolução do campo da geografia histórica, pouco tratada na geografia brasileira.

## ABSTRACT

This essay examines wholesale trade in Rio de Janeiro in the second half of the 19th century through a geographical perspective. The analysis of space patterns, in dialogue with economical history, contributes to the study of urban space and trade function in Rio, during a time of intense capitalist development. The role of the wholesaling sector in the course of the separation and selection of urban uses (that includes space processes such as cohesion and centralization) is analyzed using two cross sections diachronically linked: 1855 and 1900. However, in the particular case of coffee exportation (and due to its importance in Brazil during the 1800's), two other intermediary cross sections will be used.

The large number of data made available in the Almanak Laemmert (our main source) enabled the preparation of a number of tables and maps which constitutes our contribution to Rio's historical cartography. The wholesale trade – which is still fairly neglected by the geography of trade (and also by Rio's historical geography) – is studied using empirical and theoretical approaches. The work of James Vance Jr. in the 1970's provided a theoretical understanding of trade activity, especially because of his emphasis on the dual function of the traders: storage (more documented in the literature) and the intermediation between producers and consumers. In many cases, this function developed financial attributes, as in the case of the coffee's commissioners. In addition to the theoretical review of wholesaling trade, we also offer a brief discussion on the evolution of historical geography, an area still poorly addressed in Brazilian geography.

## **SUMÁRIO**

<b>Introdução</b> .....	14
Problemática, objetivo, justificativas, questionamentos e apresentação	

### **PARTE 1: A BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA**

<b>Capítulo 1 – A geografia histórica como campo de pesquisas</b> .....	20
1.1 - A diversidade de definições para a geografia histórica .....	21
1.2 - A geografia histórica entre a geografia e a história .....,.....	25
1.3 - Uma geografia histórica do comércio atacadista carioca (1855-1900) .....	32
<b>Capítulo 2 – O estudo do comércio atacadista</b> .....	39
2.1 - A negligência com o comércio atacadista .....	39
2.2 - O comércio atacadista na geografia urbana .....	43
2.3 - A natureza do comércio atacadista .....	47
<b>Capítulo 3 – Os procedimentos metodológicos</b> .....	55
3.1 - A base documental .....	55
3.2 - A operacionalização dos mapas.....	57

**PARTE 2: A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ATACADISTA CARIOCA**  
**NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

<b>Capítulo 4 – O suporte histórico .....</b>	<b>61</b>
4.1 – Breve contextualização.....	61
4.2 - Diálogo com a história econômica .....	65
<b>Capítulo 5 – A geografia do comércio atacadista carioca (1855-1900) .....</b>	<b>79</b>
<b>5.1 – As tendências gerais .....</b>	<b>80</b>
5.1.1 - Padrões espaciais predominantes .....	80
5.1.2 - Diálogo com a geografia urbana .....	87
<b>5.2 - A dupla função do comércio por atacado .....</b>	<b>91</b>
5.2.1 - Os agentes comerciais e as atividades de exportação e importação .....	91
5.2.2 - Os armazéns e o comércio “em grosso” .....	99
.2. 3. A exportação do café: um caso à parte .....	110
<b>Capítulo 6: Considerações finais .....</b>	<b>125</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>129</b>
<b>ANEXOS</b>	
Parte 1 .....	135
Parte 2 .....	142
Parte 3 .....	175

## **ANEXOS**

### **Parte 1: Lista de tabelas com os principais gêneros de exportação e importação na segunda metade do século XIX**

Tabela 1: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro em 1855

Tabela 2: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro em 1885

Tabela 3: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro em 1900

Tabela 4: Principais produtos (em valor) importados pelo Brasil em 1855

Tabela 5: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos 1902

Tabela 6: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1903/1904

Tabela 7: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1908/1909

Tabela 8: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1910/1911

Tabela 9: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1908/1909

Tabela 10: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1910/1911

### **Parte 2: Lista de tabelas do comércio atacadista carioca na segunda metade do século XIX**

#### **Ano de 1855**

Tabela 1: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)

Tabela 2: Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)

Tabela 3: Consignatários de Açúcar de Campos (1855)

Tabela 4: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)

Tabela 5: Intermediários e Gêneros não-especificados (1855)

Tabela 6: Escritórios de Agências Comerciais e Comissões (1855)

Tabela 7: Corretores de Navios, Mercadorias e Fundos (1855)

Tabela 8: Armazéns de Gêneros Norte-americanos (1855)

Tabela 9: Trapiches Alfandegados (1855)

Tabela 10: Armazéns de Arroz (1855)

Tabela 11: Armazéns de Açúcar (1855)

Tabela 12: Armazéns e Negociantes de Farinha de Trigo (1855)

Tabela 13: Armazéns de Sal (1855)

Tabela 14: Armazéns de Azeite de todas as qualidades (1855)

Tabela 15: Armazéns de Tapioca, Goma e Araruta (1855)

Tabela 16: Armazéns de Conservas Alimentares (1855)

Tabela 17: Armazéns de Vinhos e Molhados (1855)

Tabela 18: Armazéns de gêneros Secos e Molhados, por atacado (1855)

Tabela 19: Armazéns de Panos de algodão e mantas de Minas (1855)

Tabela 20: Armazéns de Fazendas Secas de Importação (1855)

Tabela 21: Armazéns de Fumo em rolo e em rama (1855)

Tabela 22: Armazéns de Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos (1855)

Tabela 23: Armazéns de Móveis (1855)

Tabela 24: Armazéns de Carvão de Pedra (1855)

Tabela 25: Armazéns de Ferro, Aço, Cobre, Chumbo e mais Gêneros deste negócio (1855)

Tabela 26: Armazéns de Madeiras de Construção civil, naval e outros utensílios para navios (1855)

## **Ano de 1900**

Tabela 27: Armazéns de Materiais para obra (1855)

Tabela 28: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)

Tabela 29: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)

Tabela 30: Intermediários não-especificados de Gêneros de Importação e Exportação (1900)

Tabela 31: Intermediários e Gêneros não-especificados (1900)

Tabela 32: Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)

Tabela 33: Agentes Comerciais (1900)

Tabela 34: Corretores (1900)

Tabela 35: Representantes Comerciais de casas e Fábricas Estrangeiras (1900)

Tabela 36: Trapiches Alfandegados (1900)

Tabela 37: Depósitos de Açúcar (1900)

Tabela 38: Depósitos e Negociantes de Farinha de trigo (1900)

Tabela 39: Depósitos de Sal (1900)

Tabela 40: Armazéns de Carne Seca (1900)

Tabela 41: Armazéns e Negociantes de Molhados por atacado (1900)

Tabela 42: Depósitos e Negociantes de Mantimentos (1900)

Tabela 43: Fazendas por atacado (1900)

Tabela 44: Fumo em folha, rama, picado e desfiado (1900)

Tabela 45: Depósitos e Negociantes de Aguardente (1900)

Tabela 46: Depósitos e Negociantes de Couros (1900)

Tabela 47: Sabão, Sabonetes, Azeite e Óleos (1900)

Tabela 48: Armazéns de Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos (1900)

Tabela 49: Armazéns e Depósitos de Móveis (1900)

Tabela 50: Fábricas e Depósitos de Carvão Animal, Vegetal e de Pedra (1900)

Tabela 51: Fabricantes, depósitos e armazéns de Ferro, Aço, Cobre, Zinco, Estanho, Chumbo e outros Metais (1900)

Tabela 52: Armazéns e Negociantes de Materiais de Construção (1900)

Tabela 53: Depósitos e Negociantes de Máquinas e Instrumentos para a Indústria (1900)

### **Café (1855 a 1900)**

Tabela 54: Comissários e Consignatários de café (1855)

Tabela 55: Armazéns de Ensaque de café (1855)

Tabela 56: Comissários e Consignatários de café (1870)

Tabela 57: Armazéns de Ensaque de café (1870)

Tabela 58: Comissários e Consignatários de café (1885)

Tabela 59: Armazéns de Ensaque de café (1885)

Tabela 60: Comissários e Consignatários de café (1900)

Tabela 61: Armazéns de Ensaque de café (1900)

### Parte 3: Lista de Mapas

- Mapa 1: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)
- Mapa 2: Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)
- Mapa 3: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)
- Mapa 4: Escritórios de Agências Comerciais, Corretores, Armazéns de Gêneros norte- americanos e Trapiches Alfandegados (1855)
- Mapa 5: Armazéns de Açúcar, Farinha de Trigo, Sal, Arroz e Azeite (1855)
- Mapa 6: Armazéns de Tapioca, Goma e Araruta, de Conservas Alimentares e de Fumo (1855)
- Mapa 7: Armazéns de Vinhos e Molhados e de Gêneros Secos e Molhados por atacado (1855)
- Mapa 8: Armazéns de Panos de algodão e mantas de Minas e de Fazendas Secas de Importação (1855)
- Mapa 9: Armazéns de Drogas, Medicamentos, Produtos Químicos e Farmacêuticos e de Móveis (1855)
- Mapa 10: Armazéns de Carvão, de Ferro, Aço e outros metais, de Madeiras e Materiais para construção (1855)
- Mapa 11: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)
- Mapa 12: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)
- Mapa 13: Intermediários não-especificados de Gêneros de Importação e Exportação (1900)
- Mapa 14: Agentes Comerciais, Corretores, Representantes de Casas Estrangeiras e Trapiches Alfandegados (1900)
- Mapa 15: Depósitos de Açúcar, Farinha de trigo, Sal e Carne Seca (1900)
- Mapa 16: Armazéns e Negociantes de Molhados e Mantimentos (1900)
- Mapa 17: Fazendas por atacado (1900)
- Mapa 18: Armazéns de Sabão, Azeite e Óleos, de Aguardente, de Fumo e de Couros (1900)
- Mapa 19: Armazéns de Drogas, Medicamentos, Produtos Químicos e Farmacêuticos e de Móveis (1900)
- Mapa 20: Depósitos de Carvão, de Ferro, Aço e outros Metais e de Materiais de Construção (1900)
- Mapa 21: Depósitos e Negociantes de Máquinas e Instrumentos para a Indústria (1900)
- Mapa 22: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1855)
- Mapa 23: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1870)
- Mapa 24: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1885)
- Mapa 25: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1900)

## INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX tem profunda relevância para os que se interessam pela evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro. É ao longo destas décadas que começa a se desenrolar o processo de separação entre os usos do solo, eixo norteador da presente dissertação. Em sentido amplo, o estudo sobre esse processo considera as funções residencial, manufatureira/industrial e comercial. **Este trabalho, todavia, está restrito a esta última e tem como objetivo analisar os padrões espaciais de um setor específico: o comércio atacadista.** Isso não significa alijar da análise as outras funções urbanas e o outro ramo do setor comercial (varejista); sabidamente, há a necessidade de se buscar um referencial empírico que contemple, isoladamente ou em conjunto, as tendências de outras atividades urbanas.

A mistura quase total nos usos do solo da cidade do Rio de Janeiro, típica do espaço urbano carioca no período colonial, deve ser relativizada quando pensamos a segunda metade do século XIX – conforme têm mostrado as pesquisas no campo da geografia histórica carioca. Em uma cidade que conhece um franco crescimento físico e demográfico e um processo de modernização condizente com seu *status* de capital, a lógica capitalista ganha intensidade e o espaço urbano, em seu caráter de reflexo social, passa a apresentar tendências mais visíveis de fragmentação. Já aparecem, por exemplo, áreas com maior nível de especialização funcional, em contraste com aquele aglomerado urbano que, espremido entre os morros do Castelo, Santo Antônio, São Bento e Conceição, concentrava ainda desorganizadamente as diversas funções urbanas.

**► Mas qual foi o papel que o setor atacadista desempenhou ao longo do processo de separação dos usos do solo no Rio de Janeiro oitocentista?**

Para respondermos a essa questão é necessário mergulhar em fontes teóricas e empíricas, mesclando os conhecimentos da geografia urbana e da história econômica a um espesso levantamento de dados primários. Partiremos também de algumas premissas. Primeiramente, a de que não podemos estudar o comércio por atacado sem antes entender sua natureza; em segundo lugar, a da indissociabilidade entre as dimensões quantitativa e espacial; por último, a de que os atacadistas, mais do que meros comerciantes de produtos “em grosso” (com seus grandes depósitos e armazéns)

cumprem também o papel da intermediação comercial. A importância dos intermediadores (comissários, corretores, representantes de firmas de exportação e importação etc) não deve ser subestimada, principalmente num mundo onde ainda predominam a dificuldade e a lentidão nas comunicações. Trata-se de uma indispensável função de articulação entre as escalas espaciais da produção e do consumo. É partir deles, por exemplo, que a cidade do Rio de Janeiro se conecta à região cafeeira fluminense e escoar a produção direcionada aos mercados estrangeiros; do mesmo modo, máquinas têxteis e produtos manufaturados produzidos no exterior podem entrar na capital do país para, em parte, serem distribuídas a outros portos brasileiros.

As duas funções do atacadismo permeiam todo o trabalho e serão vistas isoladamente, mas também nas relações que mantêm entre si. Ao considerá-las, percebemos que a estrutura interna das cadeias comerciais é mais ampla e complexa do que normalmente se supõe. Articulando agentes de intermédio a serviços de transporte, armazenamento e beneficiamento de mercadorias, o atacadismo passa a ser visto como um setor: é apenas assim conseguimos inserí-lo no processo de separação dos usos do solo e dialogar com processos espaciais caros à cidade capitalista, como a centralização e a coesão de atividades terciárias.

A tentativa de reconstruir (mesmo que em parte) as articulações espaciais que possibilitam o comércio por atacado em nível intra-urbano nos levou, assim, a uma sub-questão:

**► Que diferenças e similaridades, em termos de agentes sociais e localização, existem no interior das diversas cadeias comerciais do setor atacadista carioca?**

As permanências e mudanças do setor atacadista terão como referência a análise de dois recortes temporais sincrônicos (1855 e 1900) ligados diacronicamente. Já a divisão do setor atacadista é feita a partir de quatro classes. A primeira é a dos intermediadores; a segunda, terceira e quarta dizem respeito ao comércio “em grosso”, representado pelos armazéns e depósitos. A Classe II traz os “Gêneros Alimentícios e afins”, a Classe III os “Gêneros Manufaturados” e a Classe IV os “Gêneros voltados à Construção e à Produção Industrial”.

A cadeia comercial de exportação do café, por tudo o que representa, será vista como um caso à parte e terá mais dois recortes temporais intermediários (1870 e 1885). Assim como nos casos anteriores, também respeitaremos a dupla função atacadista como critério de divisão para os comerciantes de café. O que a análise espacial da exportação deste gênero vem a demonstrar, mais do que qualquer outra, é o fortalecimento da lógica capitalista no Rio de Janeiro – largamente apoiada na função comercial. Ainda sim, e pensando no atacadismo mais amplamente, tivemos que nos impor a pergunta:

► **Já existe uma divisão territorial do trabalho que permita a identificação de especializações funcionais significativas no nível de análise intra-urbano?**

Esta dissertação se justifica, primeiramente, por lançar um olhar mais cuidadoso sobre a atividade atacadista, se constituindo em uma contribuição à geografia comercial. Poucos têm pensado o comércio por atacado e pode-se mesmo dizer que, de uma maneira geral, há uma negligência com o tema; isto parece estranho quando admitimos que esse setor se constitui num dos pilares fundamentais do capitalismo comercial e industrial, possibilitando uma circulação de mercadorias cada vez maior em âmbito local, regional e global. Assim, a discussão segue sub-explorada em campos como a história e a economia. Na geografia, como notifica a revisão bibliográfica, a produção sobre os atacadistas não acompanha o grande número de trabalhos teóricos e empíricos que, na literatura brasileira e internacional, privilegiam o comércio varejista. Lembremos que uma das mais consagradas teorias em geografia – a das localidades centrais, de Walter Christaller (1933) – ignora a localização do comércio por atacado, um problema que derivou da ausência quase total de uma literatura geográfica específica. O passar das décadas, todavia, não foi capaz de impedir o silêncio e para Corrêa (2000) ainda há uma geografia histórica brasileira do comércio atacadista a ser feita, especialmente se considerarmos que em muitas regiões a gênese dessas atividades se fez em diversos momentos do passado distante e recente.

Aqui tento contribuir também para o estudo da evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro. Esta temática (cara, entre outros, aos geógrafos) será atravessada por outras, abordadas principalmente a partir do diálogo com os historiadores. Ao tentarmos emergir nas questões colocadas, inserimo-nos em discussões como a evolução da atividade portuária no Rio de Janeiro e o papel da cidade na economia brasileira

oitocentista, com a consolidação das funções de distribuição para o mercado interno e polarização de produtos para exportação. Os mecanismos de exportação do café no Rio de Janeiro, embora bastante estudados pelos historiadores, também careciam de uma análise geográfica propriamente dita. Por último, há de se considerar a contribuição cartográfica e de levantamento de dados, certamente uma das mais específicas realizadas para o comércio por atacado carioca no século XIX. A disponibilização de um amplo conjunto de mapas e tabelas, certamente, é capaz de subsidiar novas análises.

A dissertação está dividida em duas partes. A primeira fornece a base teórico-metodológica e é formada pelos Capítulos 1, 2 e 3. O primeiro, intitulado “A geografia histórica como campo de pesquisas” é uma rápida apresentação de nossa área de estudo e visa situar o leitor nas discussões mais básicas da geografia histórica. Seu último tópico tenta aproximar essas discussões ao nosso estudo empírico.

O Capítulo 2, chamado de “O estudo do comércio atacadista” aborda primeiramente a já citada negligência com o comércio atacadista; uma breve revisão da temática na geografia urbana e uma tentativa de estabelecer sua natureza compõe os outros itens. Esta última tem importância fundamental, já que está na base de todo o restante do trabalho.

No Capítulo 3 apresento os “Procedimentos metodológicos”, explicitando como foi realizado o trabalho junto às fontes documentais e à produção cartográfica.

A segunda parte, por sua vez, é empírica e também está dividida em três capítulos. O Capítulo 4 traz o “Suporte Histórico”, subsídio às análises posteriores. Além de uma breve contextualização sobre o Rio de Janeiro oitocentista, estabeleço um diálogo com a história econômica com dois intuitos básicos: o de apresentar as principais tendências econômicas ao longo da segunda metade do século XIX (em relação à evolução dos valores e dos principais produtos de importação e exportação) e o de discutir as quatro classes do comércio atacadista em sua dimensão quantitativa.

O capítulo 5 trata da evolução espacial do comércio atacadista entre 1855 e 1900. Inicialmente, são apresentadas as tendências mais gerais, com os padrões espaciais predominantes, além de um diálogo mais estrito com a geografia urbana neo-positivista.

A tentativa é relacionar o que foi percebido no estudo empírico com a base conceitual da geografia urbana, principalmente a de origem norte-americana.

Depois, abordamos os padrões espaciais dos agentes comerciais, atentando à sua importância para as atividades de importação e exportação de mercadorias. Os comerciantes de mercadorias “em grosso” e a atividade de exportação do café encerram o capítulo.

Por último, apresento as considerações finais, um fechamento que tem três objetivos. O primeiro é compilar, de forma mais resumida possível, o que pôde ser apreendido a partir da análise dos padrões espaciais e dos diálogos com a história econômica e geografia urbana. O segundo é realizar uma auto-avaliação, indicando as limitações e alguns dos problemas da pesquisa. O último é indicar possíveis encaminhamentos para outros trabalhos que, por ventura, venham a seguir nesta temática.

## **PARTE 1: A BASE TEÓRICO-METODOÓGICA**

## CAPÍTULO 1

### **A GEOGRAFIA HISTÓRICA COMO CAMPO DE PESQUISAS**

Este trabalho ancora-se às concepções teórico-metodológicas da geografia histórica, um campo de pesquisas que, embora já bastante consolidado, ainda é muito pouco explorado na disciplina geográfica. No Brasil, salvo notáveis exceções, isto é ainda mais flagrante, sendo bastante reduzido o número de pesquisadores especializados. Como consequência, nossos *geógrafos historiadores*<sup>1</sup> ainda têm que recorrer à literatura estrangeira quando procuram referenciais que os ajudem a pensar em questões consideradas seminais, como a interface entre a geografia e a história e a evolução do pensamento em um campo que, com frequência, tem sua legitimidade questionada. A brevíssima discussão que me proponho a fazer tem o intuito de aproximar o leitor destes e de outros pontos que considero básicos para o entendimento da perspectiva de geografia histórica com a qual, dentre tantas, resolvi trabalhar. Isso inclui a visita a autores que – na condição ou não de geógrafos historiadores – contribuíram para nosso campo através de críticas ou reivindicações.

Sabidamente esta tentativa não pretende estabelecer uma natureza definitiva da geografia histórica e servirá mais para evidenciar as notáveis discrepâncias que existem quando se questiona: ao que de fato devem se dedicar os geógrafos historiadores? Alimentadas por uma antiga polêmica, os questionamentos surgem de várias direções: há os que entendem que a geografia deve se restringir ao estudo do presente e aqueles que, posta a dificuldade de diferenciar o presente do passado, afirmam que toda geografia é uma geografia histórica; alguns vêem a geografia histórica como uma disciplina autônoma frente à geografia e à história e outros se questionam se ela não seria, na verdade, uma história geográfica. Há mesmo quem ache que nada diferencia a geografia histórica de outros campos da geografia, já que todos também recorrem ao passado para construir seus sistemas de análise e explicação. Tentarei tornar mais claras estas discussões, começando a exploração a partir do termo *geografia histórica*.

---

<sup>1</sup> Utilizarei o termo *geógrafos historiadores* ao invés de *geógrafos históricos*, evitando a confusão entre os pesquisadores deste campo e outros geógrafos que possam ter exercido algum tipo de pioneirismo nos primórdios da Geografia.

## 1.1 - A diversidade de definições para a geografia histórica

Esse primeiro subitem reúne algumas definições para a geografia histórica, cuja especificidade tem sido pouco tratada<sup>2</sup>. O grande número de possibilidades para definirmos o termo geografia histórica não chega a nos surpreender. Primeiramente, isto é comum e saudável no âmbito acadêmico; em segundo lugar, pelo fato da geografia histórica, como outros campos, não ter uma tradição monolítica a ser resgatada, sendo melhor vista como uma formação discursiva dinâmica que precisa de novos interesses e direções para continuar a florescer (Baker, 2003:2). Resgatemos uma pequena parte desta evolução.

Edmund Willian Gilbert, ainda nos anos 30, identificava ao menos cinco possibilidades de definição para o termo geografia histórica. A geografia histórica mais apropriada, todavia, teria apenas um objetivo: reconstruir a geografia regional do passado (Gilbert,1932:12). Essa noção da geografia histórica como a descrição da geografia de uma área em um tempo passado é também a do geógrafo alemão Alfred Hettner, para quem a geografia histórica de uma região é possível de ser feita em qualquer período de sua história. Cada um destes períodos, que devem ser vistos separadamente, dão origem não a uma, mas a uma multiplicidade de geografias históricas (Hettner, 1927, citado por Darby, 1962:59).

Henry Clifford Darby, um dos maiores expoentes da geografia histórica britânica, sistematizou algumas possibilidades de uso para o termo geografia histórica. Segundo ele:

The term 'historical geography' has been used (...) in at least two senses. In one sense it has been taken to imply the reconstruction of past geographies (...) In another sense it has been regarded as the study of geographical changes through time. But these two usages do not exhaust the meanings borne by the term. It has sometimes been taken to be the record of changes in political boundaries and in the extent of administrative divisions at different times (...) We may

---

<sup>2</sup> Foge ao objetivo traçar uma historiografia deste campo de pesquisas, tarefa para uma pesquisa específica. Ainda que pouco numerosas, há referências sobre esse longo e complexo processo de desenvolvimento, como as obras de Robin Butlin (1993) e Alan Baker (2003), além da coletânea de artigos organizada por D. Brooks Green (1991).

also note in passing that term has sometimes denoted the history of geographical exploration and geographical thought, but few would use it in this sense today. There is, finally, yet another usage, and one with which the term was long identified. This is the investigation of the influence of geographical conditions upon the course of history – a line of inquiry that is thought by many to be best described as ‘geographical history’. (DARBY, 1962, in: BROOKS GREEN [Org.], 1987:74).

Neste mesmo trabalho, Darby ainda recupera outras duas importantes visões: a de J. F. Unstead, que em 1907 descreveu a geografia histórica como o recortar de seções horizontais no tempo, e a de Halford Mackinder, que entendia que a ‘verdadeira geografia histórica’ deveria passar por aquilo que os literários chamam de *historic present* ou, como traduziu Mauricio de Almeida Abreu (2000), o chamado *presente de então*<sup>3</sup>.

Já Jean Mitchell (1954:12), autora frequentemente citada nas discussões teóricas do nosso campo, assim definiu a geografia histórica:

Historical Geography is, simply stated, a geographical study of any period in the past for which a more or less ordered and dated sequence is established in human affairs (...) Emphasis is placed on the *geographical* study.

Três décadas depois desta publicação, o “mistério” da geografia histórica ainda parecia desafiar autores como Willian Norton (1984: vi), para quem a geografia histórica preocupa-se principalmente com a mudança geográfica através do tempo, o desenvolvimento da paisagem e a evolução das formas espaciais. As duas primeiras idéias, segundo o autor, representam visões tradicionais formuladas por dois importantes geógrafos, respectivamente: Andrew Clark e Carl Sauer.

No final do século XX, autores como Robin Butlin, Chris Philo e Leonard Guelke continuaram a reflexão em torno de tão espinhoso assunto; para o primeiro:

---

<sup>3</sup> Repare-se que isto se refere a um presente que existiu em outro tempo, e não ao presente atual.

Historical geography is the study of the geographies of past times, involving the imaginative reconstruction of a wide range of phenomena and processes central to our geographical understanding of the dynamism of human affairs, such as change in the evaluation and uses of human and natural resources, in the form and functions of human settlements and built environments, in the advances in the amount and forms of geographical knowledge, and in the exercising of power and control over territories and peoples (BUTLIN, 1993: ix)

Segundo Chris Philo (1996: 270):

A importância da geografia histórica é fazer com que uma sensibilidade geográfica seja introduzida no estudo de todos esses fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria “substância” da história e que atraíram a atenção dos historiadores (como também a de outros estudiosos das ciências sociais e das humanidades).

Finalmente, para Leonard Guelke (1997:225) o entendimento dos valores humanos e das relações de poder que eles implicam fornece a base para uma nova geografia histórica, que encoraja os geógrafos a verem as atividades humanas como expressões do pensamento humano. Isso nos conduziria a uma maior preocupação com os processos imateriais e a uma menor importância do sistema de objetos. Seguindo-se ou não esta orientação (e aqui não a seguiremos), este autor oferece mais uma possibilidade em uma gama de definições em geografia histórica, como busquei mostrar aqui <sup>4</sup>. Mais ainda, nos mostra que o problema de definir a geografia histórica passa pelo que pretende pesquisador pretende, algo crucial na adoção de sua concepção de *geografia* e de *história*. Tentarei enfrentar tais problemas no último subitem desta seção; por ora, evidencio o problema a partir de um pequeno exercício.

Ao tentar, de maneira direta, responder a duas questões centrais para os geógrafos historiadores, alguns de nossos pontos críticos emergem. A primeira delas é: **o que é uma geografia do passado?** De acordo com a literatura seriam válidos um grande número de respostas. Poder-se-ia argumentar que fazer uma geografia do passado é

---

<sup>4</sup> Frequentemente, a percepção sobre a geografia histórica ainda esbarra na confusão sobre termos como *geohistória* e *geografia retrospectiva*. Para o primeiro, vale a pena consultar: CASTRO (1970); e b) PIRES (2007). Já o método retrospectivo ainda será comentado adiante.

reconstruir a espacialidade de uma sociedade situada em outro tempo. Mas que aspectos devem ser considerados centrais à espacialidade? Esta resposta varia se considerarmos um geógrafo determinista ou um geógrafo regional à moda de Vidal de La Blache. Questionamentos semelhantes surgem se aceitarmos que a geografia histórica deve estudar espaços pretéritos a partir do arcabouço teórico-conceitual de hoje, produzir um discurso geográfico que auxilie no entendimento do passado ou estudar a evolução da paisagem e de padrões espaciais ao longo do tempo. De fato, pode-se dizer que há tantas noções de geografia quanto geógrafos, e nos parece que todas podem ser válidas quando estudamos o passado. Não há abordagem melhor já que é o próprio *fenômeno* que nos levará a adotar uma ou outra concepção. O estudo sobre a luta pelo controle da baía da Guanabara no século XVI deverá estar alicerçado em pilares diferentes de um outro sobre a evolução dos cursos de rios que deságuam nesta mesma baía. Ambos podem ser considerados como estudos de geografia histórica: o primeiro trabalharia com o conceito de território para analisar uma dada *seção temporal* e o segundo se apoiaria nas *mudanças* dos padrões hidrológicos. Chega-se assim à outra questão: **o que significa, para os geógrafos, o adjetivo “histórica”?**

Também aí a argumentação pode tomar diversas direções. Para muitos, este adjetivo indica que o *fenômeno* a ser estudado não se encontra no presente atual. Isso nos levaria a concordar com Clifford Darby, para quem toda geografia é geografia histórica, atual ou potencial. Outros diriam que o ‘histórico’ se funda no conceito de tempo; mas o que dizer de estudiosos que desconsideram o tempo como conceito central da história? Por fim, e com a minha discordância, há quem acredite que o adjetivo ‘histórica’ tem o mesmo valor daqueles que individualizam uma geografia ‘econômica’ ou ‘política’. Isto excluiria a possibilidade de considerar este trabalho como uma obra de geografia urbana histórica. Na verdade, um avançar mais profundo nesta seara demanda (como aponta Guelke, 1997) uma reflexão a respeito da filosofia da história. Não há aqui tempo e nem estofó para tal; o objetivo é indicar que as possibilidades em história, sequer citadas na maioria das vezes, precisam ser consideradas pelos geógrafos que a ela recorrem. O sentido que daremos à história será visto em momento oportuno.

A despeito das possibilidades de definições e das questões colocadas, a necessidade de uma reflexão envolvendo as relações entre a geografia e a história parece ser ponto comum e indispensável. É em torno desta relação que se estabeleceram boa parte dos

debates em geografia histórica; mais do que isso, a relação entre geografia/espaço e história/tempo/passado já esteve no cerne da discussão sobre o objeto destas disciplinas. Eliseè Reclus (citado por Santos, 1996:50) chegou mesmo a afirmar que a geografia é a história no espaço e a história é a geografia no tempo. Aprofundemos agora alguns pontos dessa discussão.

## **1.2- A geografia histórica entre a geografia e a história**

É antiga a discussão sobre as relações entre geografia e história, a definição de seus limites e as possibilidades de aproximação entre elas. A questão de como tratar da autonomia destes dois saberes generalizou-se entre os geógrafos e, como aponta Abreu (2000) essa angústia foi muito maior na França, onde a batalha pela institucionalização da geografia foi sobretudo uma busca de independência frente à história, que insistia que a geografia era uma de suas ciências auxiliares.

A chamada “ditadura do presente” de que fala este autor, se fortaleceu nas opiniões de geógrafos como Jean Brunhes (1912) e André Cholley (1942): o primeiro, no clássico “A geografia humana”, afirmava que o método geográfico deve privilegiar o estudo preciso do que existe hoje; o segundo, por sua vez, definiu a disciplina geográfica como a construção lógica do presente (citados por Abreu, 2000:14-15). Tais visões parecem não reservar lugar à geografia histórica e a proposta de tratar de um momento do passado que não necessariamente nos transporta ao presente atual soa a muitos, ainda hoje, bastante estranha. Entendo que a obrigatoriedade dos geógrafos em estudar o presente é um nocivo limite ao nosso campo de reflexões; igualmente, os que refletem sobre fenômenos em tempos passados, principalmente historiadores, têm empobrecido suas formulações ao abandonar a geografia, muitas vezes reduzida a um mero palco onde se desenrolam os eventos históricos.

Em plena concordância com Abreu, não há lei que impeça que a geografia trabalhe com o passado, e:

A geografia não pode se distinguir como o estudo da duração do presente (...) Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento deste real, da sociedade (...) Passado, presente e futuro são categorias eminentemente sociais, e não categorias determinadoras de qualquer outra ciência social. Todas trabalham com as três: são as conexões que buscam fazer que dão peculiaridade a cada uma. (ABREU, 2000:15)

Essa idéia está longe de ser compartilhada por pensadores de peso como Milton Santos e Richard Hartshorne, que sequer reconheciam a geografia histórica como um campo de interesse do geógrafo<sup>5</sup>. Para Santos (1978:249, grifo meu) tanto a geografia histórica como a geografia retrospectiva, entendida como um terreno de eleição dos historiadores, não foi além da apresentação de problemas, sem lhes fornecer uma solução aceitável. Já Hartshorne (1899 – 1992) via a geografia histórica como uma disciplina autônoma:

Historical geography, therefore, is not a branch of geography, comparable to economic or political geography. Neither is it the geography of history, nor the history of geography. It is rather another geography, complete in itself, with all its branches. (HARTSHORNE, 1939, in: BROOKS GREEN, 1991: 25, grifo meu)

Aprofundemo-nos em algumas de suas idéias que, embora não aceitas pelos geógrafos historiadores, tem para nós relevância – já que fundaram noções comuns a respeito da geografia histórica. Seu clássico “*The nature of geography*” de 1939, pode ser considerado um esforço em encontrar um lugar lógico para a geografia entre as ciências, definindo-lhe o objeto e o método. É neste contexto que são exploradas as relações entre geografia e história, na seção intitulada “The relation of history to geography”.

Primeiramente, Hartshorne não via nenhuma dificuldade em diferenciar a geografia da história: a primeira estaria preocupada com a corografia e investigaria as diferenças de um lugar para outro; a segunda, sendo cronológica, se preocuparia com as mudanças de um tempo a outro. Pode-se mesmo dizer que, no limite, a geografia daria conta do

---

<sup>5</sup> Milton Santos, embora não reconhecesse a geografia histórica como um interesse do geógrafo, possui interessantes visões sobre a noção de tempo nos estudos geográficos (SANTOS, 1978, 1996).

entendimento do presente e a história do passado. Valendo-se do suporte filosófico de Immanuel Kant, considerava que:

Description according to time is history, that according to space is geography. History differs from geography only in the consideration of time and area. The former is a report of phenomena that follow one another and has reference to time. The latter is a report of phenomena beside each other in space. History is narrative, geography a description (...) geography and history fill up the entire circumference of our perceptions: geography that of space, history that of time (citado por GUELKE, 1982:07)

Como notou Guelke (1982), Hartshorne considerava que o único tipo legítimo de geografia histórica era aquela feita a partir da perspectiva do recorte temporal transversal (*temporal cross-section*). Esse tipo de corte, apesar de se localizar no passado, seria geográfico, pois lida com o presente histórico de uma área ou região de maneira descritiva. O problema surge quando estas geografias são postas lado a lado, como em uma narrativa<sup>6</sup>. Hartshorne considerava que uma geografia histórica narrativa era teoricamente impossível e desconsiderava os estudos geográficos que incorporavam as mudanças ao longo do tempo. Assim:

Theoretically one might construct an unlimited number of separate historical geographies of any region, and if these could be compared in rapid succession one would have a motion picture of the geography of an area from the earliest times to the present. In practice however this is utterly impossible – hence indeed the separation of history and geography. (citado por GUELKE, 1982:07, grifo meu)

Hartshorne modificou um pouco sua opinião vinte anos depois, no livro “Questões a sobre a natureza da geografia”, de 1959. No capítulo intitulado “Tempo e gênese em geografia”, o autor reconhece que:

Os geógrafos estudam o passado não só como “chave do presente”, mas também em função do seu próprio conteúdo geográfico. Cada período passado possui

---

<sup>6</sup> Os limites entre narrativa e descrição não são fáceis de serem definidos e entendo que, muitas vezes, narração e descrição podem se confundir. De qualquer modo, não vejo problemas em aliá-las em ambos, estudos geográficos ou históricos.

uma geografia “presente”, e o estudo comparativo das diferentes geografias através de sucessivos períodos de tempo oferece um quadro da geografia em mudança de uma determinada área (HARTSHORNE, 1959:114-115).

Entretanto, Hartshorne dá a entender que ainda considera a geografia histórica como um campo totalmente autônomo e que tempo e gênese em geografia devem ser utilizados apenas como elementos facilitadores da compreensão do presente. Isto está claro nos quatro itens considerados por Hartshorne para justificar o tempo como dimensão implícita à geografia, todos desembocando no presente atual. Aí são ressaltadas a necessidade de se definir a extensão do que se entende por presente e a possibilidade de se recuar a tempos pretéritos quando conveniente (p.112-114).

Segundo Alan Baker (2003:26), as posições extremistas de Hartshorne foram gradualmente erodidas pelas idéias e pesquisas de geógrafos historiadores e culturais como Clifford Darby, Carl Sauer e Andrew Clark. Façamos a uma breve análise das relações entre geografia e história na obra destes dois primeiros. Conforme dito, Darby (1909-1992) foi um dos mais influentes geógrafos historiadores. Para ele, a dificuldade de definir as fronteiras entre geografia e história advém do fato da geografia do tempo presente ser uma camada muito fina que, neste momento, está tornando-se história. Novamente, isso o leva a considerar que toda geografia é geografia histórica, atual ou potencial. Segundo Baker (2003:33-34) este autor gradualmente estabeleceu uma nova tradição na geografia histórica: aos estudos tradicionais das “geografias do passado” (tidas como o estudo de lugares em recortes temporais transversais), Darby adicionou os estudos das “paisagens/regiões em transformação”. As possibilidades de relacionar geografia e história aparecem no artigo “*On the relations of geography and history*” (1953); são elas:

- a geografia por trás da história (*geography behind history*);
- as geografias passadas (*past geographies*);
- a história por trás da geografia (*history behind geography*); e
- o elemento histórico na geografia (*the historical element in geography*).

Segundo Baker (2003:28):

The first (...) involved considerations of the geographical influences – in effect, the physical influences – upon history. The second (...), reconstructions of the geographies of past times, were produced by both geographers and historians, but with somewhat different emphases. The third (...) comprised portrayals of changing landscapes which were simultaneously historical and geographical studies. The fourth (...) was concerned with how to solve Whittlesey's riddle, with how to provide 'a historical approach in geographical description'.

Este quarteto de possibilidades foi, em artigo de 1962 ("Historical Geography") substituído por outras quatro possibilidades correspondentes de se reunir geografia e história:

- a história geográfica (*geographical history*);
- as geografias do passado (*geographies of the past*);
- as paisagens em transformação (*changing landscapes*) e
- o passado no presente (*the past in the present*).

Na realidade, apenas as três últimas possibilidades eram consideradas por Darby como sendo geografia histórica. Apoiando-se na idéia que a geografia histórica é uma abordagem na qual os dados são históricos e os problemas e métodos são geográficos, a história geográfica (ou a geografia por trás da história, que analisa a influência das condições geográficas no curso da história) seria um campo da história. Já os estudos do passado no presente (ou o elemento histórico na geografia), por estarem focados nas sobrevivências e influências da história no tempo presente – usando o passado seletivamente como forma de entendimento da realidade atual – poderiam ser considerados como ambos: geografia histórica e geografia contemporânea. Isto nos parece estranho quando tomamos a tentativa de Darby de estabelecer a geografia histórica como uma subdisciplina própria, diferente da geografia humana contemporânea e de outras disciplinas históricas (Darby, 1979, citado por Baker, 2003:34).

Entendo que, efetivamente, Darby considerava a geografia histórica a partir de suas duas outras “versões”: os estudos de geografias do passado (ou geografias passadas) e das paisagens em transformação (ou a história por trás da geografia). Nestes casos os problemas e temáticas centrais seriam, verdadeiramente, da alçada da geografia. De fato, as visões da geografia histórica como a reconstrução geográfica através de cortes temporais horizontais e como o estudo das mudanças ao longo do tempo (usando-se ou não a categoria ‘paisagem’) são, até hoje, as mais comuns em geografia histórica.

Embora seja mais frequentemente reconhecido como um geógrafo cultural, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) sempre valorizou a dimensão temporal em seus estudos sobre paisagens culturais. Ele nos é importante pela enorme influência na geografia, notadamente a norte-americana e aqui exploraremos apenas uma de suas obra teóricas, publicada em 1941: “*Foreword to Historical Geography*”. Antes, todavia, cabe esclarecer a matriz disciplinar que, influenciando Sauer, o faz interessante para nosso trabalho. Trata-se do *historicismo*, que como aponta Corrêa (2003) esteve presente na formação deste autor desde sua graduação e se fortaleceu a partir dos contatos em Berkeley na década de 20. Dentre as características comuns ao historicismo e ao pensamento de Sauer estão, entre outras: a ênfase no passado e a importância da mudança e sucessão de fatos.

É esta noção que levará Sauer a criticar a geografia norte-americana de sua época que, ao ignorar a história, estaria passando por um *Grande Recuo*:

Esto no sera otro intento de referencia a la geografia en su conjunto, sino una protesta contra el desdén de que es objeto la geografia histórica (...) Una peculiaridade de nuestra tradición geográfica norteamericana há consistido em su falta de interés em los procesos y secuencias históricas, al punto incluso del abierto rechazo. (SAUER, 1941, traduzido por Guillermo Castro, 2003:2, grifo meu)

Este recuo, segundo Sauer, poderia ser ilustrado na obra mais famosa de Hartshorne. E foi a discordância quanto à *abordagem genética*, que Sauer queria fazer valer como a mais apropriada nos estudos geográficos, um dos pontos mais críticos do debate: para este último, o método hartshorneano desconsiderava um de seus próprios pilares, o pensamento de Alfred Hettner, para quem a geografia deveria ser uma ciência genética.

Para Sauer este recuo estava ligado a um desejo de limitar o campo da geografia com o propósito de assegurar seu controle.

Sauer, como aponta Guelke (1982:8) considerava a geografia histórica como uma parte integral da geografia humana, concebida como o estudo da paisagem cultural. Eram as mudanças na paisagem que, portanto, norteavam a visão de geografia histórica de Carl Sauer, ligada à noção da geografia cultural vista como a diferenciação espacial da cultura. Assim:

El geógrafo no puede estudiar casas y pueblos, campos y fabricas, en lo que respecta a su ubicación y su razón de ser, sin preguntarse por sus orígenes. No puede tratar la localización de actividades sin conocer el funcionamiento de la cultura, los procesos de vida em comunidad del grupo, y solo puede hacer esto mediante la reconstrucción histórica (...) Tal estudio de áreas culturales es geografia histórica (...) Al ocuparse del hombre, y al ser analizado en una perspectiva genética, el tema se vincula necesariamente com secuencias de tiempo. (SAUER, 1941, traduzido por Guillermo Castro, 2003:6, grifo meu)

Entendo que Sauer, à sua maneira, acabou exercendo as quatro possibilidades de união entre geografia e história apontadas por Darby. A reconstrução de geografias do passado (vistas sob a alcunha de paisagem) e a visão processual que explica a transformação da paisagem natural em paisagem cultural parecem mais facilmente identificáveis. Entretanto, é preciso lembrar que Sauer também denunciou o abandono da geografia física pelos geógrafos, conferindo enorme peso aos elementos naturais na conformação de uma “morfologia da paisagem”. Assim, propôs uma análise que também estava preocupada com as influências geográficas naturais no curso da história, cujo desenrolar era fundamental na compreensão da paisagem em qualquer momento do tempo. Sauer chegou a propor que o trabalho de reconstruir paisagens culturais do passado, comparado ao de um detetive, passava por uma íntima familiaridade do pesquisador com a área ocupada por tal cultura.

No Brasil, a produção de Mauricio de Almeida Abreu e Pedro Almeida Vasconcelos<sup>7</sup> tem se destacado já há algum tempo. Os inúmeros trabalhos de pós-graduação por eles orientados têm dado continuidade à pesquisa geográfica do passado, sendo um interessante e vasto referencial. A linha de pesquisa preferencial têm sido a do estudo do espaço urbano, uma tradição que nos leva a um eminente grupo de geógrafos. Destaco, primeiramente, o nome de Pierre Deffontaines<sup>8</sup>, cujo trabalho sobre a constituição da rede urbana brasileira remonta à década de 1930. O belo trabalho de Aroldo de Azevedo (1956) analisa a ocupação territorial brasileira a partir da fundação de vilas e cidades entre os séculos XVI e XIX e é também considerado um dos mais importantes estudos do passado na geografia brasileira. Azevedo, com um pouco mais de preocupação teórica, define seu estudo como uma *geografia retrospectiva*. Por fim, tiveram também muita importância, a partir da década de 1950, os estudos de Maria Teresinha Segadas Soares e Lysia Bernardes<sup>9</sup>, primordialmente sobre o Rio de Janeiro. Especificamente no nível de análise intra-urbano, muitos outros contribuíram, como será mostrado mais à frente. Passemos à tentativa de esclarecer as características que individualizam esta pesquisa, *uma geografia histórica do comércio atacadista carioca*.

### **1.3 - Uma geografia histórica do comércio atacadista carioca (1855-1900)**

Este trabalho analisa o espaço produzido pelos comerciantes atacadistas e busca o reconhecimento de seus padrões espaciais. Como aponta Corrêa (2000:9) a identificação de padrões

(...) é uma tradição na geografia econômica e urbana. De fato, a procura por regularidades empíricas tem marcado a geografia, possibilitando aos geógrafos um

---

<sup>7</sup> No caso destes, dois importantes artigos teóricos sobre o urbano e o passado no Brasil são “Pensando a cidade no Brasil do passado” (Abreu, 1996) e “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial” (Vasconcelos, 1997).

<sup>8</sup> Além do trabalho de Deffontaines (1938) outro importante trabalho sobre a rede de cidades a partir de um enfoque evolutivo é o de Pedro Pinchas Geiger (1963).

<sup>9</sup> Destaco aqui a coletânea de artigos “Rio de Janeiro: Cidade e Região”, de 1982.

primeiro momento de inteligibilidade a respeito da produção do espaço. A partir dos padrões espaciais descobertos formulam-se questionamentos sobre a gênese, a dinâmica, os agentes sociais e suas práticas, assim como a respeito dos impactos das formas espaciais sobre a sociedade.

Em nível mais amplo, que considera a relação entre os diversos setores urbanos, o conceito considerado central é o de *espaço urbano*. Dentre as características apontadas CORRÊA (1996[1979]), dois pares interessam mais diretamente. Primeiramente, consideramos o espaço dialeticamente, como reflexo e condição social. Em segundo, nos interessa seu caráter fragmentado e articulado. A fragmentação, decorrente da ação dos agentes modeladores do espaço urbano, tende a produzir os setores urbanos que compõe um mosaico diferenciado internamente pelos usos da terra. A articulação, complementar a essa última, pressupõe que as partes da cidade mantêm relações entre si e, através dela, o espaço urbano ganha unidade.

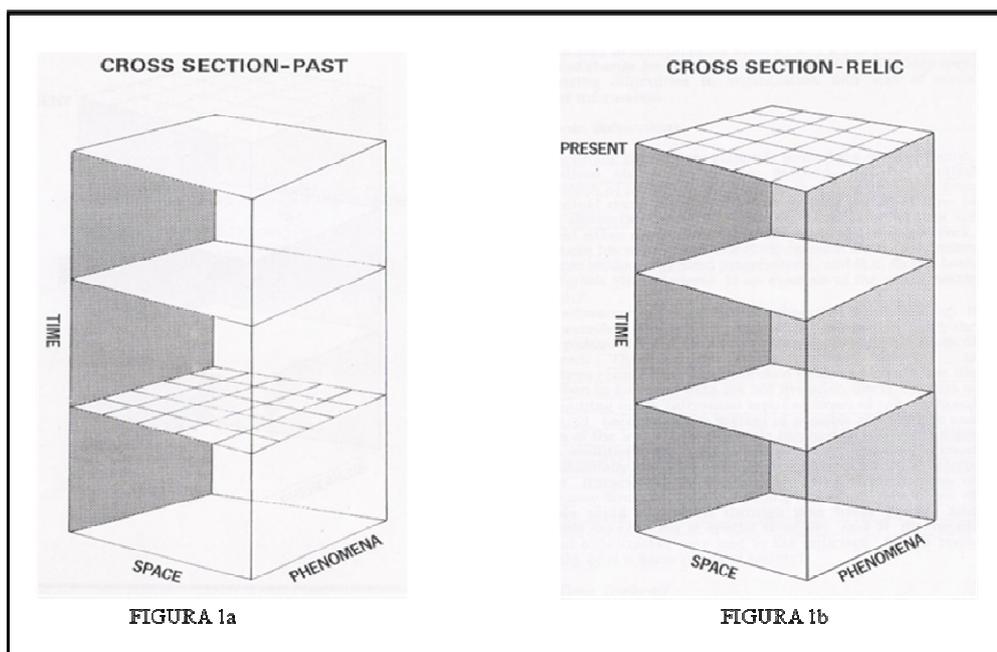
A identificação dos padrões será feita a partir de dois momentos de apreensão. Os sucessivos cortes espaço-temporais que reconstituem a localização dos comerciantes atacadistas serão analisados a partir da visão conhecida como *sincrônico-diacrônica*. A base teórica para organização do tempo em geografia histórica é de Lawrence Estaville Jr., de acordo com o artigo “*Organizing time in historical geography*” (1991). Para o autor (p.310), os geógrafos desenvolveram uma série de estratégias de organização espaço-temporais para a investigação de padrões e processos espaciais no passado:

- 1) o corte temporal transversal (*the temporal cross section*);
- 2) os cortes transversais sincrônicos (*synchronic cross sections*);
- 3) a subseção ou as subseções diacrônicas (*diachronic subsection(s)*);
- 4) a integração de duas ou mais dessas estratégias.

É esta última a alternativa deste trabalho. Antes de explorá-la, tratemos rapidamente dos outros tipos. O corte temporal transversal pode ser subdividido em outros dois (Figura 1a e 1b). Primeiramente, a seleção de uma seção de tempo no passado (*cross section – past*) é normalmente feita pela disponibilidade de fontes materiais espaciais e serve à recriação do “presente de então”. É também conhecido como fatiamento do tempo ou método horizontal. O segundo tipo, o método retrospectivo ou refletivo (*cross-section –*

*relic*), é usado para recriar geografias do passado de acordo com os vestígios encontrados na paisagem atual. A obsolescência funcional é o critério mais importante na definição das relíquias.

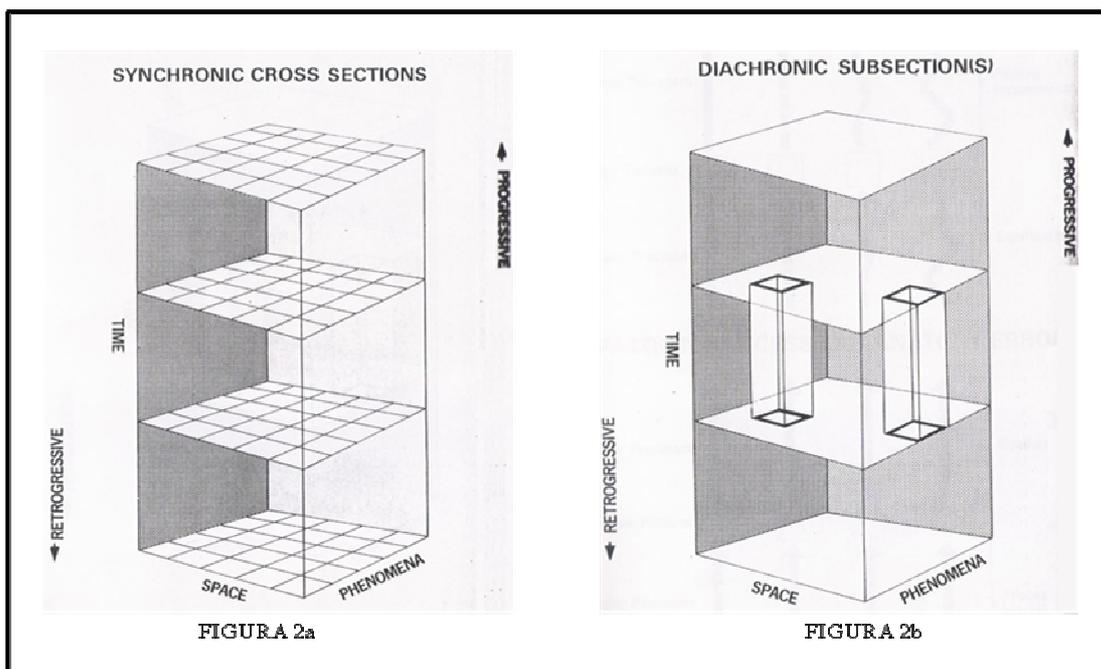
**Figura 1: Método horizontal e método retrospectivo**



**Fonte: Estaville Jr., 1991:311-313.**

Por sua vez, os cortes sincrônicos ou seções transversais sucessivos (Figura 2a) – são uma extensão do corte temporal horizontal e podem ser feitos do passado para o presente (progressivamente) ou o contrário (retrogressivamente). Para Estaville Jr, a maior vantagem é a análise das mudanças de um instante a outro; a maior desvantagem, por outro lado, é a restrição do entendimento do processo em caso de um número reduzido de recortes. Já as subseções diacrônicas ou longitudinais (Figura 2b) são utilizadas quando se pretende isolar relações espaciais de um fenômeno particular a partir de um fluxo contínuo de tempo e, assim como os cortes sincrônicos, podem ser organizados progressivamente ou retrogressivamente. Sua maior vantagem é proporcionar uma análise rica em termos de processo, como em um filme contínuo; uma das desvantagens é que o número de fenômenos observados costuma ser pequeno.

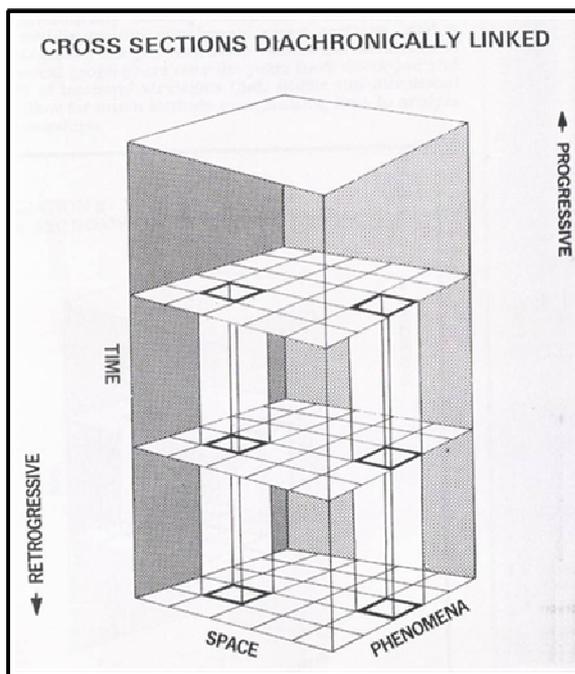
**Figura 2: Método sincrônico e método diacrônico**



Fonte: Estaville Jr., 1991:314-316.

Inserimos este estudo em um dos tipos de união entre essas duas últimas perspectivas (Figura 3: *cross sections diachronically linked*). De um lado, isolamos a categoria *comércio atacadista*, vista entre o período de 1855 e 1900; esta análise une diacronicamente os dois recortes temporais sincrônicos. A escolha por esses anos se baseou na tentativa de identificar permanências e mudanças entre o início e o final da segunda metade do século XIX. Ao trabalharmos apenas com dois recortes, perdemos em nível de detalhamento, que ficou restrito à cadeia comercial do café. Neste caso, são quatro recortes sincrônicos com intervalos de quinze anos (1855, 1870, 1885 e 1900) unidos diacronicamente.

**Figura 3: Cortes horizontais diacronicamente ligados**



**Fonte: Estaville Jr., 1991:320.**

A escolha pelo primeiro mapeamento no ano de 1855 se deu, primeiramente, pela importância da década de 1850 no fortalecimento da lógica capitalista na cidade do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, a idéia era analisar o período imediatamente anterior à chegada de uma importante inovação no sistema técnico, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que a partir de 1858 passa a funcionar como elemento modernizante da exportação cafeeira. Já o final da análise no ano de 1900 permite que exploremos o momento anterior à Reforma de Pereira Passos, em que as forças que moldaram o espaço urbano carioca ainda agiam mais ‘livremente’. Na primeira década do século XX, todavia, o espaço urbano da cidade tem seu processo de modernização forçadamente acelerado a partir dessa intervenção do Estado para, como aponta Abreu (2006 [1987]), se tornar enfim um espaço capitalista.

A seção de tempo aqui privilegiada será vista a partir de uma *narrativa*, sendo esse o sentido histórico deste trabalho. Esta narrativa, por sua vez, pressupõe a evolução espacial do comércio por atacado na cidade do Rio de Janeiro e se constitui em uma *narrativa geográfica* dos fixos produzidos por estes agentes sócio-espaciais. Isso não

significa que não trabalharemos com o viés descritivo, extremamente vívido nas análises dos padrões espaciais.

Por último, é necessário expor quais serão os gêneros trabalhados em cada uma das quatro classes do setor atacadista carioca, cuja escolha derivou da disponibilidade de dados no Laemmert. Os títulos de cada um (inclusive os mapas e tabelas) respeitaram as nomenclaturas da documentação primária. Pela indisponibilidade de dados, alguns gêneros não puderam ser trabalhados nos dois recortes temporais. Vejamos a divisão:

### **a) Classe I – Agentes Comerciais**

Para os dois recortes temporais, temos:

- Comissários de gêneros de importação e exportação;
- Consignatários de gêneros de importação e exportação;
- Comissários e consignatários de gêneros de importação e exportação;

Em apenas um dos recortes:

- Escritórios de agências comerciais, corretores, armazéns de gêneros norte-americanos e trapiches alfandegados (1855);
- Intermediários não-especificados de gêneros de importação e exportação (1900);
- Agentes comerciais, corretores, representantes de casas estrangeiras e trapiches alfandegados (1900) <sup>10</sup>;

### **b) Classe II – Gêneros Alimentícios e afins**

Para os dois recortes temporais:

- Armazéns de Açúcar;
- Armazéns de Farinha de Trigo;
- Armazéns de Sal;
- Armazéns de Azeite;
- Armazéns de secos e molhados por atacado;

---

<sup>10</sup> Nos dois casos, há categorias que não cumprem a função de “agentes comerciais”, mas acabaram integrando esse conjunto de mapas por questões de organização. É o caso dos “Armazéns de gêneros norte-americanos” (1855) e dos “Trapiches Alfandegados” (1855 e 1900).

Em apenas um dos recortes:

- Armazéns de Arroz (1855);
- Armazéns de tapioca, goma e araruta (1855);
- Armazéns de Conservas Alimentares (1855);
- Armazéns de carne seca (1900)

### **c) Classe III – Gêneros Manufaturados<sup>11</sup>**

Para os dois recortes temporais:

- Armazéns de fazendas;
- Armazéns de fumo em rolo e em rama;
- Armazéns de Drogas, Medicamentos e produtos químicos e farmacêuticos;
- Armazéns de Móveis;

Apenas em 1900:

- Armazéns de aguardente;
- Armazéns de couros;
- Armazéns de sabão e óleos;

### **d) Classe IV – Gêneros voltados à Construção e à Produção Industrial**

Para os dois recortes temporais:

- Armazéns de Carvão (de pedra, animal e vegetal);
- Armazéns de ferro, aço e outros metais;
- Armazéns de madeiras e materiais para construção civil e naval;

Em apenas um dos recortes:

---

<sup>11</sup> Não foram aqui considerados importantes gêneros, como os calçados, chapéus, charutos e velas. Para tal ver o trabalho de Oliveira (2008), que apresenta interessantes reflexões sobre as singularidades dos padrões espaciais de manufaturas na cidade do Rio de Janeiro entre 1845 e 1885.

- Armazéns de materiais para obra (1855);
- Depósitos de máquinas e instrumentos para a indústria (1900);

## **CAPÍTULO 2**

### **O ESTUDO DO COMÉRCIO ATACADISTA**

Este capítulo está dividido em três partes. Primeiramente, cabe evidenciar a negligência com a qual a temática em pauta foi tratada. Veremos que, ao contrário do que ocorre com o comércio varejista, é pouquíssimo expressivo o número de trabalhos dedicados exclusivamente ao comércio atacadista, em âmbito teórico e empírico.

Num segundo momento nos aprofundaremos em uma temática maior que, de certa maneira, acabou englobando o estudo geográfico do comércio atacadista: o processo espacial de centralização. A evolução no conceito de “área central”, uma das mais importantes expressões da cidade capitalista moderna, fez com que ganhasse importância uma área frequentemente associada aos atacadistas, a Zona Periférica do Centro.

Por último, tentaremos definir a natureza do comércio atacadista através de estudos de geógrafos e de outros cientistas; o objetivo é delimitar, com a maior clareza possível, o que esta categoria significa no âmbito deste trabalho, algo fundamental para as análises dos padrões espaciais e das funções exercidas pelos atacadistas.

#### **2.1 - A negligência com o comércio atacadista**

Na geografia e fora dela são pouco substanciais os trabalhos sobre o comércio atacadista. Entre os geógrafos, uma das poucas obras sobre a natureza do comércio atacadista é o livro “The merchant’s world: the geography of wholesaling”, publicada em 1970 por James Vance Jr. Nosso desafio se torna maior quando se verifica que, nos quarenta anos que nos separam deste autor, nenhuma outra obra de peso tratou em

caráter teórico esta temática<sup>12</sup>. Há também pouca ajuda fora da geografia quando se busca uma explicação para a localização atacadista e seu efeito sobre padrões geográficos mais amplos: no campo da administração e da economia, o principal problema é de definição e há mesmo quem diga que o comércio atacadista não existe na realidade e que seu estudo não é importante no campo de interesses da macroeconomia (Vance Jr, 1970:7).

Esta negligência é também apontada por Corrêa (2000), para quem o comércio atacadista é sub-campo pouco explorado pelos geógrafos. A obra “Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões” oferece uma interessante análise sobre o percurso do pensamento na geografia urbana comercial. Entretanto, o foco não é o comércio atacadista, e sim o varejista. Este é visto através de sua gênese e dinâmica, de sua organização estrutural, de seus padrões espaciais e de suas relações com o ambiente. Todos estes pontos são em parte obscuros no caso do comércio atacadista; os que talvez melhor mostrem a preferência da geografia pelo estudo do comércio varejista são os padrões espaciais. Vejamos algumas discussões neste sentido.

Uma das mais influentes contribuições da geografia urbana é a clássica obra de Walter Christaller. A teoria das localidades centrais, publicada em 1933 e recuperada pelos geógrafos da corrente *teórico-quantitativa* duas décadas depois, busca identificar padrões espaciais do comércio varejista. Segundo Corrêa (2000:9-10) as contribuições de Christaller para o estudo do comércio varejista consistem, sobretudo, na identificação do alcance espacial mínimo e máximo e no estabelecimento de uma hierarquia de funções centrais vinculada à demanda e à oferta de produtos industrializados; a partir disso identificam-se assim centros elementares, centros locais, centros de zona, centros sub-regionais, capitais regionais e centros metropolitanos regionais e nacionais. O modelo de localização varejista formulado por Christaller, entretanto, não pode ser estendido ao comércio por atacado. Segundo Vance Jr. (1970:6), as ferramentas de análise para lidar com o comércio varejista e serviços e o comércio atacadista são diferentes. Vejamos um pouco mais destas diferenças e outras críticas a esta teoria.

---

<sup>12</sup> O trabalho de W. P. Danenburg, intitulado “Introduction to Wholesale Distribution” (1978) também nos parecia útil, mas não foi encontrado para consulta.

Novamente com Vance Jr. (1970:09-10), no estudo do comércio varejista os geógrafos conseguiram reproduzir a natureza do comércio. A pouca elasticidade no consumo de bens tangíveis, permitiu que, com facilidade, fossem feitas inferências sobre a escala de consumo a varejo. As deduções advindas da teoria das localidades centrais permitiram estimativas sobre a expectativa do volume comercial total em pontos específicos e do alcance geográfico dos centros, mensurações inaplicáveis ao comércio atacadista. Para Vance Jr, a teoria de Christaller falha ao ignorar a estrutura geral e a localização do comércio por atacado. Entre outras coisas, isto exclui de sua análise a possibilidade de um agente atuar, geograficamente, na divisão entre o ato de comprar e de vender. Esta divisão é de alta importância por permitir uma variação na escolha e na localização do comércio; o mecanismo da teoria das localidades centrais não pode levar em conta essa variação não-determinista, considerando a determinação da escolha como algo geométrico, antes de histórico.

Para Vance Jr., a busca por uma teoria do comércio atacadista demanda dois aspectos não encontrados no trabalho de Christaller:

- Uma habilidade em lidar com as mudanças induzidas externamente; e
- Uma característica dinâmica, pois os longos e persistentes acordos encontrados no atacadismo evidenciam que a história influenciou fortemente na conformação dos padrões de comércio.

Este último ponto é uma chamada pelo uso da história na elucidação e entendimento de uma formulação teórica e concisa. Em outras palavras, é preciso uma teoria que consiga separar um detalhe significativo de um fato irrelevante: uma estrutura derivada de uma avaliação ordenada a partir de evidências históricas. Todas estas críticas não descartam a importância da obra de Christaller e precisam considerar o ano de publicação da obra (ainda na década de 30!) e a ausência de uma literatura especializada que permitisse reflexão mais profunda.

A tradição nos estudos de padrões comerciais varejistas ainda se verifica em outros estudos considerados clássicos na geografia urbana. Como aponta Corrêa (2000:10-11), entretanto, a descoberta destes padrões é obra de Malcolm Proudfoot, que em 1937

ofereceu uma tipologia largamente utilizada a partir de então. Podem ainda ser destacados o trabalho de Hans Carol (1960)<sup>13</sup>, uma tentativa de comprovar a aplicabilidade da teoria das localidades centrais em nível intra-urbano, além das diversas obras de Brian Berry<sup>14</sup> ao longo das décadas de 50 e 70. No caso brasileiro, em relação à análise em nível intra-urbano, destacam-se os estudos sobre a estrutura varejista de São Paulo, de Lima Junior (1975)<sup>15</sup> e o trabalho de Erthal<sup>16</sup> (1980), para a cidade de Niterói.

Para a cidade do Rio de Janeiro, a preferência pelo estudo de padrões comerciais varejistas em nível intra-urbano também é notável. O único trabalho encontrado tratando especificamente dos padrões comerciais atacadistas foi o breve artigo de Duarte (1967). Entretanto, ele nos ajuda muito pouco já que o recorte temporal trata de um passado muito recente (a segunda metade do século XX) e há ausência de uma base teórica mais detalhada. É interessante registrar que Aluizio Duarte, assim como o presente trabalho, também considera o atacadismo a partir de sua dupla função: além da visão mais comum (ligada aos depósitos e armazéns), são consideradas também as sedes administrativas das firmas atacadistas.

Outras obras trataram indiretamente do setor atacadista carioca, como as de Almeida e Pinto (1967) e de Motta (2001). Nestes casos, o problema é outro: há excessiva agregação das informações sobre os atacadistas e, de fato, é nítida a maior importância dada aos padrões de comércio varejista, de serviços e de manufaturas/indústrias. Em ambos os casos, foge aos objetivos se debruçar em questões que, mais diretamente, envolvem as relações entre espaço urbano e o comércio atacadista, como agora propomos. Na realidade, estes trabalhos seguem uma tendência da geografia urbana, qual seja, a de considerar a localização do comércio atacadista como um parâmetro na mensuração do grau de centralidade. Foi a partir desta perspectiva que o papel do

---

<sup>13</sup> CAROL, H. The hierarchy of central functions within the city. **Annals of the Association of American Geographers**, 50(4), 1960.

<sup>14</sup> Destaco aqui: BERRY, B. **Geography of Market Centers and Retail Distribution**. Englewood Cliffs. Prentice Hall, 1967.

<sup>15</sup> LIMA JUNIOR, A.. **Distribuição espacial do comércio varejista da Grande São Paulo**. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1975.

<sup>16</sup> ERTHAL, R. **Organização espacial das atividades terciárias em Niterói**. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado 980.

comércio atacadista ganhou mais visibilidade, dentro da discussão sobre o processo de formação de *áreas centrais*. Entendo que a pouca atenção dada ao estudo do comércio atacadista só pode ser relativizada nestes termos: se de um lado a produção foi pouca se comparada ao comércio varejista, por outro não esteve completamente ausente. Vejamos como o comércio atacadista foi visto nas teorias urbanas sobre o processo de centralização, que na segunda metade do século passado passaram a considerar a emergência da chamada Zona Periférica do Centro.

## **2.2 - O comércio atacadista na geografia urbana**

Na geografia urbana, a análise do comércio atacadista têm sido feita, sobretudo, a partir da base neo-positivista. Foi ela que prevaleceu nos estudos sobre a área central a partir da década de 1950 e na análise da chamada Zona Periférica do Centro, já na década de 1960. Vejamos rapidamente alguns pontos desta evolução, retraçada competentemente nos artigos de Vitor Ribeiro Filho (2004) e Tânia Strohaecker (1988) e na já citada dissertação de Mestrado de Marcelo Paiva da Motta (2001).

Muitos estudos clássicos sobre a evolução da cidade capitalista moderna foram realizadas pelos sociólogos da chamada Escola de Chicago. O modelo mais famoso talvez seja o das zonas concêntricas que, formulado por Ernest W. Burgess (1923, citado por L. Schnore, 1975) com base no desenvolvimento de Chicago, identificava quatro anéis principais. O primeiro anel (o Distrito Comercial Central) e o segundo (a Zona em Transição) nos interessam particularmente. O primeiro é foco da vida comercial, social e cívica e tem como “*core*” o distrito central de varejo, com suas lojas finas e de departamentos e seus escritórios, conferindo-lhe caráter de gestão. Nele, tais atividades competem pelo espaço em termos de acesso e tolerância às desamenidades. No seu limite externo se localizam atividades voltadas tanto para o Distrito Comercial Central como para o restante da cidade e sua hinterlândia, como o comércio por atacado e seus armazéns de depósito, indústrias nascentes e em expansão e serviços auxiliares. A Zona em Transição, por sua vez, é caracterizada pela presença dos chamados “usos sujos”, como indústrias, oficinas, depósitos e um complexo residencial decadente, os

‘guetos’ de imigrantes (Stroeracker, 1988:171). O termo “em transição” baseava-se na expectativa de expansão lateral do Distrito Comercial Central, que acabou não ocorrendo devido aos processos de descentralização e verticalização (*idem*:173).

Já o primeiro artigo dedicado exclusivamente à área central é, conforme aponta Motta (2001), o de Raymond Murphy e James Vance, publicado em 1954<sup>17</sup>. Para esses autores, a grande diversidade interna em relação ao uso do solo e a variação na intensidade comercial levariam à constituição de diferentes setores, como é o caso do “*hard core*”, área de maior concentração das atividades de comércio e serviços. O valor da terra é o mais importante aspecto na organização interna do núcleo e, de vários modos, ajuda na sua identificação. A partir desse trabalho, os modelos sobre a “área central” propuseram principalmente tentativas de delimitação do alcance espacial do chamado “*hard core*”<sup>18</sup>. Duas características básicas da área central aparecem nos estudos clássicos e são retomadas por CORRÊA (1996 [1979]): a aglomeração de atividades terciárias e a facilidade de acesso em relação às outras partes da cidade. De acordo com Roberto Lobato Corrêa, as atividades mais lucrativas que conseguiram obter vantagens nessa competição pelo uso da terra foram o comércio varejista em expansão e os novos serviços de alcance espacial tanto na cidade como em sua hinterlândia.

Segundo Ribeiro Filho (2004), o estudo de E. Horwood e R. Boyce (1959) significou um marco conceitual para a área central da cidade norte-americana. O conceito de “zona em transição”, tornado impróprio, deu origem a uma tentativa mais atualizada de conceituação dessa parte da cidade capitalista, a chamada Zona Periférica do Centro

---

<sup>17</sup> MURPHY, R. & VANCE, J. Delimiting the CBD. *In*: KOHN, C. & MAYER, R. (eds.): **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958 (1954). Outros estudos anteriores tiveram caráter pioneiro na geografia. Destaco aqui o trabalho de Charles Colby (1933), publicado nesta mesma coletânea de Kohn e Mayer (1958). Charles Colby foi o primeiro a estudar processos de concentração e de dispersão de atividades no espaço urbano; como fatores para as chamadas forças centrífugas (ou de atração para áreas não-centrais) são citados: grandes parcelas de terras desocupadas, presença de infra-estrutura, facilidade de transportes, qualidades do sítio e ausência de restrições para edificações. Todavia, o que percebemos é que as análises geográficas deste autor não estavam concentradas na “área central” em si, e sim no espaço urbano em seu aspecto mais geral.

<sup>18</sup> As décadas de 50 e 60 assistiram à emergência de um enorme número de trabalhos geográficos que tinham a área central como objeto central de investigação. Os exemplos vêm da geografia norte-americana, enquadrada ao paradigma teórico-quantitativo. Além de R. Murphy e J. Vance, muitos outros representaram o pensamento positivista no estudo da área central; aqui destaco os já citados Hans Carol e Brian Berry, além dos trabalhos de: a) Bohnert J. & Mattingly P. Delimitation of CBD through time. **Economic Geography**, 40 (4), 1964) e b) Ward, D. The industrial revolution and the emergence of Boston’s central business district. **Economic Geography**, 42(2), 1966.

(*frame*). Caracterizada pelo uso de terra semi-intensivo e heterogêneo (comércio atacadista, indústrias leves, parques de estacionamento, depósitos e residências multifamiliares) e pela grande extensão horizontal, a Zona Periférica do Centro se encontra funcionalmente integrada ao núcleo central (Horwood & Boyce, 1959, citado por Strohaecker, 1988:173). Para esta autora, este conceito sobrepõe-se aos de “zona em transição”, “área cinzenta” ou “zona de obsolescência” já que engloba todos eles, mas não “rotula” a área em questão de maneira anacrônica.

O comércio atacadista continua a aparecer na descrição desta área imediata ao núcleo central no trabalho de Donald Griffin e Richard Preston (1966). Por sua vez, eles enfatizam a existência de três setores distintos dentro da Zona Periférica: o Setor de Assimilação Ativa, o Setor de Assimilação Passiva e o Setor de Inatividade Geral. O primeiro caracteriza-se pela atuação lenta (mas contínua) de um processo de invasão-sucessão onde usos não residenciais invadem áreas extrazonais de residências antigas, mas de ótima qualidade. Por outro lado, o setor de Assimilação Passiva apresenta um processo de invasão-sucessão mais lento e tímido. Inicialmente essa área tinha funções ligadas ao Distrito Central de Negócios, mas com o declínio da área central – devido ao processo de descentralização – o setor passou a agir como receptor de algumas atividades daquela área. Nas áreas adjacentes do Setor de Assimilação Passiva encontram-se os usos industriais leve e atacadista que aí se localizam devido, entre outros fatores, à proximidade do núcleo central, às vantagens de acesso e transporte e à presença de terrenos relativamente baratos em comparação ao Distrito Central de Negócios. Por fim, o Setor de Inatividade Geral separa as duas áreas de assimilação. O termo “inatividade geral” é relativo, já que não significa que haja ausência de mudança, mas reflete a imobilidade geral do setor frente aos demais (Strohaecker, 1988: 177-178). O mesmo Richard Preston (1966), apresenta uma classificação geral para a zona em transição com os seguintes padrões espaciais: usos público e institucional; usos atacadista e industrial leve, serviços e uso varejista especializado. Vejamos como ele definiu o uso atacadista:

Usos atacadista e industrial leve (atacado, armazenagem, transportadoras e indústrias leves) – caracterizam-se pelo uso intensivo do solo, pela forte associação espacial através de *clusters*, na forma nodal e linear, com localização próxima aos terminais ferroviários e ao Distrito Central de Negócios (...) Estão localizados, geralmente, nas partes mais velhas

da cidade, ocupando casas antigas, devido ao espaço amplo para instalação de máquinas e estoques de mercadorias (PRESTON, 1966, citado por STROHAECKER, 1988:176)

Mas será que o Rio de Janeiro entre da segunda metade do século XIX pode ser pensado a partir destas bases? A princípio a resposta parece negativa, sobretudo se pensarmos nas condições que levaram à emergência da área central em cidades norte-americanas e européias. Novamente com Strohaecker (1988:173):

O desenvolvimento maior da área em tela ocorreu nas últimas décadas do século XIX e começo do XX, quando profundas transformações afetaram o tradicional centro [destas cidades]. Até então, a cidade pré-industrial apresentava transformações de forma lenta e gradual em seu centro. Com o advento da indústria, as relações entre a cidade e sua hinterlândia se intensificaram, apoiadas no desenvolvimento de um sistema de transportes baseado na ferrovia. Devido à inflexibilidade desse meio de transporte as atividades produtivas como indústrias, comércio atacadista e armazenagem passaram a se localizar no entorno dos terminais ferroviários (...)

Já as condições do Rio de Janeiro no período em pauta são bastante diferentes, mais próximas de um estágio pré-industrial. Lembremos, por exemplo, que aqui a industrialização ocorre de forma tardia e que a utilização da ferrovia se dava somente para o transporte do café e não para toda a produção. De fato, a dissertação de Marcelo Paiva da Motta já havia comprovado a inadequação da noção de *área central* como instrumento descritivo da realidade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. Para o autor, inexistia uma área central bipartida entre núcleo e periferia entre 1870 e 1901, embora tivesse sido possível inferir um aumento geral do processo de centralização no espaço urbano entre estes anos. E embora tenha sido muito rasa sua discussão para o setor atacadista, não entendemos que os padrões deste setor demonstrem o contrário.

Entretanto, nada nos impede de “filtrar” dos geógrafos norte-americanos aquilo que pode nos servir, mesmo que sem possibilidade de aplicação estrita. Abreu (2000) lembra das correções teóricas e metodológicas necessárias para reconstruirmos uma

“geografia do passado”. Segundo ele, se as categorias de análise da geografia são universais, as variáveis que as operacionalizam não o são; a necessidade de adequação destas últimas quando formulamos questões para o passado, no nosso caso, passa pelo cuidado com as singularidades que contextualizam o Rio de Janeiro. Devemos assim trabalhar com ressalvas à utilização destes conceitos, que certamente nos ajudarão apenas como indicativos de tendências para o espaço urbano carioca. Por último, é também necessário lembrar que estes autores não utilizam a noção de atacadismo aqui adotada, tendendo a agrupar os intermediadores comerciais fora do atacado – no setor de serviços. Essa diferença seria menos importante se não identificássemos maiores graus de centralização para esta parte do setor atacadista carioca.

### **2.3 – A natureza do comércio atacadista**

A partir de agora tento tornar mais claro os limites do conceito de comércio atacadista, ponto fundamental para a estruturação de nossa parte empírica. As possibilidades aqui levantadas servirão para uma escolha adequada dos gêneros comerciais e, certamente, ajudarão a dar inteligibilidade à estrutura interna de cada uma das cadeias comerciais a serem analisadas. Infelizmente, o número de autores aqui trabalhado não será muito extenso, dado tudo o que já foi exposto. Começemos novamente pela obra de Vance Jr. , a melhor encontrada especificamente sobre a natureza do comércio atacadista.

Essa pesquisa nos indica boas possibilidades de reflexão sobre a natureza do comércio atacadista através de uma rápida, mas interessante discussão teórica. Já o estudo empírico do caso norte-americano, que deu origem a uma série de mapas, não nos interessa tão de perto. Passemos aos pontos pertinentes. Para o autor, a concordância que o comércio por atacado é diferente do comércio por varejo remove apenas os extremos da dúvida sobre o que, de fato, é o comércio atacadista. Na busca de uma definição mais clara, há o resgate de um ponto considerado central na história do comércio: o reconhecimento de que o comércio externo só pôde surgir com o desaparecimento das localidades auto-suficientes. Assim, com o advento de uma estrutura comercial externa (onde se pressupõe um sistema aberto), surge a questão de

como realizar tais transações, ou seja, de como manter um sistema onde vendedores e compradores não se encontram fisicamente. A solução para este problema está calcada na criação de um novo componente na estrutura comercial: o agente de comércio. Este elemento aparecerá com frequência daqui para frente, inclusive nos trabalhos de não-geógrafos.

É apenas quando há separação geográfica entre a produção e o consumidor final que o atacadista precisa intervir <sup>19</sup>. Essa intervenção torna-se ainda mais importante se considerarmos, de acordo com o próprio Vance Jr., que a fonte do sistema estrutural fundamental da vida econômica ocidental é largamente, senão totalmente, aquela do comércio atacadista; a introdução do agente como um terceiro elemento (onde antes só haviam produtores e compradores) é considerada uma das mudanças críticas na geografia econômica: é a partir disso que a economia local se torna parte de uma economia regional mais ampla, não se devendo negligenciar o caráter de pioneirismo proporcionado por essa expansão de horizontes.

O agente de comércio associa produtores/vendedores com os consumidores e assegura a troca das informações sobre possíveis produtos e mercados, garantindo ainda a possibilidade de modelagem das condições locais pelas externas. A impossibilidade de acesso direto do produtor ao comprador é impossível tanto pelo grande número de envolvidos quanto pela distância que normalmente os separa. Assim, necessariamente há de haver ligações entre esses dois grupos para:

- (1) prover o produtor de um mercado e do conhecimento sobre ele;
- (2) assegurar ao consumidor o acesso aos produtos de um determinado tipo em um tempo específico.

Nesta conexão comercial entre um grande número de produtores e um número ainda maior de consumidores, o ponto mais importante não diz respeito a quem faz a ponte entre as partes, mas à própria ligação ou acordo. A natureza desta troca nos ajuda a diferenciar o comércio atacadista do varejista, distinção considerada fundamental. Esta preocupação está expressa na obra de Theodore Beckman e Nathanael Engle (1937), que Vance

---

<sup>19</sup> Entretanto, mesmo em distâncias menores o agente tornou-se indispensável, o que fez com que James Vance Jr (1970:06) propusesse a substituição do termo comércio de longa distância (*long-distance trade*) por comércio por atacado (*wholesaling*).

Jr. aponta como a primeira investigação de fôlego sobre o comércio atacadista. Três critérios básicos são utilizados pelos autores para distinguir o comércio atacadista do varejista:

- (1) a condição ou o motivo do comprador em fazer a compra;
- (2) a quantidade de bens envolvidos na transação;
- (3) o método de operação do negócio.

Deste modo, uma possível distinção pode ser determinada pela natureza da compra do freguês: o atacadista deve ter fregueses que são antes empresários do que meros consumidores e o propósito da compra passa, neste sentido, a ser mais importante que a quantidade em si. Isto contradiz uma das visões mais comuns sobre o comércio atacadista, associado meramente a um tipo de comerciante que vende grandes quantidades. A definição do verbete 'atacadista', no dicionário Michaelis, é ilustrativa: "negociante que compra em grosso artigos de sua especialidade e os revende em grandes partidas". Não há dúvida que boa parte dos problemas para se definir o comércio atacadista vem da amplitude dos usos que este termo pode ter e mesmo a definição simples de que o atacadista conecta o produtor aos comerciantes varejistas é mais precisa do que se pode supor. Tentemos diferenciar um pouco mais o comércio varejista do atacadista.

Para Corrêa (2000) o desenvolvimento do comércio varejista é parte integrante do desenvolvimento capitalista, tendo sua existência, de um lado, como escoadouro da crescente produção industrial e, de outro, como participante do processo de reprodução social por meio do consumo de produtos necessitados por uma população progressivamente produtora de mercadorias e não mais de seus próprios meios de subsistência. Segundo Vance Jr., é seguro dizer que o comércio varejista começa com o fim da auto-suficiência familiar e o comércio atacadista começa com o fim da auto-suficiência local; isto nos coloca a espacialidade como elemento fundamental na definição de varejistas e atacadistas. Para o mesmo autor, o comércio varejista surge em razão da necessidade de complementar o abastecimento familiar, tendo possivelmente surgido a partir de trocas entre pessoas com forte grau de parentesco. Esse comércio varejista se localizava na loja-oficina do artesão-varejista quando se tratava do varejo urbano ou na praça do mercado quando os varejistas eram produtores rurais. Por fim, este tipo de comércio tinha como características ser funcionalmente e escalarmente determinado: a primeira pressupõe um local certo de transações e uma mobilidade reduzida, com transações envolvendo produtos localmente fabricados; já a segunda diz respeito à dimensão do comércio, dada em função do tamanho da população acessível a um contacto face a face. Como dito, o tipo de sistema era fechado e, portanto, limitado espacialmente a partir de uma dinâmica endogenamente determinada. Essa talvez seja a

mais importante das diferenças já que os atacadistas, por sua vez, permitem a possibilidade de uma sistema comercial aberto, ampliando as possibilidades de trocas em diverso nos níveis espaciais.

Já Max Weber (2006) afirma que é apenas no curso do século XVIII que o comércio por atacado se separa definitivamente do comércio varejista, se constituindo em uma camada específica do estamento mercantil <sup>20</sup>. Para o autor, o comércio atacadista criou novas formas de comércio, sendo uma delas o comércio por venda em leilão (para o atacadista importador, trata-se do melhor meio de vender sua mercadoria tão depressa quanto possível e poder efetuar o pagamento ao exterior). Outra forma típica do comércio de exportação destacada é o comércio de consignação que consiste na remessa de mercadoria, para fins de venda, a um terceiro, o consignatário, o qual deve escoá-la conforme as instruções do consignante. Isto vai ao encontro da definição de comércio em comissão encontrada em Fernand Braudel (1996). Para ele, o comércio em comissão é o contrário do comércio pessoal, chamado “comércio de propriedade”: é ocupar-se de mercadorias por conta dos outros. A comissão, segundo Braudel, é a ordem dada por um negociante a outro para efeitos de comércio, sendo aquele que dá a ordem chamado de comitente e, o que a recebe, chamado de comissário.

As vendas através de terceiros são certamente o ponto em comum entre estes autores e o supracitado Vance Jr, para quem a tipologia do atacadismo envolve: o comerciante atacadista (*the Merchant wholesaler*), o agente fabricante (*the manufacturers' agent*), o intermediário ou corretor (*the broker*) e os agentes de exportação-importação (*export-import agents*).

Vejamos um pouco mais de cada um:

The first wholesalers almost certainly were merchants  
in the original sense of the word, men who negotiated

---

<sup>20</sup> As origens do comércio atacadista nos levam aos primórdios do próprio capitalismo moderno, no qual emerge esta atividade. A gênese desta etapa do capitalismo, no entender de Weber, tem como condição mais geral a contabilidade racional dos capitais como norma para todas as grandes empresas industriais ou comerciais ocupadas com a cobertura das necessidades cotidianas. Outras seis condições são elencadas pelo autor (WEBER, 2006:15-16); são elas: a) Apropriação de todos os meios materiais de produção (terra, aparelhos, máquinas, ferramentas etc) como propriedade livre por empresas industriais ou comerciais privadas e autônomas (...); b) Liberdade de mercado, isto é, liberdade de restrições irracionais da circulação de mercadoria (...); c) Técnica racional, ou seja, maximamente calculável e, por conseguinte, mecanizada, tanto da produção quanto do transporte (...); d) Direito racional, isto é, calculável. A economia capitalista, para operar de modo racional, precisa poder confiar num judiciário e numa administração calculáveis; e) Trabalho livre, o que significa haver pessoas que não somente estão em condições judiciárias, mas que também se vêem obrigadas a vender livremente sua força de trabalho no mercado. Constitui condição contraditória à natureza do capitalismo, e impossibilita seu desdobramento, a falta de tal camada despossuída – e portanto obrigada a vender sua capacidade de trabalho não-livre (...); f) Comercialização da economia, pela qual se entende o uso generalizado da forma de títulos de valor para direitos de participação em empresas e, igualmente, para direitos patrimoniais. Resumindo: a possibilidade de orientar a cobertura das necessidades exclusivamente visando oportunidades de mercado e rentabilidade (...).

or trafficked in goods on a large scale, particularly in foreign trade (VANCE JR., 1970:27);

In contrast with merchant wholesalers are manufacturers' sales branches and offices. These establishments differ from merchant wholesalers in that they are owned by manufacturers or mining companies and maintained apart from manufacturing plants, primarily for selling or marketing their products at wholesale (idem:29);

These sales agencies [broker] are extensions of the manufacturing corporation. When they serve many rather than a single master, a line of distinction is drawn, but with small contrast, and the establishment is that of a *broker or sales agent* (idem:30);

Export and import agents fall into the general class of agents and brokers. These men dealing in foreign trade may have characteristic methods of operation, but they work fundamentally at providing a linkage between producers and consumers (idem:32).

Embora pensadas para a emergência dos padrões espaciais do comércio atacadista norte-americano (desde o final do século XIX até meados do século XX) tais definições podem nos ser bastante úteis. Pensamos o mesmo a respeito da obra de Heidingsfield e Blankenship (1957), que desvenda inúmeros mecanismos comerciais a partir de dados norte-americanos da década de 1950. Tomarei como ponto de partida a descrição do quadro geral da comercialização, que considera três agentes básicos: o produtor, o intermediário atacadista e o intermediário varejista. O primeiro, advertem os autores, embora não seja em si parte do processo de comercialização, é quem dá o passo inicial do processo, quando dispõe de seus produtos; os produtores estão divididos em três outras categorias: fabricantes, agricultores e extratores não-agrícolas de recursos naturais. Já o intermediário atacadista, centro desta investigação, se dedica a:

1. vender mercadoria a varejistas, a utilizadores industriais, comerciais, institucionais ou profissionais, ou a outros atacadistas; ou
2. atuar como agente na compra e na venda de mercadorias entre tais pessoas ou companhias. O

campo é muito mais amplo do que o conceito habitual de “atacado”, pois abrange os postos de venda da propriedade do fabricante ou por ele operados, os agentes e corretores que vendem (ou compram) para terceiros, e os concentradores de produtos agrícolas (HEIDINGSFIELD & BLANKENSHIP, 1957:40).

A divisão do comércio por atacado entre o *intermediário comerciante* (que assume a propriedade das mercadorias) e o *intermediário agente* (que não a assume) – descrita por estes autores<sup>21</sup> deve novamente ser citada como ponto de convergência entre as obras aqui levantadas. Nos capítulos quarto e quinto do livro “*Marketing – Comercialização*” (intitulados “Estrutura da distribuição atacadista de artigos manufaturados” e “Estrutura da distribuição atacadista de produtos agrícolas”) Heidingsfield e Blankenship tratam mais detalhadamente de cada um destes intermediários. As considerações que se seguem dizem respeito ao capítulo quarto.

O intermediário comerciante divide-se em *atacadista comerciante de bens de consumo* e *atacadista comerciante de bens de produção*. O primeiro, seja em relação ao produtor, seja em relação ao varejista, desempenha tipicamente funções de troca, funções de suprimento físico e funções facilitadoras. Os serviços prestados ao produtor incluem: distribuição, avaliação das tendências da procura, transporte, estocagem, ajuda financeira e redução de risco. Já em relação ao varejista, o atacadista comerciante de bens de consumo oferece: compra, transporte, estocagem, assunção de riscos e informações sobre o mercado. Por área coberta, dividem-se estes atacadistas em três tipos: nacionais, regionais e locais. Por último, de acordo com a linha de mercadoria trabalhada há três tipos de atacadistas: os de mercadorias em geral, os de linha geral (que mantém uma linha completa de mercadorias de alguma espécie isolada – como secos e molhados, por exemplo) e o atacadista especializado. O atacadista comerciante de bens de produção também desempenha serviços para ambos, produtores e freguesia, sendo divididos em três tipos de

---

<sup>21</sup> Para Heidingsfield e Blankenship (1957:45), estes tipos básicos podem ser subdivididos de muitas formas, nenhuma delas excluindo necessariamente as outras: 1) pelas regiões a que servem; 2) pela natureza e variedade da mercadoria; 3) pela espécie de serviço oferecido e 4) pelos tipos de consumidores. Entendo que não há necessidade de aprofundar a estrutura varejista.

estabelecimentos: fornecedores de fábricas, atacadistas de linha única e atacadista especializado em tipos de consumidor.

Os intermediários agentes, que não assumem a propriedade das mercadorias podem trabalhar tanto com bens de consumo como com os de produção. Eles se subdividem em vários tipos: corretor, comissário, agente de fábrica, agente de vendas, comprador residente e agentes diversos. Para uma análise detalhada dos quatro primeiros tipos me parecem importantes algumas citações um pouco mais extensas (idem:55-57):

1. O corretor especializa-se em determinadas mercadorias, em geral para a venda a atacadistas. Sendo agente, não assume a propriedade das mercadorias, não tem virtualmente a liberdade quanto às condições de venda e não tem relações permanentes com os interessados na transação. Facilita a compra ou a venda para os clientes que representa (...)

2. O comerciante comissário assume a posse física das mercadorias. Sua função é encontrar compradores potenciais e conseguir o melhor preço possível. Vende sem dar aviso prévio ao proprietário e seus negócios não exigem confirmação do proprietário. O comissário estoca mercadorias em depósitos e faz entrega aos compradores; pode conceder crédito por conta própria; e, sendo íntimo conhecedor da natureza das mercadorias e das fontes de oferta e procura, pode dar informações sobre comercialização, tanto ao vendedor quanto ao comprador. Pelo fato de muitos comissários. Pelo fato e muitos comissários comprarem determinadas partidas em seus nomes, fundindo assim as funções de comerciante com as de agente, é-lhes possível adotar práticas desonestas.

3. o agente de fabricantes (ou representante) opera sob ajustes a longo prazo, com um ou mais fabricantes, com o fim de colocar no mercado porções de sua produção num território limitado e segundo condições ditadas pelos fabricantes (...)

4. o agente de vendas é um intermediário que, sob condições de contrato a longo prazo, manipula toda a produção de determinado produtor, com liberdade quase total em questões de preço e condições de venda (...)

Por último, a estrutura da distribuição atacadista de produtos agrícolas apresentada por Heidingsfield e Blankenship envolve três tipos de mercado: o atacado local, o central e o central secundário. Estes não serão aprofundados. Acredito que o que foi

exposto até aqui (alusivo ao comércio atacadista dos serviços manufaturados) é capaz de cobrir a análise do comércio atacadista carioca na segunda metade do século XIX. É preciso ficar claro que não é nossa intenção tentar encaixar cada uma destas tipologias aos comerciantes por atacado do Rio de Janeiro, sob riscos óbvios. O suporte aqui fornecido será referencial a ser utilizado em ocasiões particulares, lançando luz apenas nos casos onde comprovadamente se verificam semelhanças.

## **CAPÍTULO 3**

### **OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Passamos agora ao último capítulo da primeira parte, subdividido em dois itens. Primeiramente, apresentarei os documentos utilizados na pesquisa, desde a procura pelos principais produtos de exportação e importação até a base utilizada posteriormente na espacialização dos estabelecimentos por atacado.

Isso feito, serão esclarecidos os procedimentos que balizaram a elaboração dos mapas finais, uma das maiores contribuições deste trabalho.

#### **3.1 – A base documental**

A pesquisa de dados primários se deu em dois grupos principais de documentos. Para listar os principais produtos que entravam e saíam pelo Rio de Janeiro entre 1855 e 1900 foi necessária uma varredura na documentação do Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro, em parte já digitalizada<sup>22</sup>. Para os produtos de exportação e importação foram utilizadas três fontes primárias:

- “Relatórios do Ministério da Fazenda”;
- “Importação e exportação: movimento marítimo, cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brazil”; e

---

<sup>22</sup> Um grande número de documentos sobre comércio brasileiro (séculos XIX e XX) são encontrados no endereço eletrônico [www.memoria.nemesis.org.br](http://www.memoria.nemesis.org.br) (Projeto Memória Estatística do Brasil – Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro).

- “Mappas Estatísticos da Navegação e do Commercio Marítimo do Porto do Rio de Janeiro”.

O refinamento desses dados deu origem às primeiras tabelas <sup>23</sup>. As outras, que formam o conjunto de dados mais tarde cartografado, foram feitas com base no Almanak Laemmert. Este almanaque funcionava como um catálogo da época contendo informações de diversas naturezas <sup>24</sup>.

Trata-se de um instrumento metodológico importante para os que trabalham com a reconstituição espacial de atividades no Rio de Janeiro do século XIX: os já citados trabalhos de Marcelo Motta e de Elisa Almeida e Dulce Pinto, por exemplo, utilizaram esta mesma base de dados. Vejamos um exemplo de informação dada pelo Laemmert a partir da Figura 4:

**Figura 4: Exemplo da disposição de endereços no Almanak Laemmert – neste caso, armazéns de ensaque de café em 1855.**

<b>Armazens de Café (Ensaque).</b>	
Amaral & Souza, r. dos Benedictinos, casa sem numero.	
Antonio Alves Basto, junior, r. de S. Bento, 17.	
Antonio Alves Bastos, r. de Bento, 5.	
Antonio Alves Pinto & C., r. Municipal, 19.	
Antonio da Costa Faria & C., r. Municipal, esq. da r. dos Benedictinos.	
Antonio Joaquim de Azevedo, r. do Rosario, 46.	
Antonio José de Miranda e Silva & C., r. do Rosario, 9 e 12.	
Antonio José Pinto Guimarães & C., praia dos Mineiros, 51.	
Antonio Tavares Guerra, ☼ 4, & C., r. de S. Bento, 41.	
Antonio Vidal Leite Ribeiro, ✚ 2, r. Municipal, 8.	
Avilez, Guimarães & C., r. de S. Bento, 30.	
Azevedo & Duarte, r. do Rosario, 46.	
Barros & Leopoldino, r. de S. Bento, 14.	
Bento José Soares & C., r. da Candelaria, 59.	
C. Furquim de Almeida & Irmão, r. dos Benedictinos, 12.	
Cand. J. Rodrigues Torres ✚ 2, & C., r. de S. Franc.-da Prainha, 40 A	
Carvalho, Braga & C., r. dos Benedictinos, 1 A.	
Carvalho Guimarães & C., r. de S. Bento, 49.	
Costa & Ferreira, r. de S. Francisco da Prainha, 45.	
Dias Braga & Guimarães, r. dos Pescadores, 38.	

<sup>23</sup> No caso de Santos, que passou a ser objeto de análise fora do nos-

de Santos, que apesar de estar

As tabelas comparando os portos do Rio e de Santos mostraram que a crise cafeeira fluminense não foi capaz de tornar o porto do Rio de Janeiro menos dinâmico e importante, sobretudo devido às importações.

<sup>24</sup> Além de permitir que trabalhemos com atividades ligadas ao comércio, serviços e indústrias no Rio de Janeiro do passado, esse catálogo traz ainda outras informações preciosas sobre a cidade. A abrangência da obra é o que mais impressiona: o Laemmert nos oferece desde tabelas detalhadas sobre importação e exportação até informações sobre cortiços e classes mais abastadas da cidade (onde residiam, que títulos possuíam etc). Ao consultar o Almanak Laemmert podemos perceber que ao longo dos anos houve uma visível evolução em relação à sua densidade e à organização de suas informações.

O ano de 1855 (e no caso café também os anos de 1870 e 1885) podem ser acessados em versão digitalizada, disponível na Internet. Já o ano de 1900 se encontra “micro-filmado” na Sessão de Obras Raras da Biblioteca Nacional. Para os geógrafos, a vantagem do Almanak Laemmert é fornecer os endereços dos gêneros comerciais a serem trabalhados. A escolha dos gêneros, feita pela disponibilidade de dados, somada à identificação de suas localizações, nos leva ao conjunto de mapas finais.

### **3.2 - A operacionalização cartográfica**

Por último, tratemos da elaboração dos mapas. A organização dos dados recolhidos no Laemmert, inicialmente, deu origem a uma grande lista contendo as localizações dos gêneros comerciais. A partir daí, seguiram-se três etapas:

- 1) A identificação das localizações a partir de uma planta cadastral elaborada por Edward Gotto, em 1866 <sup>25</sup>, conforme a figura 5. A maior vantagem desta planta é dividir as ruas em lotes, garantindo uma localização bastante aproximada dos estabelecimentos em questão (Figura 5).
- 2) A plotagem dos dados em mapas de época, buscando-se a correspondência com os números dos imóveis levantados na planta cadastral. Neste caso, será utilizado o Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1858 produzido por Roberto Leeder (Figura 6).
- 3) A confecção final dos mapas através de programas de computação, utilizando a base cartográfica disponível no trabalho de Marcelo Paiva da Motta.

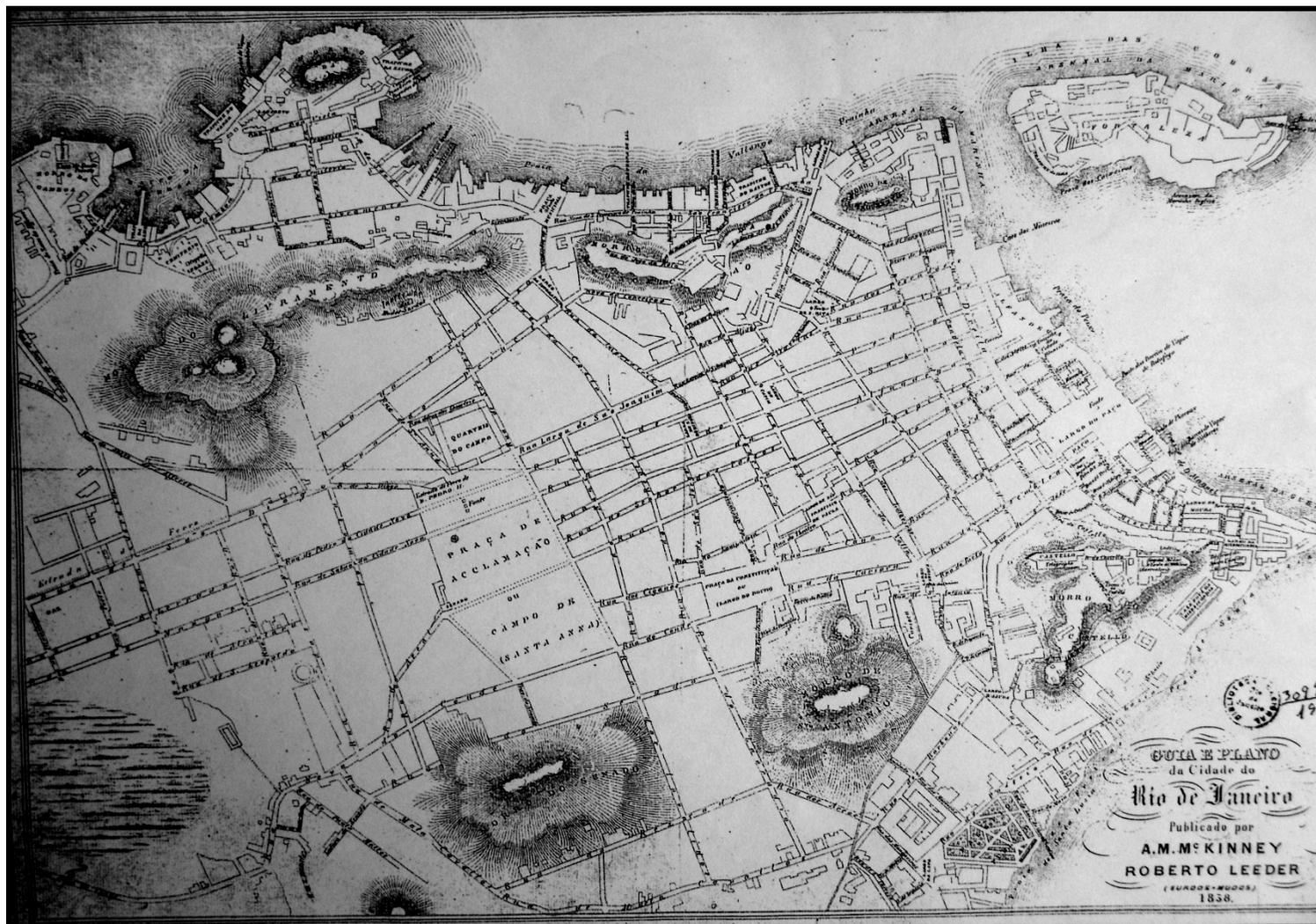
---

<sup>25</sup> Esta planta foi encomendada pela Companhia Rio de Janeiro City Improvements e utilizada na construção do sistema de esgoto da cidade.





Figura 6: Mapa da cidade do Rio de Janeiro em 1858 produzido por Robert Leeder



**PARTE 2: A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO ATACADISTA**  
**CARIOCA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

## **CAPÍTULO 4**

### **O SUPORTE HISTÓRICO**

É impossível tratar nosso objeto de estudo sem recorrer a um suporte histórico adequado. Por isso, vale a pena dedicar dois pequenos itens a este fim, permitindo uma análise empírica mais coerente com a realidade do Rio de Janeiro oitocentista.

O primeiro item, uma breve contextualização, dará conta de algumas das principais questões urbanas no período estudado, com o cuidado de não se tornar muito longa. O principal trabalho utilizado nesta etapa será “A Evolução Urbana do Rio de Janeiro”, de Mauricio de Almeida Abreu. O segundo, um diálogo com a história econômica, discutirá as quatro classes do comércio por atacado em seu viés quantitativo, buscando, quando possível, relações com documentos primários.

#### **4.1 - Breve Contextualização**

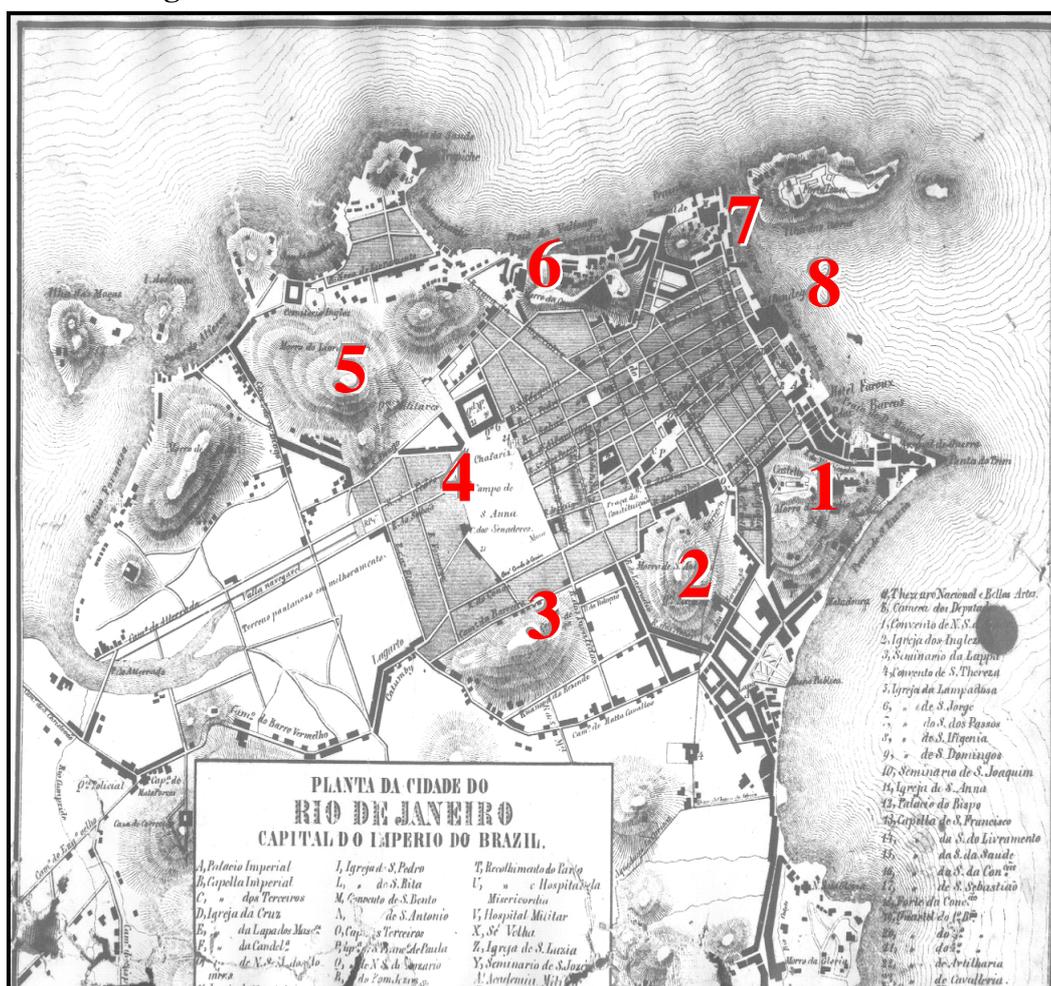
Segundo Galvão (1992), o Rio de Janeiro – comprimido entre o mar e a montanha, ladeado por praias, restingas, baixadas parcialmente pantanosas e florestas – teve seu crescimento sempre forjado na luta pelo espaço e na superação das distâncias frente às condições especiais do seu meio físico. A cidade ocupava um chão duramente conquistado à natureza através de um processo de dessecamento de brejos e mangues que já durava mais de três séculos.

Entretanto, é no século XIX que começa a época das grandes transformações na paisagem espaço urbana do Rio de Janeiro, conforme aponta Lysia Bernardes (1959). De acordo com a autora, os séculos XVII e XVIII se caracterizaram, sobretudo, pela lenta conquista da planície da “cidade velha” e apenas alguns tentáculos se estenderam para o sul, o oeste e o norte. Dessa forma, durante as primeiras décadas do século XIX adensa-se cada vez mais o casario no velho “centro” do Rio de Janeiro, cidade onde o

plano urbano tipicamente português determinou o aproveitamento máximo do espaço urbano.

Em meados do século XIX a área urbana do Rio de Janeiro tinha como limites a orla marítima paralela à Rua Direita (atual Primeiro de Março) e o Campo de Sant' Anna (se tornando menos densa nesta direção). Lateralmente os limites eram, de um lado, os morros do Castelo, Santo Antônio e Senado; de outro, os morros de São Bento, Conceição e Providência, como mostra a Figura 7.

**Figura 7: Planta da Cidade do Rio de Janeiro em 1844**



Fonte: Adaptado de NIEMEYER, J. C. Cartela da Carta Corographica do Imperio do Brazil, 1846.

**LEGENDA:**

1 – Morro do Castelo	5 – Morro do Livramento
2 – Morro de Santo Antônio	6 – Morro da Conceição
3 – Morro do Senado	7 – Morro de São Bento
4 – Campo de Sant' Anna	8 – Orla paralela à Rua Direita

Esses limites correspondem, grosso modo, às atuais regiões administrativas do Centro e Zona Portuária. A primeira metade do século XIX assistiu ainda a uma grande expansão demográfica da cidade. Foram fatores fundamentais para esse crescimento, de acordo com Galvão (1992): a ordenação e regulação das funções portuária, comercial, administrativa e política movidas pelo ciclo do ouro, que culminam com a instauração do vice-reinado no Rio; a vinda da família real; a abertura dos portos e a expansão cafeeira.

A vinda da família real é considerada um divisor de águas na história do Brasil. De um lado, foi fundamental para a ruptura do pacto colonial e a abertura da economia brasileira às chamadas “nações amigas”<sup>26</sup>; de outro, levou a transformações marcantes na vida, nas funções e na forma da cidade do Rio de Janeiro (Abreu, 1992). Lessa (2000), por sua vez, afirma que o período joanino alavancou decisivamente o desenvolvimento do Rio, sendo inegável o choque expansionista ocorrido na cidade depois de 1808. Os recenseamentos disponibilizados por Abreu (2006 [1987]) apontam para um crescimento populacional de 22% de 1821 a 1838: no início da segunda metade do século, a população carioca já alcançava mais de 200.000 pessoas; na década de 1870 a população elevou-se a 500 mil pessoas e em 1890 o Rio de Janeiro já contava com quase 700 mil habitantes.

Lobo (1978), todavia, nos lembra que as freguesias urbanas possuíam uma quantidade de população muito superior àquelas verificadas em freguesias suburbanas. Na realidade, manter-se junto ao “centro” era essencial à sobrevivência da maior parte da população. Inicialmente, apenas uma pequena parte da população pôde começar a procurar novas localizações, conforme aponta Abreu (*ibid.* p. 37):

Beneficiadas pela ação do poder público, que abria e conservava as estradas e caminhos que demandavam os arrabaldes da cidade, as classes de renda mais alta, as únicas com poder de mobilidade, puderam se deslocar do antigo e congestionado centro urbano em direção à Lapa, Catete e Glória (freguesia criada em 1834), Botafogo (freguesia da Lagoa) e São Cristóvão (freguesia do Engenho Velho).

---

<sup>26</sup> A abertura dos portos às “nações amigas” esteve ligada aos interesses ingleses, que garantiram posição privilegiada com concessão de liberdade comercial. Os tratados de 1810 ainda asseguraram à Inglaterra tarifas preferenciais e direitos de extra-territorialidade. Finalmente, a posição da Grã-Bretanha como intermediária no reconhecimento da independência do Brasil por parte de Portugal lhe valeu a confirmação dos baixos impostos alfandegários sobre a importação de manufaturas inglesas [Ver: Lobo (1978) e Furtado (1970)].

Novamente com Abreu (2006 [1987]), a partir de 1850 a cidade conhece um novo e importante período de expansão. Em primeiro lugar, este processo esteve ligado à incorporação de novos sítios à área urbana, onde teve importância a intensificação dos trabalhos de aterro do Saco de São Diogo e o conseqüente surgimento da Cidade Nova (que inclui não só a Cidade Nova dos dias atuais, mas também os bairros do Estácio, Catumbi, o que sobrou do Mangue e parte do Rio Comprido). De outro lado, a expansão urbana esteve também associada à intensificação da ocupação das freguesias periféricas, notadamente a da Lagoa. Já locais como Tijuca, Andaraí e Engenho Velho, embora já fossem servidos desde 1838 por ônibus de tração animal, iniciaram seu processo de retalhamento de suas antigas fazendas e sítio apenas na segunda metade do século XIX.

De acordo com Bernardes (1959), é apenas na segunda metade do século XIX que a cidade vence definitivamente o problema das distâncias e passa a se expandir de modo contínuo e denso. O ano de 1870 é um marco divisório na história da evolução urbana do Rio de Janeiro. A fase compreendida entre este ano e 1902, representa, para a história do Rio de Janeiro, não só a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana, como também a etapa inicial de um processo em que essa expansão passa a ser determinada pelas necessidades de reprodução do capital nacional e estrangeiro (Abreu, 2006 [1987]).

Controlados em grande parte pelo capital estrangeiro, trens e bondes tiveram um papel indutor diferente no que toca à expansão da cidade. Os bondes permitiram o êxodo cada vez maior dos que podiam arcar com esse ônus, mas mantinham-se nas freguesias centrais por falta de meio de transporte rápido e regular. O ano de 1868 marca o início do serviço de carris no Rio de Janeiro. A primeira concessão é dada a uma companhia americana (Botanical Garden Railroad Company) que nesse ano inaugura uma linha ligando a rua de Gonçalves Dias (no chamado “centro”) ao Largo do Machado. A partir deste momento, portanto, outras empresas passam a obter concessões que permitem a expansão urbana em direção a bairros das zonas norte e sul. Destacamos aqui a inauguração, em 1870, da Rio de Janeiro Street Railway Company (Companhia São Cristóvão) e da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, em 1873. Ao contrário dos bondes, que penetraram em áreas que já vinham sendo urbanizadas ou retalhadas em chácaras desde a primeira metade do século, os trens foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que até então, se mantinham como exclusivamente rurais. Atuando em conjunto, bondes e trens possibilitaram a expansão da cidade e permitiram

a solidificação de uma dicotomia núcleo-periferia que já se esboçava antes de 1870 (Abreu, 2006 [1987]).

A expansão capitalista na cidade, no entanto, não se restringia ao avanço no sistema de transportes. Além disso, um conjunto de serviços de consumo coletivo destinados a atender as necessidades básicas da população – como água, esgoto e iluminação – reestruturaram o deslocamento de homens e mercadorias, definindo um novo contexto que ampliava consideravelmente as possibilidades de atuação do capital (Lamarão, 1991). Além da influência nos sistemas técnicos, o fortalecimento do capitalismo se fez sentir em outras frentes na cidade do Rio de Janeiro. Comercialmente, a capital do Império ampliou sua função portuária e centralizadora, conectando grande parte da economia nacional ao mercado externo. Como aponta Motta (2001) a cidade viu, nesse período, o início da mudança de seu papel econômico: de escoadouro da produção agrária e aurífera (já decadente) no final do século XVIII, passou a incrementar sua área de influência a todo o centro-sul do país, distribuindo escravos e produtos manufaturados ao mesmo tempo em que se iniciava o ciclo cafeeiro. A projeção da cidade como grande centro exportador se deu através de relações cujos montantes e trâmites exigiam um porte bem maior do que aquele conhecido no período colonial (Lobo, 1978).

Agora, vejamos mais de perto a evolução da função comercial a partir do diálogo com a história econômica.

#### **4.2 - Diálogo com a história econômica**

O primeiro ponto deste diálogo diz respeito ao aumento da importância comercial no Rio de Janeiro do século XIX. Na segunda metade do período oitocentista, a cidade continuou a exercer seu papel de escoamento de gêneros primários e ainda se consolidou como centro distribuidor de artigos importados através do comércio de cabotagem. Isso se confirma pela análise do número de estabelecimentos atacadistas, que quase dobrou entre 1855 e 1900. Se no primeiro ano existiam em torno de 900 firmas voltadas para o atacado na cidade, no segundo recorte já eram mais de 1800

estabelecimentos (conforme mostram os Quadros 4, 6, 7 e 8). A classe mais importante em termos quantitativos foi a dos intermediários comerciais (Classe 1), que apresentou também o maior crescimento entre os dois recortes temporais. Dentre todas, essa era a classe que consumia menos espaço. Já a Classe 4 (Gêneros voltados à Construção e à Produção Industrial), cujos estabelecimentos necessitavam de mais espaço, foi a que apresentou os menores números absolutos e a menor tendência de crescimento entre 1855 e 1900. Já as quantidades de depósitos nas Classes 2 e 3 (gêneros alimentícios e manufaturados, respectivamente) foram quase as mesmas nos dois anos analisados; a diferença é que na Classe 3 o crescimento foi maior de um ano para outro.

A primazia da função comercial na capital brasileira durante o século XIX se torna nítida nos documentos da época. As somas dos valores totais movimentados pela alfândega carioca entre 1845 e 1907 (que consideram os valores das importações e das exportações) revela uma tendência constante de crescimento, conforme mostram os quadros 1, 2 e 3. Apenas na passagem de 1865 para 1870 houve tendência de queda, contornada partir de 1875. Uma análise mais detalhada destes quadros dá luz a aspectos interessantes.

Primeiramente, nos vinte anos entre 1845 e 1865, o valor das importações superou o das exportações<sup>27</sup>. A exceção é o ano de 1855, em que os valores foram praticamente iguais, como mostra o Quadro 1, baseado em documentação primária reunida por Eulália Maria Lobo:

**Quadro 1: Comércio no Rio de Janeiro (1845-1865)**

Anos	1845	1850	1855	1860	1865
<b>Importação</b> (em mil réis)	26.795:251\$	39.162:270 \$	50.158:749\$	72.979:831 \$	80.709:067 \$
<b>Exportação</b> (em mil réis)	22.599:321 \$	26.342:904 \$	51.171:341\$	57.599:786 \$	62.572:339 \$

Fonte: LOBO (1978:266-288)

<sup>27</sup> A análise dos Quadros 1, 2 e 3 mostra que as diferenças entre os valores das importações e exportações entre 1845 e 1902, embora existam, foram sempre relativamente pequenas. Apenas em 1907 a diferença é realmente significativa, com as importações rendendo quase o triplo do valor das exportações.

Já entre 1870 e 1890, por conta da exportação do café, a situação se inverte e a alfândega carioca passa a ter superávit em sua balança comercial:

**Quadro 2: Comércio no Rio de Janeiro em mil réis (1870-1885)**

Anos	1870	1875	1880	1885
<b>Importação</b> (em mil réis)	63.710:142 \$	101.356:148 \$	96.545:900 \$	103.699:482 \$
<b>Exportação</b> (em mil réis)	71.075:350 \$	103.091:351 \$	112.090:000 \$	109.145:024 \$

Fonte: LOBO (1978:266-288)

A partir de 1890 o valor das importações volta a superar o das exportações, uma tendência que vai perdurar até a década de 1930. De um lado, isso reflete a crise pela qual passava o principal produto fluminense; de outro, mostra a mudança de função do porto do Rio de Janeiro, que ganhava importância como centro distribuidor de artigos importados e como mercado consumidor. Vejamos o Quadro 3:

**Quadro 3: Comércio no Rio de Janeiro em mil réis (1890-1907)**

Anos	1890	1901/1902	1907
<b>Importação</b> (em mil réis)	167.224:881 \$	216.277:055 \$	316.714:303 \$
<b>Exportação</b> (em mil réis)	138.571:433 \$	168.084:918 \$	117.259:034 \$

Fonte: “Mappas Estatísticos da Navegação e do Commercio Marítimo do Porto do Rio de Janeiro. Anno Civil de 1890” - Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro; “Importação e exportação: movimento marítimo, cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brazil em 1902/1907” - Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

A importância do comércio extrapolava a cidade para ganhar o país, mostrando o nível de centralidade da capital brasileira. Em 1850, dos 2847 navios que entraram no Brasil, 1125 tiveram como destino o Rio de Janeiro; dentre 2877, 1165 saíram do Rio. Nos outros 18 portos listados, o mais dinâmico era o de Salvador, com apenas 470 navios de

entrada e 466 de saída <sup>28</sup>. Segundo Eulália Lobo, na virada do século XIX o movimento portuário do Rio de Janeiro esteve entre os três principais das Américas e os quinze maiores do mundo.

Os dados reunidos por Eulália Lobo também servem para mostrar o quanto o movimento comercial carioca representava no montante nacional. Em 1855, os valores referentes às importações e exportações na capital respondiam por aproximadamente a metade dos valores totais brasileiros. Em 1888, a proporção manteve-se muito alta nas importações (131.369:306 mil réis em um total brasileiro de 260.998:859) embora, nas exportações, começasse a ganhar força a tendência que iria prevalecer a partir da virada para o século XX. Dos 212.592:272 mil réis conseguidos com as exportações, menos de um terço (95.752:919 mil) era proveniente do Rio de Janeiro <sup>29</sup>. Retomaremos o assunto mais à frente, quando tratarmos isoladamente do café e da comparação entre o movimento comercial carioca e santista.

A comparação entre as exportações e as importações pode ser estendida para além dos valores. Se listarmos os principais produtos da alfândega carioca (ou mesmo se considerarmos o total brasileiro), percebemos a enorme diferença entre as duas pautas. De um lado, as exportações são pouco diversificadas, como atestam as Tabelas 1, 2 e 3 (Anexos – Parte 1). As importações, por sua vez, são bem mais variadas e, como mostram as Tabelas 4, 5 e 6 (Anexos – Parte 1) são bem menos concentradas em termos de valores.

Vistos os principais produtos, podemos seguir nosso diálogo analisando isoladamente cada uma quatro classes a partir de sua dimensão quantitativa. Quando possível, faremos uso de outros documentos da época.

---

<sup>28</sup> “Colleção dos mappas estatísticos do commercio e navegação do Imperio do Brsil com suas províncias e paizes estrangeiros no ano financeiro de 1855”. Documentação pertencente ao Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda.

<sup>29</sup> LOBO, 1978:266-268.

### **a) Classe I – Agentes Comerciais**

Como já dito, aumento nos estabelecimentos que exerciam a função de intermediação comercial foi o mais considerável de todos. De 348 firmas em 1855, passamos a 862 em 1900 – mais que o dobro.

Podemos ainda analisar os agentes isoladamente. Os que trabalhavam exclusivamente como comissários passaram de 130 para 153. Isso mostra que o aumento da importância destes agentes não esteve restrito ao café <sup>30</sup>.

Já as consignações, como método exclusivo de negócio, perderam força na segunda metade do século XIX, passando de 82 para apenas 2 firmas. As firmas que operavam sob as duas formas e com gêneros diversos aumentaram de 30 para 77; embora tenha havido aumento, este é pequeno se considerarmos ao número de comissários e consignatários que trabalhavam exclusivamente com o café – que passaram de 47 para 144. No capítulo 5 (item 5.2.3) abordaremos com mais detalhes a evolução quantitativa e espacial dos agentes e armazéns de ensaque de café.

Os representantes, que não foram listados em 1855, são 41 em 1900 e, no caso dos escritórios e corretores, há novamente tendência de aumento – de 25 para 75. O número que mais nos chama atenção, todavia, é o de atacadistas não-especificados de importação e exportação, presentes apenas em 1900. Neste caso, pouco importa se não está claro se são comissários, corretores ou representantes, pois o mais curioso é a diferença entre eles: são apenas 5 firmas voltadas exclusivamente à intermediação de gêneros de exportação contra 212 de importação. A ínfima presença de agentes exportadores de outros produtos que não o café nos dá idéia da concentração dos negócios em torno deste gênero na segunda metade do século XIX. A presença maciça de negociantes exclusivamente voltados à importação, por sua vez, vai ao encontro das análises acima descritas e representa a maior concentração entre todos os intermediários analisados em 1855 e 1900.

Os trapiches alfandegados também tiveram aumento considerável, passando de 11 para 62, embora acreditemos que existissem muito mais. Lembremos que o porto

---

<sup>30</sup> Ferreira (1977) nos lembra que estes comerciantes, ao longo do tempo, ganharam uma função financeira muito importante; no caso do comissariado de café no período oitocentista, isto foi ainda mais considerável.

propriamente dito data apenas da primeira década do século XX. Os trapiches, portanto, eram os responsáveis pelo embarque e desembarque de mercadorias, ainda “pulverizadas” espacialmente, ou seja, sem um ponto único de concentração. Isso não significa que as embarcações seguissem seus rumos aleatoriamente; nas palavras de Fridman (1999:111)

Devido ao aumento das atividades portuárias e comerciais da cidade, foi baixado um regulamento em (...) 1831, que delimitava três ancoradouros no litoral. A lei determinava que Villegagnon, Boa Viagem, Trem e Gragoatá fossem destinados à melhoria das embarcações (...), o trecho da baía entre as ilhas das Cobras e das Enxadas dedicado à descarga de mercadorias, e para as naus à espera de carga deveriam ser utilizados os cais existentes entre o Trapiche do Sal e o Valongo. E mais, que os passageiros chegados à cidade por navios ancorados na Ilha de Villegagnon seriam transportados em botes para os cais Pharoux e dos Mineiros, e as mercadorias, encaminhadas aos trapiches da Saúde e Gamboa (...) É importante dizer que tal regulamento veio a normatizar uma divisão espacial portuária já existente (grifo meu).

O Quadro 4 resume a comparação quantitativa dos gêneros pertencentes à classe I:

**Quadro 4: Classe I – Comparação Quantitativa**

<b>Comerciantes</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1855</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1900</b>
Comissários	130	153
Consignatários	82	2
Comissários e Consignatários	30	77
Comissários e Consignatários de café	47	144
Não-especificados	23	25
Escritórios e corretores	25	75
Trapiches alfandegados	11	62
Intermediários não-especificados de gêneros de importação		212
Intermediários não-especificados de gêneros de exportação		5
Intermediários não-especificados de gêneros de importação e exportação		66
Representantes de firmas estrangeiras		41
<b>TOTAL</b>	<b>348</b>	<b>862</b>

Fonte: Almanak Laemmert, 1855 e 1900. Organizado pelo autor.

Vejamos agora as três classes definidas para o atacadismo “em grosso”.

## b) Classe II - Gêneros Alimentícios e afins

Na classe dos gêneros alimentícios e afins, também houve aumento geral no número de estabelecimentos entre 1855 e 1900. De 225 armazéns registrados no primeiro recorte passamos em 1900 a 383. No caso dos depósitos de açúcar, porém, o aumento foi quase insignificante: de 25 para 35 armazéns. Os dados apresentados abaixo mostram como a exportação desse gênero, a exemplo do algodão, perdeu importância entre os séculos XIX e XX, sobretudo se comparada a do café <sup>31</sup>:

**Quadro 5 : Percentagem de participação no total das exportações**

<b>Produto</b>	<b>1821-1823</b>	<b>1871-1873</b>	<b>1912-1914</b>
<b>Algodão</b>	25,6	16,6	2,9
<b>Açúcar</b>	23,1	12,3	0,3
<b>Café</b>	18,7	50,2	60,4

Fonte: LEFF (1972 citado por LOBO, 1978:133)

Sobre a crise das lavouras tradicionais brasileiras, Furtado (1959) adverte que o mercado de açúcar tornava-se cada vez menos promissor, devido, em primeiro lugar, à competição com o açúcar de beterraba que se desenvolvera na Europa desde as guerras napoleônicas; nos EUA (mercado importador em mais rápida expansão), se desenvolvia amplamente a produção açucareira da Luisiana, comprada aos franceses em 1803. O algodão, segundo produto mais exportado no começo do século XIX, tinha situação ainda pior. A queda dos preços do produto no mercado internacional (devido à produção em larga escala nos EUA e à transformação do gênero em principal matéria-prima do mercado mundial) reduziu a rentabilidade do algodão brasileiro. Ainda segundo Celso Furtado, os mercados de produtos como fumo, couros, arroz e cacau não admitiam grandes possibilidades de expansão. Em resumo, as possibilidades de que as exportações tradicionais brasileiras pudessem recuperar o dinamismo já eram remotas desde o final do século XVIII.

<sup>31</sup> A primazia da atividade cafeeira no século XIX está ligado à decadência da mineração, que já vinha sendo anunciada desde a segunda metade do século anterior. De acordo com Prado Júnior (2006 [1945]), no início do período oitocentista a mineração sofre seu colapso final. A expansão dos produtos no comércio mundial era a saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento brasileiro, tendo em vista a dificuldade de um desenvolvimento baseado no mercado interno.

O café, que já era plantado no Brasil para fins de consumo local desde o início do século XVIII, passou a ser a melhor opção – além da boa adaptação climática, o plantio da rubiácea era mais barato que o do açúcar, pois se por um lado utilizava a mesma base escravocrata, por outro explorava mais intensamente o fator terra.

Para Lobo (1978), as condições em que a atividade cafeeira surgia eram bem distintas daquelas dos séculos anteriores; todavia, alguns elementos essenciais conservaram-se inalterados, como: as relações de produção escravista, a propriedade da terra (monopolizadas por um pequeno número de grandes proprietários) e, finalmente, a monocultura de exportação, ainda o caminho por excelência de acumulação de capital. De acordo com Silva (1976), a empresa colonial brasileira desde o início organizou-se alinhada ao capital comercial europeu. A ruptura do Pacto Colonial e a independência política propiciaram a possibilidade de interiorizar a apropriação de excedentes em escala mais ampla, mas não alteraram a forma de dominação do capital. Assim, mantinha-se preservada, desse modo, a hegemonia do capital comercial, só que nacionalizado. Para o autor:

Esse fato justificava-se ainda devido ao fraco desenvolvimento de relações capitalistas no país, à acumulação de capital se realizar no nível do comércio, e à posição ocupada pelo Brasil na economia mundial como país produtor de matérias-primas dependente do mercado externo. Essa dependência reforçava o papel dominante do comércio na economia brasileira (SILVA, 1976:61)

Em 1830 o Brasil se torna o maior mundial produtor de café; na década de 1850, mais da metade do total mundial vinha do Brasil (Taunay, 1945). O meio século compreendido entre 1820 e 1870 fora o da grande fase da cafeicultura fluminense, grande responsável pelo aumento da renda brasileira neste período. A redução no número de armazéns de ensaque de café entre 1855 e 1900 (Quadro 5) se deve a condições particulares e também será explorada no Capítulo 5.

Os dados da produção açucareira fluminense para 1871, por sua vez, indicam que a Província do Rio era apenas a nona entre as maiores exportadoras de açúcar, atrás de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Sergipe, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e Ceará (Barreto 1875, citado por Lobo, 1978). Além de reduzir as exportações de gêneros tradicionais (aumentando a dependência do café), o Rio de Janeiro também precisava

cada vez mais de outras províncias para suprir seu mercado. Essa tendência firmou-se em outros gêneros, que passavam a vir de cada vez mais longe. Nas palavras de Eulália Lobo (1978:164):

A análise da lista dos preços de alimentos (...) a partir de 1840 (...) permite acompanhar um processo de substituição de gêneros produzidos na Província por produtos importados de regiões mais distantes. O feijão preto do Rio Grande do Sul suplantou o feijão local; a farinha de mandioca de Porto Alegre, a de Magé e Suruí; o açúcar mascavo de Campos pelo do nordeste; a farinha de trigo que vinha do Sul do Brasil na sua maior parte começou a ser suplantada quase exclusivamente pelos Estados Unidos. A carne seca da Bacia do Prata passou a predominar sobre a importação do Rio Grande do Sul.

A maior distância percorrida por estes produtos, entretanto, teve pouca influência na quantidade de armazéns de gêneros como a farinha de trigo, o sal e o azeite (todos importados). Embora com tendência de aumento, este foi muito modesta entre 1855 e 1900. Outros gêneros como arroz, tapioca, goma, araruta e conservas alimentares apresentaram quantidades menores ainda.

A carne seca, por sua vez, confirmou sua importância na pauta de importações através de um número considerável de armazéns: 47 em 1900. Para Lobo (1978), além dos altos preços (fruto de um monopólio que a Câmara só ia conseguir desfazer em 1884), o comércio da carne enfrentou outros problemas durante o século XIX, como a precariedade dos transportes e a falta de produção local. Isso fazia com que o comércio se intensificasse entre o Rio e a zona platina, além das províncias de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A carne seca se apresentou como segundo maior número entre os gêneros alimentícios, perdendo apenas para os secos e molhados<sup>32</sup>. Estes funcionavam como varejistas e atacadistas e comercializavam diversos gêneros de importação e exportação, como carne seca, toucinho, banha, conservas, cereais, manteiga, vinhos etc. A grande presença no primeiro recorte temporal (111 estabelecimentos) é superada no ano de 1900, em que foram registrados 175 firmas.

---

<sup>32</sup> Nos 'secos e molhados' agregamos os seguintes gêneros: 'Vinhos e Molhados' e 'Secos e Molhados' (1855), 'Molhados por atacado' e 'Mantimentos' (1900).

**Quadro 6: Classe II – Comparação Quantitativa**

<b>Depósitos e Armazéns</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1855</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1900</b>
Ensaque de café	48	25
Arroz	6	
Açúcar	25	35
Farinha de Trigo	10	14
Sal	10	25
Azeite	4	
Carne seca		47
Tapioca, Goma e Araruta	4	62
Conservas Alimentares	7	
Secos e Molhados	111	175
<b>TOTAL</b>	<b>225</b>	<b>383</b>

Fonte: Almanak Laemmert, 1855 e 1900. Organizado pelo autor.

### c) Classe III – Gêneros Manufaturados

De acordo com Lobo (1978) num contexto do predomínio da economia de plantação o setor secundário só poderia ter um caráter marginal. Em termos de depósitos, todavia, foi pequena a diferença entre as Classes II e III: apenas 35 estabelecimentos. Entre 1855 e 1900, o número de estabelecimentos quase dobrou, passando de 196 para 377<sup>33</sup>.

No caso dos tecidos (vindos do exterior e, no Brasil, sobretudo das Minas Gerais), o número passou se manteve alto e praticamente igual entre 1855 e 1900. No caso do primeiro recorte, o Almanak Laemmert deixa bem clara a importância dos tecidos importados, que totalizam sozinhos 96 estabelecimentos. No segundo, não há especificação sobre a origem dos tecidos; acreditamos, porém, que uma boa parte

<sup>33</sup> Na pauta de importações, os manufaturados eram os que apresentavam os maiores valores, seguidos das matérias-primas aplicadas às artes e à indústria. Nas exportações, os maiores valores provinham dos artigos vegetais, seguidos dos minerais (ALVES, 2009).

dos armazéns já trabalhasse com produção local, num contexto de consolidação da indústria têxtil carioca.

O número de armazéns de fumo manteve-se praticamente estável; como aponta Lobo (1978) esse gênero foi um dos mais importantes em termos de número de fábricas ao longo do século XIX. A maior parte da produção, de acordo a própria autora, estava concentrada nas mãos de comerciantes portugueses. O aumento numérico mais importante nesta classe foi o de depósitos de Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos (que também se confundiam com o comércio a varejo). Neste caso, a maioria das fábricas era controlada por brasileiros.

Os depósitos de móveis registraram o segundo maior aumento da classe; segundo Lobo (1978), até 1860 a maioria dos móveis era feita à mão e a produção só servia ao mercado local em virtude da falta de transportes. Por último, os depósitos de couros importados só foram registrados em 1855, com 45 estabelecimentos. A expectativa era de um número maior, sobretudo se considerarmos sua importância no cotidiano oitocentista. Os grandes valores de exportação dos 'couros secos e salgados' registrados para o ano de 1865 por Lobo (1978) parecem estar ligados à função de distribuição do porto carioca, ponto de junção e de reexportação da produção brasileira.

Os dados sobre os depósitos de aguardente também só estão disponíveis no ano de 1900. Assim como gêneros tradicionais como o açúcar, a produção de aguardente carioca não supriu o mercado da cidade em vários momentos do século XIX, conforme mostram os dados de Lobo (1978). Segundo a autora, era preciso importar do Nordeste a fim de exportar para outras províncias tradicionalmente supridas pelo Rio de Janeiro; em 1882, por exemplo, o Rio de Janeiro consumia aproximadamente 21.000 pipas de aguardente, das quais produzia 15.000. A diferença era importada e cerca de 600 pipas eram reexportadas. Vejamos o resumo da Classe III:

**Quadro 7: Classe III – Comparação Quantitativa**

<b>Depósitos e Armazéns</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1855</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1900</b>
Fazendas	112	121
Fumo	34	27
Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos	10	62
Móveis	40	64
Aguardente		20
Couros		45
Sabão, azeite e óleos		38
<b>TOTAL</b>	<b>196</b>	<b>377</b>

Fonte: Almanak Laemmert, 1855 e 1900. Organizado pelo autor.

#### **d) Classe IV – Gêneros voltados à Construção e à Produção Industrial**

Essa classe também apresentou tendência de aumento em números absolutos, embora tenha sido inferior que as outras classes. Começamos pela análise dos depósitos de carvão, que apresentou quase três vezes mais estabelecimentos na passagem de 1855 para 1900 (de 7 para 33). A análise das entradas de carvão pode ser utilizada para mensurar o ritmo de evolução da industrialização carioca; os depósitos de máquinas e instrumentos para a indústria, que também poderiam ajudar neste sentido, só foram registrados em 1900 (79 estabelecimentos).

Analisando dados primários referentes à entrada de carvão, todavia, percebemos que os valores só se tornam realmente significativos a partir da década de 1910, conforme aponta Alves (2009)<sup>34</sup>.

O ferro, aço e outros metais, por sua vez, estiveram presentes entre os mais importantes artigos de importação durante o século XIX e assim se mantiveram na virada para o século XX (Alves, 2009). Segundo Lobo (1978), um dos ramos fabris mais desenvolvidos no Rio de Janeiro era o das fundições e estabelecimentos de trabalhos de

<sup>34</sup> Em 1913, dos 92.544.056\$ gerados com a importação das 'Matérias-primas e artigos com aplicação às artes e indústrias', cerca de um terço provinha do carvão de pedra.

metal. Em termos numéricos, seus depósitos praticamente dobraram entre 1855 e 1900, assim como os de materiais para construção.

Segundo Eulália Lobo a construção civil constituía uma tradicional indústria na cidade. Dentre outros, a indústria de materiais construção compreendia as olarias e caieiras que fabricavam cal de marisco com cascalho extraído da Baía de Guanabara. Considerando o momento de expansão demográfica e de aumento das edificações urbanas, ele se torna ainda mais significativo.

Por último, os dados sobre o comércio de madeiras também pode ser útil para pensar a evolução da construção civil e naval. Aqui, todavia, a disponibilidade de dados nos restringiu ao ano de 1855, em que foram registrados 60 depósitos. Vejamos o

**Quadro 8: Classe IV – Comparação Quantitativa**

<b>Depósitos e Armazéns</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1855</b>	<b>Número de estabelecimentos em 1900</b>
Carvão	7	33
Ferro, aço e outros metais	14	35
Madeiras	60	
Materiais para construção	28	41
Máquinas e Instrumentos para a Indústria		79
<b>TOTAL</b>	<b>109</b>	<b>188</b>

Fonte: Almanak Laemmert, 1855 e 1900. Organizado pelo autor.

## CAPÍTULO 5

### A GEOGRAFIA DO COMÉRCIO ATACADISTA CARIOCA (1855-1900)

Este capítulo está dividido em duas partes maiores. O item intitulado “As tendências gerais” serve ao intuito de analisar o atacadismo como um setor – cuja unidade se funda, entre outras coisas, nas regularidades espaciais. No primeiro subitem nos interessam as semelhanças espaciais percebidas dentro de cada um dos recortes temporais, assim como os padrões que “unem” os anos de 1855 e 1900. A análise espacial dos padrões predominantes nos permitirá identificar as principais áreas ao longo das quais esteve localizado o setor atacadista carioca na segunda metade do século XIX.

O segundo subitem da primeira parte, por sua vez, é um esforço de diálogo com a geografia intra-urbana da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de relacionar o que percebemos ao conhecimento herdado de outras pesquisas em geografia histórica. Assim, dá-se visibilidade a um elemento importante no estudo da chamada “Organização Interna das Cidades”, sobretudo considerando processos espaciais caros à cidade capitalista, como a *coesão* e a *centralização* de atividades terciárias.

A segunda parte do capítulo foi batizada de “A dupla função do comércio por atacado na cidade do Rio de Janeiro” e, a partir dela, passam a nos interessar as particularidades dos diversos gêneros atacadistas cariocas e as mudanças ocorridas entre 1855 e 1900. Ela está dividida em três outros subitens. Primeiramente, consideraremos as duas partes que compõe o comércio por atacado; de um lado, cabe analisar com mais cuidado a função e os padrões espaciais de agentes comerciais como comissários e representantes comerciais; de outro, verificar o comportamento espacial de armazéns e depósitos atacadistas, aqui chamados de comércio “em grosso”. Embora vistas separadamente, estas duas partes se encontram intrinsecamente ligadas e, em conjunto, dão unidade às cadeias comerciais que aqui nos interessam. A separação (a partir do critério funcional) é apenas um artifício analítico.

Por último, o terceiro item trata da exportação do café, visto separadamente devido à sua importância econômica e ao seu conjunto de singularidades espaciais, como o

fortalecimento do processo espacial de coesão – que tende a gerar no espaço urbano, as chamadas *áreas especializadas*. Trata-se do último ponto antes das considerações finais.

## **5.1 – As tendências gerais**

### **5.1.1 - Padrões espaciais predominantes**

Inicialmente, é interessante descrever as ruas que concentram mais estabelecimentos atacadistas em cada um dos recortes para identificar o padrão que marca a segunda metade do século XIX. Dentre as ruas mais importantes para o atacadismo carioca no ano de 1855 estão:

- Rua de São Pedro – 106 estabelecimentos
- Rua Direita – 99 estabelecimentos
- Rua da Alfândega – 51 estabelecimentos
- Rua da Quitanda – 50 estabelecimentos
- Rua do Sabão – 43 estabelecimentos
- Rua da Candelária – 37 estabelecimentos
- Rua das Violas – 37 estabelecimentos
- Rua dos Pescadores – 36 estabelecimentos
- Rua do Rosário – 30 estabelecimentos
- Rua de São Francisco da Prainha – 29 estabelecimentos
- Rua do Hospício – 27 estabelecimentos
- Rua de São Bento – 26 estabelecimentos

No ano de 1900, as Ruas de São Pedro, Primeiro de Março (Direita), General Câmara (Sabão) e Alfândega se mantiveram no grupo das ruas mais importantes para a atividade atacadista, como veremos à frente.

A presença de um padrão de concentração comum aos dois recortes, todavia, não se restringe a estas quatro ruas principais. Em 1900, as ruas do Rosário, de Teophilo Ottoni (Violas), da Quitanda, do Hospício, da Candelária e Visconde de Inhaúma (Pescadores)

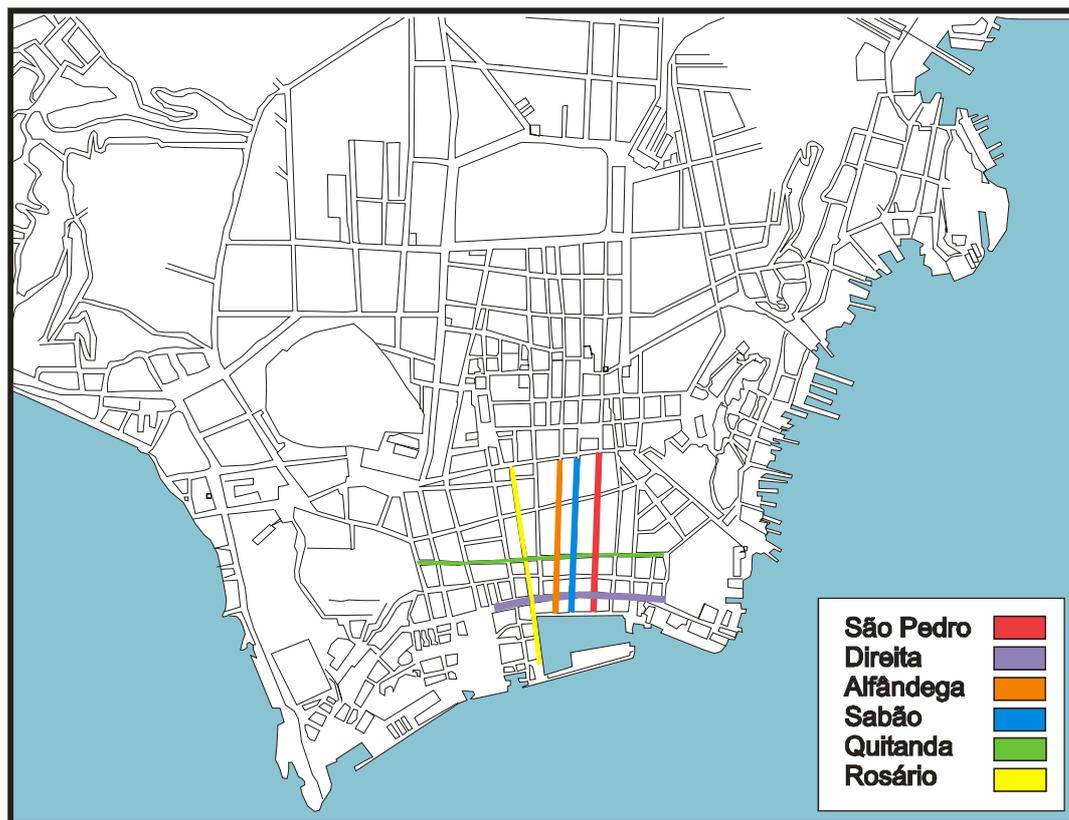
também reaparecem com força. As novidades em 1900 são as grandes concentrações nas ruas da Saúde, dos Ourives, do Ouvidor e da Gamboa.

Vejamos a lista das principais ruas em 1900:

- Rua da Alfandega – 121 estabelecimentos
- Rua de São Pedro – 118 estabelecimentos
- Rua General Câmara- 112 estabelecimentos
- Rua Primeiro de Março (Direita) – 106 estabelecimentos
- Rua do Rosário – 103 estabelecimentos
- Rua da Saúde – 83 estabelecimentos
- Rua de Teófilo Ottoni (Violas) – 75 estabelecimentos
- Rua da Quitanda – 73 estabelecimentos
- Rua dos Ourives – 65 estabelecimentos
- Rua do Hospício – 46 estabelecimentos
- Rua da Candelária – 40 estabelecimentos
- Rua do Ouvidor – 41 estabelecimentos
- Rua Visconde de Inhaúma (Pescadores) – 39 estabelecimentos
- Rua da Gamboa – 36 estabelecimentos

Já o mapa a seguir sintetiza as regularidades que ligam os dois recortes temporais, um padrão que marca a segunda metade do século XIX:

**Figura 8: Principais ruas do comércio por atacado no Rio de Janeiro (1855 e 1900)**



Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

A identificação das principais ruas, entretanto, não é suficiente para delimitar as tendências gerais do atacadismo carioca. Considerando que os estabelecimentos muitas vezes estão localizados em apenas uma parte da rua, ou seja, que existem quarteirões onde a concentração é maior, é preciso ir além desta primeira análise. A idéia é dividir o espaço em outras unidades territoriais, capazes de complementar o quadro espacial mais geral do setor atacadista; aqui chamaremos estas unidades de *áreas*. Elas também serão mencionadas quando analisamos cada classe separadamente.

Inicialmente, a análise dos dez mapas que compõe o ano de 1855 (Anexos – Parte 3) permite a visualização de duas áreas fundamentais. A primeira delas tem como limites as ruas Direita e da Quitanda (ao sul e ao norte); lateralmente, os limites são as ruas de Bragança e do Rosário (a leste e a oeste). Visualizemos a área 1:

**Figura 9: Área 1 - Direita-Quitanda / Bragança-Rosário**



Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

A segunda área tem como limites a rua da Quitanda e dos Ourives (ao sul e ao norte) e as ruas dos Pescadores e do Rosário (a leste e a oeste) e está expressa na Figura 10:

**Figura 10 – Área 2: Quitanda-Ourives / Rosário-Pescadores (1855)**

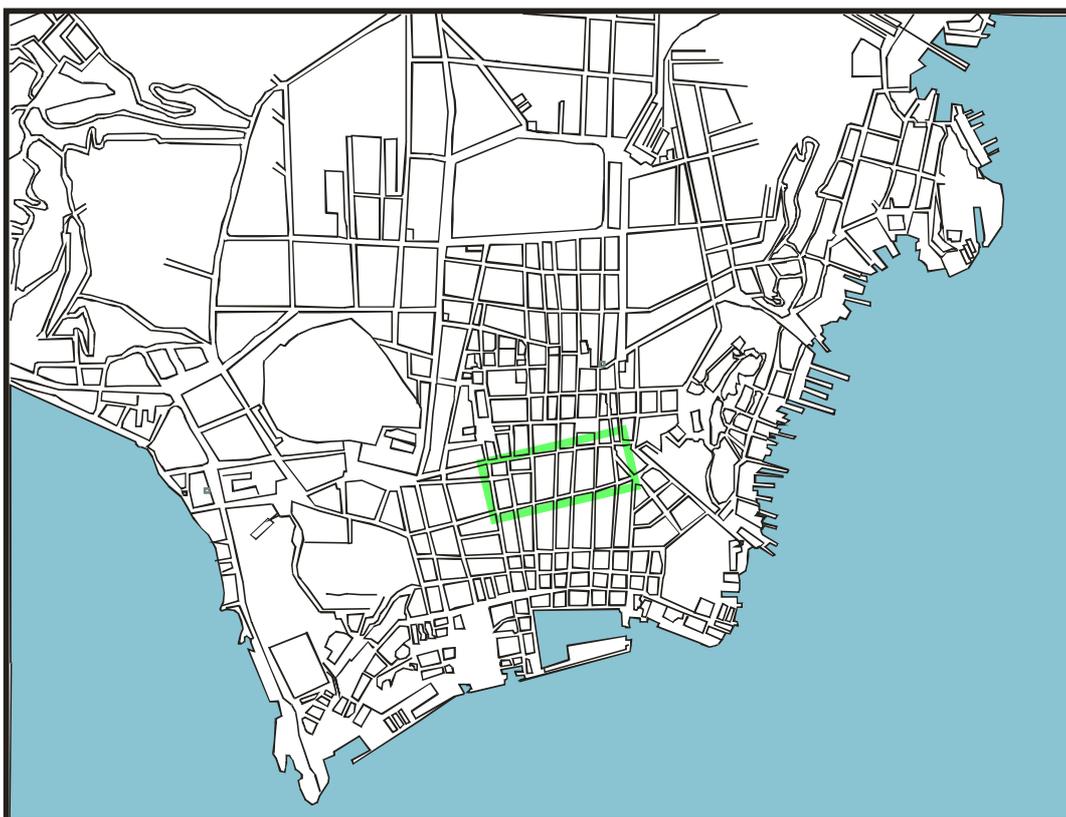


Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

Em 1900, percebemos a manutenção da área 1 como a mais dinâmica da cidade em relação ao comércio por atacado; a área 2, por sua vez, ganha mais importância do que em 1855, apresentando tendências maiores de concentração. Pode-se notar ainda que o aumento no número de estabelecimentos atacadistas na cidade do Rio de Janeiro é acompanhado de uma expansão no alcance espacial, nos permitindo identificar a presença de, pelo menos, mais seis áreas.

Dentre essas seis novas áreas de atuação marcante do atacadismo, destaca-se aquela limitada ao sul e ao norte pelas ruas dos Ourives e Uruguaiana, e a leste e a oeste pelas ruas de Teófilo Ottoni (das Violas) e do Ouvidor, respectivamente. Trata-se da área 3:

**Figura 11 – Área 3: Ourives-Uruguaiana / Teófilo Ottoni-Ouvidor (1900)**



Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

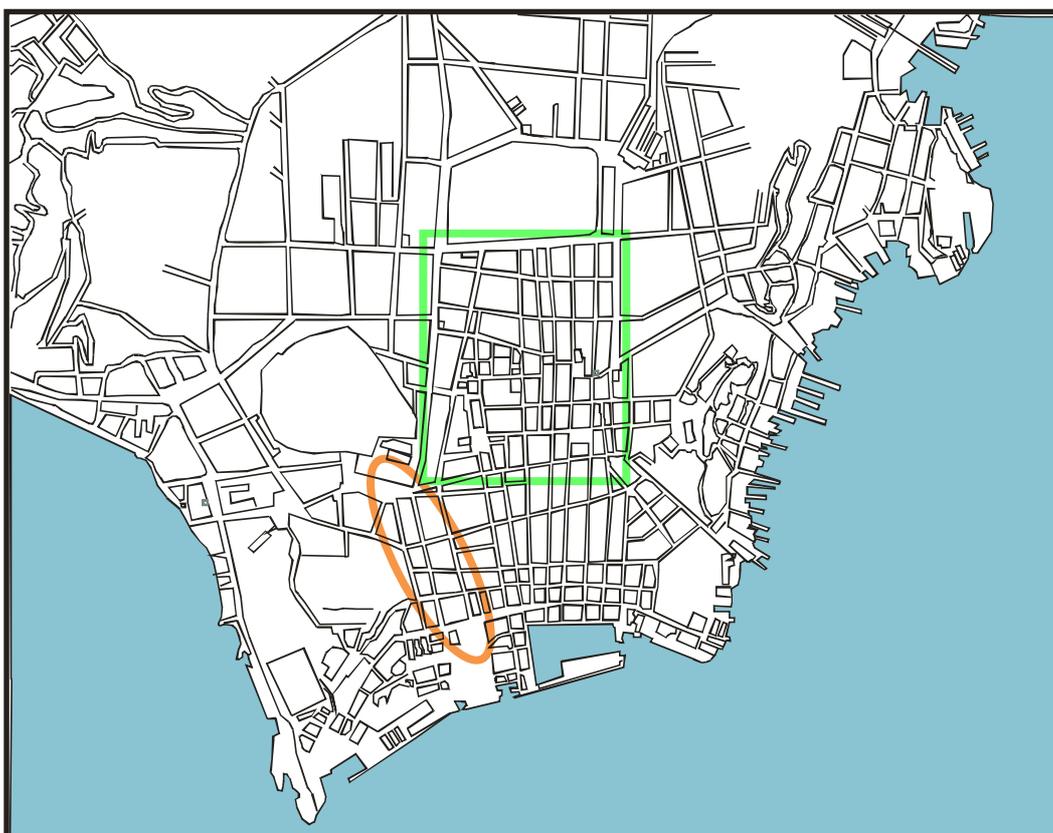
As áreas 4, 5 e 6, 7 e 8, ainda que bem mais timidamente, completam as tendências gerais do ano de 1900. A primeira delas está circunscrita ao polígono limitado pela rua Uruguaiana e o Campo de Santana (a sul e ao norte) e pelas ruas de São Joaquim e Sete de Setembro (a leste e a oeste) e está representada em verde.

Já a área 5 é limitada pela praça XV de novembro e pelo largo da Carioca (ao sul e ao norte) e pelas ruas do Ouvidor e de São José (a leste e a oeste) e está representada pela cor laranja. Vejamos o ano de 1900 a partir da representação das áreas 4 e 5:

**Figura 12**

**Área 4: Uruguaiana-Campo de Santana / São Joaquim-Sete de Setembro**

**Área 5: Praça XV de novembro - Largo da Carioca / Ouvidor-São José**

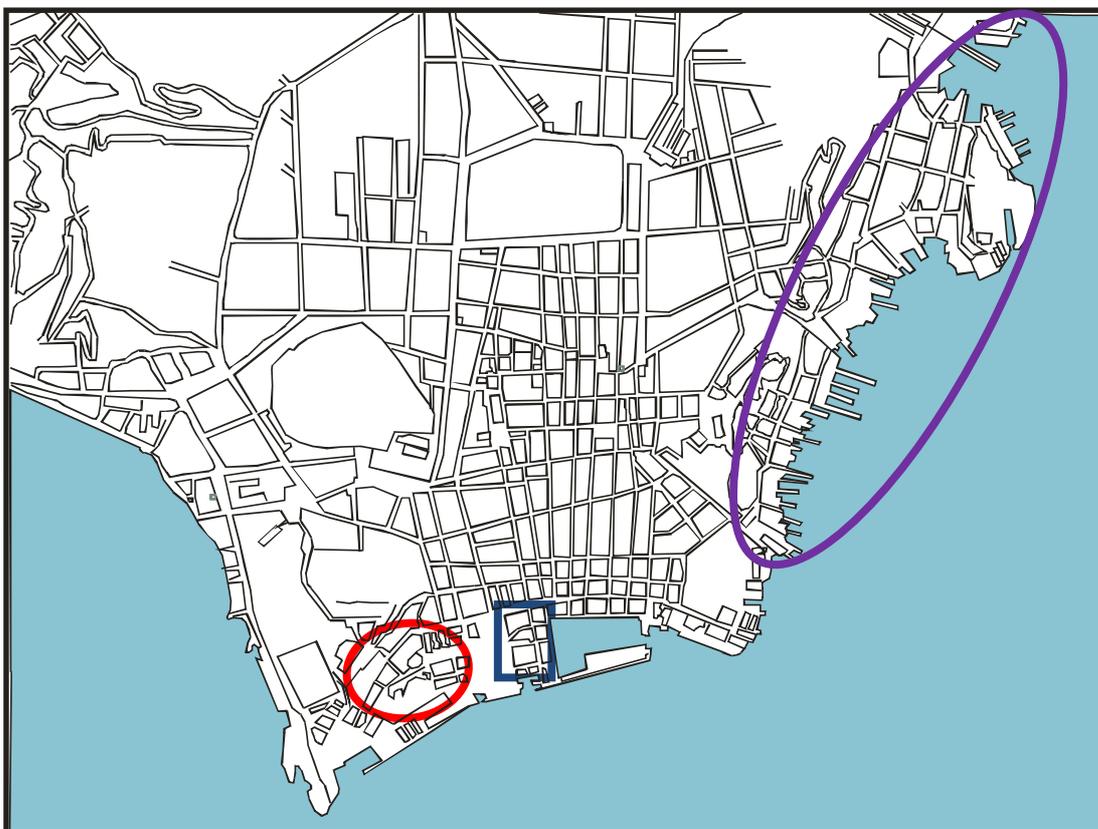


**Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)**

As áreas 6, 7 e 8 estão representadas na Figura 13, respectivamente, em azul escuro, vermelho e roxo. A primeira localiza-se nas imediações da rua do Mercado e do Comércio. A área 7 é limitada ao sul pela rua Fresca e ao norte por parte da rua da Ajuda. A leste, o limite é a Praça XV e a oeste, a outra parte da rua da Ajuda.

Por fim, a área 8 se estende pela costa leste, que vai do morro de São Bento até o saco da Gamboa, passando pelo morro da Saúde. Vejamos:

**Figura 13**  
**Área 6: Mercado-Comércio**  
**Área 7: Fresca-Ajuda-Praça XV**  
**Área 8: Morro de São-Bento-Saúde-Saco da Gamboa**



Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

Feita a descrição dos eixos mais importantes do comércio atacadista, partiremos a outro nível da análise espacial. Nesta parte o intuito é buscar relações entre os resultados do mapeamento e o conhecimento previamente produzido a partir de duas frentes: os estudos teóricos da geografia urbana (principalmente a de base norte-americana, na linha conhecida como Organização Interna das Cidades) e os estudos empíricos, específicos do Rio de Janeiro oitocentista.

### 5.1.2 - Diálogo com a geografia urbana

O conceito de *centralização* nos interessa particularmente nesta etapa. Reflexo da separação dos usos do solo, a formação de uma área central deve ser vista como um dos mais importantes indicativos do fortalecimento do capitalismo no espaço urbano<sup>35</sup>.

Entre 1855 e 1900, é possível perceber uma tendência geral de aglomeração da atividade atacadista, largamente concentrada nos limites de nosso recorte espacial. No primeiro corte temporal, isso não chega a ser fator de diferenciação, já que a cidade estava praticamente restrita a esses limites; em 1900, porém, a concentração nesta parte da cidade (que já vê ocupadas outras freguesias mais longínquas, como mostrou a contextualização do capítulo anterior) passa a ser mais importante, seguindo as tendências do setor terciário carioca, conforme aponta o trabalho de Motta (2001).

Segundo o autor (que trabalha com os anos de 1870 e 1901), a classe do comércio varejista apresentou um significativo aumento na quantidade de ocorrências, o que indica que o ‘centro’ se tornava um local preferencial das atividades comerciais. Quanto ao comportamento do setor secundário no período analisado, o processo de centralização se fazia empurrando as unidades fabris para a periferia ou áreas mais distantes (como São Cristóvão) com terrenos ainda disponíveis e com certa quantidade de casarões que poderiam ser reaproveitados para a utilização de instalações industriais. Por último, os serviços foram os que mais apresentaram aumento de atividades e comportamento centralizador nos dois recortes, chegando em alguns casos a se localizar de maneira quase especializada no espaço urbano. No caso da exportação do café, veremos que isso acontece de maneira muito clara e que a segunda metade do século XIX é o período-chave nesse desenrolar.

As áreas 1 e 2 são as que talvez mais reflitam a tendência de centralização em questão. Repare-se que nelas estão presentes as seis principais ruas do atacadismo em 1855 e 1900, a saber: ruas de São Pedro, Direita (Primeiro de Março), Alfândega, Sabão (General Câmara), Quitanda e Rosário. Aqui, de fato, estamos diante do “núcleo” do comércio atacadista na segunda metade do século XIX, coincidente com o eixo mais

---

<sup>35</sup> Como já dito, a utilização desta base teórica serve apenas construirmos, empiricamente, uma relação mais concreta entre o setor atacadista carioca e o processo de separação dos usos do solo na cidade do Rio de Janeiro.

dinâmico do setor terciário entre 1870 e 1900. De acordo com Marcelo Paiva da Motta, este tem como limites as ruas Direita<sup>36</sup> e da Quitanda. A necessidade dos atacadistas se manterem perto de onde estavam os estabelecimentos varejistas por eles abastecidos parece bastante clara.

O comércio por atacado também segue outra tendência do setor terciário carioca na segunda metade do século XIX: a expansão horizontal da área onde o processo de centralização ocorria com mais intensidade. Para Motta (2001), a progressiva expulsão da função residencial, juntamente com a aglomeração de várias classes de comércio varejista, atacadista e de serviços foram considerados indicativos de que nossa área de estudo tendia cada vez mais para se aproximar daquilo que a literatura do século XX chamaria de “área central”.

A expansão horizontal fica clara pelo aumento do número de ocorrências do atacado dentro das próprias áreas 1 e 2, mas também pelo aumento de importância das outros seis áreas na passagem de 1855 para 1900. As áreas 3 e 4 representam um crescimento da atividade comercial em direção ao Campo de Santana, ou seja, para “fora” da chamada “Cidade Velha”. As áreas 5, 6 e 7, por sua vez, definiam-se pela influência de uma importante área de desembarque de mercadorias na cidade, uma localização eficiente sobretudo para artigos importados que abasteciam as adjacências de pontos comerciais como o Mercado, a praça XV e as próprias áreas 1, 2 e 3.

Seria um erro analisar isoladamente os atacadistas do restante do setor terciário, assim como do resto dos outros usos do solo que devem ser considerados quando tratamos da emergência da chamada área central. Embora nosso recorte espacial apresente as supracitadas características apontadas por Corrêa (1996 [1979]) – a aglomeração de atividades terciárias e a facilidade de acesso em relação às outras partes da cidade – é perigoso afirmar que ali já existe uma área central “propriamente dita”. De acordo com MOTTA (2001: 43-46):

Fazendo o esquadramento de uma rua qualquer, podemos achar na “Cidade Velha”, em contigüidade, lojas de fazendas e roupas, serralherias, escritórios

---

<sup>36</sup> Neste caso, há de incluir também a parte mais ao sul da rua Direita, conhecida como Praia dos Mineiros e que também apresentou tendência de concentração importante de estabelecimentos atacadistas.

diversos, pequenas fábricas com equipamento a vapor e mesmo alguns lotes ocupados por residências. Essas funções podiam ser quase incompatíveis entre si: as fábricas a vapor faziam as paredes das casas vizinhas vibrarem; a oficina de serralheiro, com seu ruído, atrapalhava o trabalho nos escritórios próximos; o comércio a varejo com sua movimentação de clientes, por sua vez, criava obstáculos à entrada e saída de mercadorias da fábrica ou de um estabelecimento atacadista (...) Além disso, nota-se o uso multifuncional dos edifícios. É bem provável encontrar, em um mesmo lote urbano, a presença de atividades diversas dividindo salas e pavimentos distintos dos prédios. Há escritórios dentro da mesma classe de serviços, como profissionais liberais (por exemplo, advogados e arquitetos) compartilhando a mesma casa de dois sobrados, provavelmente cada qual ocupando salas particulares. Também é possível notar a existência de atividades díspares, como um escritório de contabilidade e o local de atendimento de uma parteira.

Por tudo isso, é necessário olhar com cautela o processo de centralização das atividades terciárias no Rio de Janeiro oitocentista. Se podemos, com propriedade, afirmar que a segunda metade do século XIX é um período-chave na evolução do que Murphy & Vance (1954) chamaram de “*hard core*”, por outro é necessário reconhecer que na cidade do Rio de Janeiro a separação nos usos do solo ainda não havia se concretizado por completo<sup>37</sup>.

Para Motta (2001), em afirmação já mencionada por Abreu (2006 [1987]), esta separação definitiva só se concretiza após as intervenções urbanas de Pereira Passos, na primeira década do século XX; além dos usos do solo, a reforma ratifica a tendência de separação entre as classes sociais no espaço geográfico<sup>38</sup>.

No caso dos atacadistas, estes ainda sequer se separaram totalmente dos varejistas. A ausência dessa repartição é um dos elementos que impede a visualização da chamada

---

<sup>37</sup> Segundo ABREU (1997:35) citado por MOTTA (2001), os recenseamentos de 1872 e 1890 apontam uma taxa de crescimento demográfico negativa nesse intervalo (-3%) para a freguesia da Candelária, indicativo de ‘expulsão’ da função residencial. Nesta mesma área, todavia, a concentração de atividades econômicas é muito maior no início século XX: o recenseamento seguinte, realizado somente em 1906, indica um variação de -54% na população residente nesta freguesia.

<sup>38</sup> De fato, é necessário que mais pesquisas na área da geografia urbana sejam realizadas para que possamos avaliar os reais efeitos desta reforma no espaço carioca, sobretudo no comércio, já que a questão habitacional foi muito mais amplamente estudada.

Zona Periférica do Centro. Tanto na conceituação de Horwood & Boyce (1959), quanto em outras anteriormente formuladas (como a “Zona em transição”, a “Área cinzenta” ou a “Zona de obsolescência”), o isolamento dos depósitos atacadistas é condição básica para a formação de uma área central bipartida.

Em resumo, o mais seguro é afirmar que a centralização de atividades no Rio de Janeiro se apresenta ainda num estágio inicial, quadro agora também confirmado neste estudo mais aprofundado do comércio por atacado da cidade. Nesse estágio, a pressão exercida pelos preços da terra ainda não foi capaz de expulsar totalmente os atacadistas da área que mais tarde seria conhecida como “centro”. Além disso, como já dito, a presença dos atacadistas ao longo das oito áreas (principalmente no caso das áreas 1 a 7) também indica que havia interesse em reduzir os custos de transporte a partir de uma localização próxima aos varejistas. A presença de uma área específica para o comércio a varejo e ‘livre’ dos usos sujos, portanto, teve que esperar até o século XX.

Para Vance (1977, citado por Motta, 2001:17), que propõe um modelo de longa duração para a evolução da área central dividido em seis etapas, o estágio inicial (*inception*) é caracterizado pelo surgimento do núcleo originário da cidade, via de regra, como ponto de ligação regional com o sistema de comércio a longa distância<sup>39</sup>. Isso parece bastante razoável no caso do Rio de Janeiro. O interessante é perceber que o estágio incipiente da centralização de atividades terciárias passa a conviver com pequenas tendências de “periferização”, que se confirmam pelo aumento do dinamismo ao longo da área 8.

É preciso ficar claro que tais tendências não ocorrem em todo o setor atacadista, mas apenas nos armazéns e depósitos, ou seja, no chamado comércio “em grosso”. Estes representam a última etapa da cadeia comercial atacadista e são grandes consumidores de espaço, cada vez mais difícil em áreas densamente ocupadas. Quando consideramos o atacado a partir de sua outra função, qual seja, a de intermediador comercial, continua a ser predominante o comportamento centralizador.

---

<sup>39</sup> O segundo estágio, segundo Vance (1977 *apud* MOTTA, 2001:17) é o processo de *exclusão*. Conforme a cidade cresce, começa a surgir um gradiente de valor do solo, decrescente em direção às margens da cidade. Na medida em que a Revolução Industrial se desenvolve, as atividades com maior capacidade de arcar com os custos da localização tendem a substituir a mistura antes existente de usos do solo.

Tais diferenças funcionais, portanto, refletem-se no espaço geográfico carioca e confirmam a necessidade de um conceito de atacadismo que vai além do senso comum, conforme assinalou James Vance Jr. (1970); elas, inclusive, motivam a divisão dos dois próximos subitens e do último, referente ao estudo da cadeia comercial do café.

## **5.2 - A dupla função do comércio por atacado na cidade do Rio de Janeiro**

### **5.2.1 - Os agentes comerciais e as atividades de exportação e importação**

Inicialmente, é fundamental lembrar a importância destes comerciantes, que possibilitam as relações entre consumidores e produtores separados por quilômetros de distância. No limite, é a integração capitalista em âmbito mundial um de nossos mais importantes panos de fundo, embora aqui tenha se tornado difícil levar a reflexão para além da espacialidade intra-urbana e estabelecer o que o chamamos de “jogo de escalas”.

Momentaneamente, o mais forçoso é reconhecer que a função de intermediação econômica merece ser olhada com mais atenção. A teoria explicativa sobre a “mundialização” capitalista tem ratificado, sobretudo, o papel da evolução tecnológica nos setores de comunicações e transportes, esquecendo da necessidade do agente que opera tais transações. O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX é bom exemplo dessa necessidade: se por um lado experimenta novidades impostas pelo capitalismo ao seu sistema técnico, ainda não pode prescindir dos negociantes dedicados à função de integração comercial.

Começamos pela análise dos comissários e dos consignatários. O trabalho de Heidingsfield & Blankenship (1957) será utilizado como base teórica. Primeiramente, há de se desfazer a idéia de que o comércio por comissão e consignação estava restrito à atividade cafeeira. Na realidade, outros gêneros de exportação – e também importação – eram negociados dessa maneira. Vejamos um exemplo:

Antonio Francisco Guimarães Pinheiro (...) estabelecido com casa de comissões na rua do Hospício, nº 58 (...) Recebe à consignação mercadorias nacionaes e estrangeiras das províncias de fora do Imperio e aceita quaesquer incumbencias de compras, recebimentos (...) mediante as taxas e fazendo as vantagens mais razoáveis do estylo (Almanak Laemmert, 1855: 459; grifo meu)

Assim, os produtos com os quais estes agentes trabalhavam podiam ser os mais diversos: “Alves e Cruz, consignatários de navios, assucar, carne secca, aguardente, sebo e graxa, r. do Sabão, 46” (Almanak Laemmert, 1855: 458); isso não excluía atividades especializadas: “Antonio Marques da Silva, comissões de fumo por atacado, rua do Sabão, 57” (Almanak Laemmert, 1855: 459).

A função destes agentes era encontrar compradores para os produtos oferecidos pelas firmas que representam com o melhor preço possível. Para tal, recebiam uma comissão ou consignam parte da venda. É bastante comum que os agentes atuassem nesses dois tipos de agenciamento, muitas vezes tratado como um só.

Além da função intermediadora, os comissários e consignatários podiam estocar nas próprias firmas comissárias as mercadorias, antes de entregá-las: “Araujo e Irmãos, escritorio commercial e deposito de productos de agricultura, praia dos Mineiros, 45” (Almanak Laemmert, 1855: 458; grifo meu). Isso vem novamente a demonstrar a força que ainda tinha a mistura dos usos – mesmo dentro do setor terciário – e a dificuldade de, na prática, separar os atacadistas através de uma dupla função.

Dependendo da importância da firma, a quantidade negociada era maior e fazia-se necessário o armazenamento em depósitos maiores. Um aspecto interessante a ser observado no Almanak Laemmert é o tipo de anúncio. Quanto maior a empresa, maior e mais pomposo era o anúncio. Nesses casos, normalmente, era grande o número de depósitos com os quais os comissários e/ou consignatários trabalhava. O tipo de produto também poderia criar a necessidade de maiores espaços de estocagem.

Os comissários e consignatários também podiam conceder crédito por conta própria. No caso da venda de café, os comissários ganharam muita importância e, com o tempo, passaram da função de representação à função financeira, conforme veremos mais à frente.

A presença da função financeira (mesmo que ainda não estivesse totalmente separada da função de estocagem) se fazia sentir no espaço urbano carioca a partir de localizações mais “centrais”. Isso vale para os dois recortes temporais, como mostra o Modelo Comparativo 1 – que trata especificamente dos comissários<sup>40</sup>. As áreas 1 e 2 são as mais dinâmicas nos dois anos e intensificam-se em concentração em 1900. Neste momento, a área 3 também ganha importância, demonstrando o espraiamento do comissariado carioca. A tendência de concentração nas áreas 5 e 6 é bem menor, mas contribui para o aumento do alcance espacial dos comissários na cidade do Rio de Janeiro. Já as áreas 4, 7 e 8 são as menos importantes. As maiores concentrações em 1855 estão nas ruas de São Pedro, Direita, Sabão e Rosário, respectivamente; em 1900, nas ruas de General Camara (antiga rua do Sabão), Rosário, Primeiro de Março (Direita), Alfandega, Quitanda e São Pedro.

Tomemos agora os estabelecimentos que exerciam conjuntamente as atividades de comissão e consignação. Neste caso, há pouca alteração no padrão de localização entre 1855 e 1900 e nos dois casos a concentração é muito grande nas áreas 1 e 2. As maiores concentrações ao longo das ruas de São Pedro e Primeiro de Março atestam isso. Ainda que timidamente, há aumento das ocorrências nas áreas 5 e 6, conforme exposto no Modelo Comparativo 2.

---

<sup>40</sup> Os modelos comparativos foram feitos para facilitar a análise dos casos que julgamos mais interessantes. A idéia foi retirar o traçado das ruas para facilitando a visualização dos padrões espaciais.

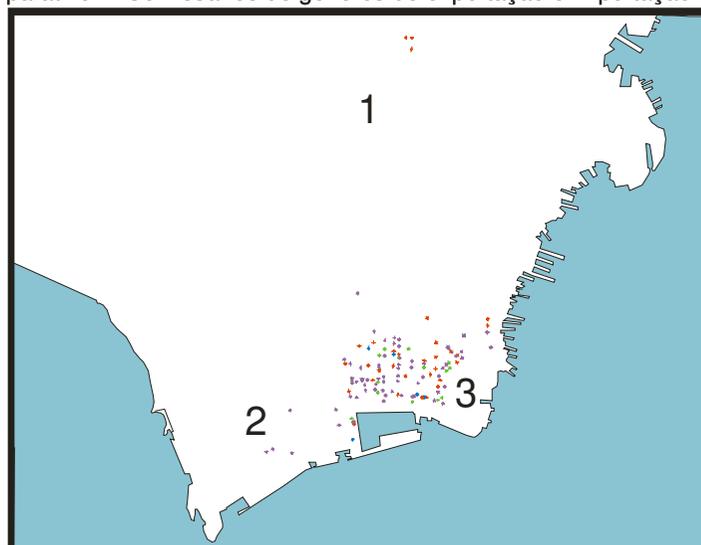
Modelo Comparativo 1: Comissários de gêneros de exportação e importação em 1855 e 1900

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

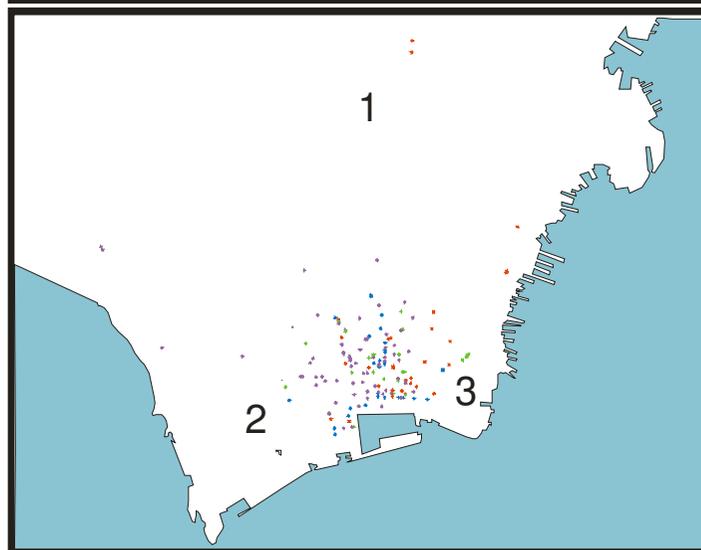
3- Morro de São Bento



1855

## Legenda

- × Importação
- × Exportação
- × Importação e Exportação
- × Gênero não-especificado



1900

Modelo realizado com base nos Mapas 1 e 11.

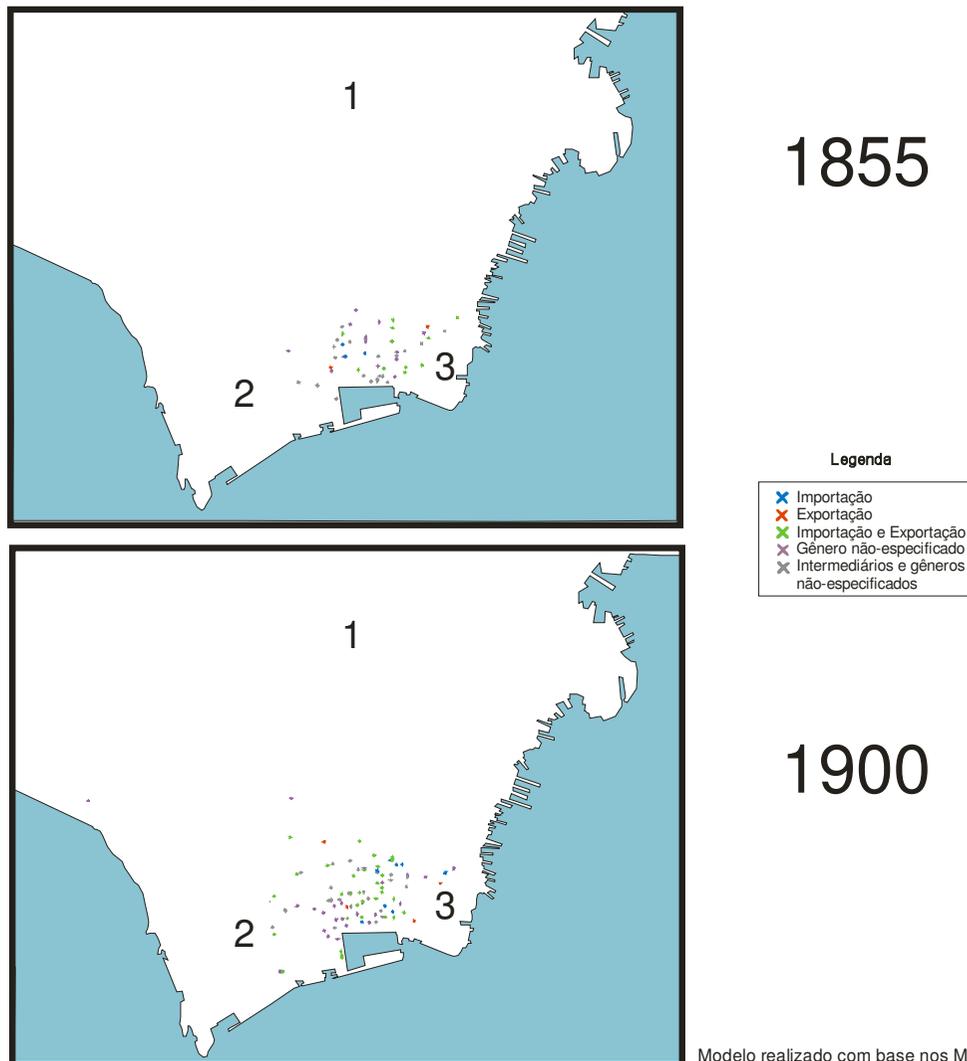
Modelo Comparativo 2: Comissários e Consignatários de gêneros de exportação e importação em 1855 e 1900

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

3- Morro de São Bento



Tratemos agora dos agentes comerciais, corretores e representantes de casas estrangeiras. Segundo Heidingsfield & Blankenship (1957), os corretores e representantes tem a função de facilitar a compra ou a venda para os clientes que representa; já o agente de vendas é um intermediário que, sob condições de contrato a longo prazo, manipula toda a produção de determinado produtor, com liberdade quase total em questões de preço e condições de venda.

Vistos como um grupo, estes diversos intermediários apresentam mudança significativa de um recorte para o outro. Inicialmente, apenas a área 1 apresenta tendência de concentração; já em 1900, esta passa a se estender às áreas 1, 2, 5 e 6.

A análise mais detalhada dos Mapas 4 e 14 e do Modelo Comparativo 3 permite ainda a visualização de uma concentração mais clara dos corretores, localizados sobretudo nos primeiros quarteirões da rua da Candelária. Os trapiches, por sua vez, aumentaram nitidamente sua ocorrência ao longo de toda a área 8. Uma parte dos trapiches da Gamboa, entretanto, não aparece no mapeamento, devido à base cartográfica utilizada.

Outro detalhe chamou a atenção e merece ser destacado. Os agentes que trabalhavam exclusivamente com a consignação se encontram praticamente ausentes no ano de 1900 e por isso não figuram nem entre os mapas deste ano. Considerando o ano de 1855, seu padrão espacial é bastante parecido com o dos comissários, conforme mostra o Modelo Comparativo 4.

A esmagadora maioria os intermediários não-especificados (não está claro qual o tipo) voltados à importação já foi tratada anteriormente. Especialmente, eles apresentaram formidáveis concentrações nas áreas 1, 5 e 6 mas, principalmente, nas áreas 2 e 3. As maiores tendências de concentração se encontram na área 2, nas ruas da Alfândega e de General Camara, principalmente nos quarteirão entre as ruas da Quitanda e dos Ourives. As grandes concentrações nos quarteirões entre a rua dos Ourives e Uruguaiana ajudam a dar dinamismo à área 3 (Modelo Comparativo 4).

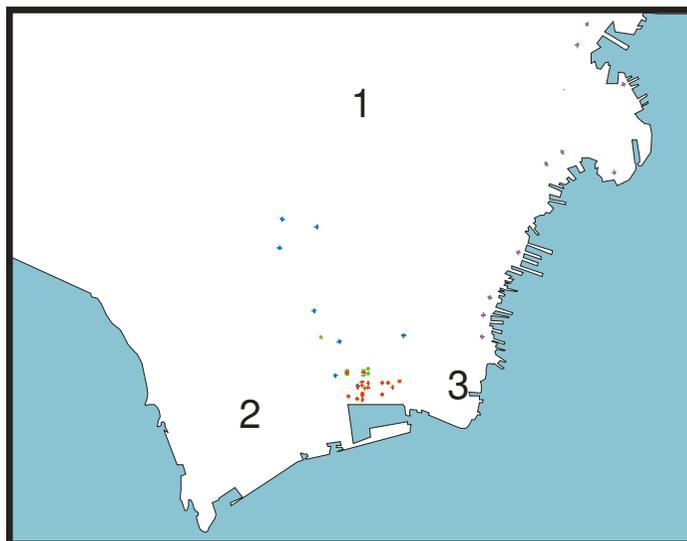
Modelo Comparativo 3: Agentes comerciais, corretores, representantes e trapiches em 1855 e 1900

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

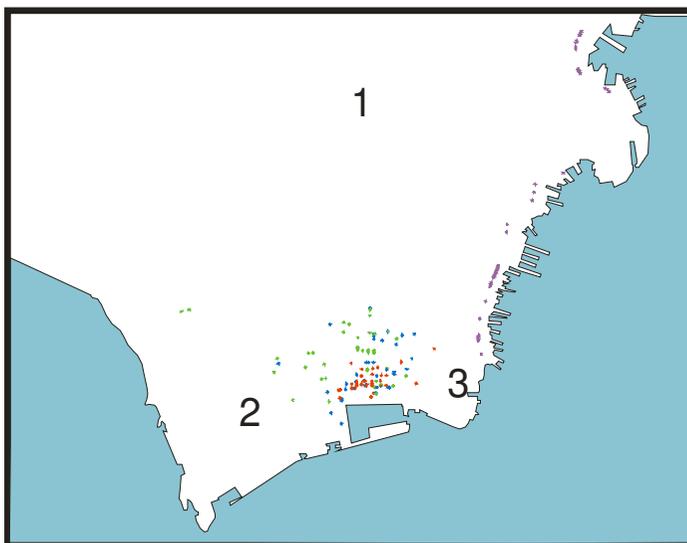
3- Morro de São Bento



1855

**Legenda**

- × Escritórios de Agências Comerciais
- × Corretores de Navios, Mercadorias e Fundos
- × Armazéns de Gêneros norte-americanos
- × Trapiches Alfandegados



1900

Modelo realizado com base nos Mapas 4 e 14.

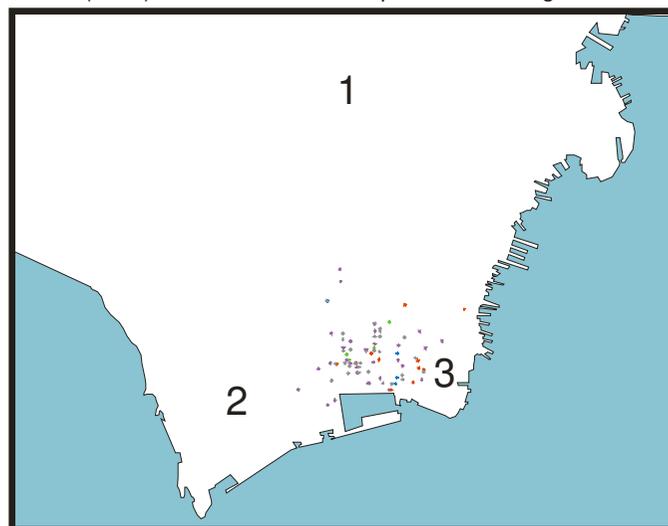
Modelo Comparativo 4: Consignatários (1855) e atacadistas não-especificados de gêneros de importação e exportação (1900)

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

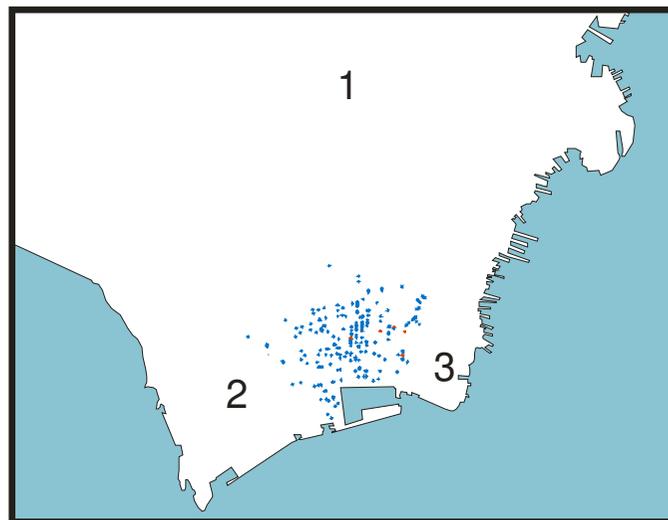
3- Morro de São Bento



1855

## Legenda

- x Importação
- x Exportação
- x Importação e Exportação
- x Gênero não-especificado



1900

## Legenda

- x Importação
- x Exportação

Modelo realizado com base nos Mapas 2 e 13.

Por fim, a identificação de grandes concentrações de intermediários atacadistas – 33 importadores na Rua da Alfandega, por exemplo – nos leva a crer que existiam vantagens nesta proximidade. Trata-se do processo espacial de coesão, descrito por CORRÊA (1996 [1979]) e que será mais aprofundado quando tratarmos da exportação do café na cidade<sup>41</sup>.

Por ora, é interessante observar apenas dois elementos. Na cidade do Rio de Janeiro, de fato este processo acontece simultaneamente à centralização, que como já dito se apresenta ainda em estágio inicial. Já a tendência de formação de áreas especializadas – possível consequência do processo de coesão – não foi verificada nos padrões espaciais dos agentes intermediários aqui tratados.

Tão pouco podemos afirmar que os agentes analisados já se espacializam a partir de uma divisão territorial do trabalho capaz de definir áreas específicas para importadores e exportadores. Há ainda uma mistura muito significativa entre os serviços de importação e exportação – e entre estes e outros usos.

Passamos agora a refletir sobre a outra função do atacadismo na cidade do Rio de Janeiro: a estocagem de grandes partidas comerciais a partir de armazéns e depósitos, normalmente a faceta mais conhecida do atacadismo.

### **5.2.2 - Os armazéns e o comércio “em grosso”**

Assim como no caso anterior, haverá gêneros cuja indisponibilidade de dados impede a espacialização nos dois recortes. A despeito disso, partimos da idéia de que embora haja *singularidades* na localização e nos mecanismos comerciais de cada um dos gêneros, há

---

<sup>41</sup> CORRÊA 1996 [1979]), no artigo intitulado “Processos espaciais e a cidade” reúne seis processos espaciais que merecem ser estudados quando trabalhamos com a organização interna das cidades: *centralização*, *descentralização*, *coesão*, *segregação*, *invasão-sucessão* e *inércia*. Os processos de *segregação*, *invasão-sucessão* e *inércia* encontram-se intimamente relacionados à questão residencial. Os três primeiros, ao contrário, se referem sobretudo às atividades industriais, comerciais e de serviços.

também características nos permitem compará-los como um grupo, ou seja, nas categorias do *particular* e do *geral*.

É ainda preciso atentar à dificuldade de se distinguir com clareza o comércio varejista do atacadista, conforme a revisão bibliográfica já indicou. Esse problema deriva de dois fatos principais. Em primeiro lugar, não é rara a possibilidade de, no mesmo estabelecimento, se verificar os dois tipos de comércio. Depois, pelo fato do Almanak Laemmert não ser a base mais indicada para verificarmos os elementos que Beckman & Engle (1937 citados por Vance Jr., 1970) definiram como básicos para esta diferenciação. Recordemo-nos: a condição ou o motivo do comprador em fazer a compra, a quantidade de bens envolvidos na transação e o método de operação do negócio. Por último, nem sempre é fácil deduzir se os fregueses são antes empresários do que meros consumidores. Isto dito, passemos à análise de cada um dos três grupos:

## **Classe II – Gêneros alimentícios e afins**

Comparados aos agentes comerciais, há menos tendências de regularidade nos gêneros alimentícios enquanto grupo e algumas permanências só são nítidas quando comparamos os mesmos gêneros em 1855 e 1900. Há um ainda um número menor de ruas com grandes concentrações e em muitos casos se torna difícil até a identificação de um padrão espacial mais nítido.

Entretanto, já se nota, na passagem para o ano de 1900, uma tendência de maior dinamismo na área 8, ao longo da zona trapicheira da cidade (praias do Valongo, da Saúde e da Gamboa). Grandes consumidores de espaço, alguns destes armazéns já começam a procurar áreas maiores e mais baratas, embora o “aperto” ao longo das áreas 1 e 2 ainda pareça – de maneira geral – muito interessante. Outro aspecto a ser destacado é que muitos armazéns funcionam de maneira não-especializada, ou seja, negociando vários gêneros.

Trataremos os gêneros alimentícios a partir de dois momentos. O modelo comparativo 5 traz uma agregação de dados dos Mapas 5 e 15. É possível perceber que no ano de 1900 é bem maior o espraiamento dos armazéns alimentícios, representado sobretudo por um maior dinamismo nas áreas 2, 3, 6 e 7. Na área 8, as tendência de maior concentração

passam das imediações do morro de São Bento e largo da Prainha (em 1855) para as proximidades da Praça Municipal e da rua da Saúde (no sentido sul-norte).

Dentre os gêneros em questão (açúcar, farinha de trigo, sal, arroz, azeite e carne seca), os mais interessantes a serem analisados separadamente são o primeiro e o último. Começamos pelos armazéns de açúcar. Com uma comercialização que nos parece tipicamente atacadista, o açúcar era tanto importado quanto reexportado, embora esta função fosse menos importante. As tendências de concentração nos dois recortes, deste modo, nos fazem relativizar a afirmação de Ratcliff (1959, citado por Motta, 2001): segundo este autor, o atacadismo voltado para o mercado interno se beneficia menos da companhia de seus competidores, dado que uma firma pode abastecer várias casas comerciais; o mercado de exportação, ao contrário, pressupõe a presença dos concorrentes em contigüidade, facilitando o processo de compra, comparação e seleção.

Em 1855, as maiores concentrações estão nas ruas de São Bento e Praia dos Mineiros. Nas imediações da rua de São Bento vão se concentrar, além do açúcar (e com intensidade incomparável), grande parte dos estabelecimentos voltados à exportação de café ao longo do século XIX. Repare-se a proximidade desta área com as áreas 1 e 2, que segundo o Mapa 2 concentra boa parte dos Consignatários de açúcar de Campos. Infelizmente não temos os dados comparativos para 1900. Neste ano, as tendências de concentração tendem a se reduzir nas imediações das áreas 1 e 2 e se adensar na área 4, especificamente no Largo da Carioca e, com menos força, na área 3.

Já os armazéns de carne seca (vistos apenas em 1900) têm tendência de concentração ao longo de toda a rua do Rosário e nas áreas 6 (rua do Mercado, Travessa do Commercio e início da rua do Ouvidor) e 7 (principalmente na rua de Dom Manoel). O processo de coesão destes armazéns nos leva novamente a debater a afirmação de Richard Ratcliff, já que a carne seca (ou charque) abastecia sobretudo o mercado interno. Neste caso, as já citadas vantagens oferecidas nas áreas 6 e 7 (próximos do mais importante ponto de entrada de produtos da cidade) parecem mais significativas.

Já os armazéns de farinha de trigo, sal e arroz, são surpreendentemente menos expressivos (do ponto de vista numérico e do processo de coesão). É difícil verificar algum padrão espacial ou concentrações mais claras; no caso dos armazéns de sal há leve tendência de expulsão da área 1 na passagem para 1900. Por último, a análise dos

depósitos de azeites é mais interessante apenas no ano de 1900, quando há grande concentração no início da rua do Rosário. A exemplo da carne seca, o azeite era também importado e ajudava a dar à 6 um papel importante para o atacadismo voltado ao mercado carioca. Entretanto, há de se fazer uma ressalva: o Laemmert (1900) traz os dados deste gênero agregados a outros, como sabão e óleos (Mapa 18)<sup>42</sup>. O Modelo Comparativo 5 representa o primeiro momento de apreensão da espacialidade dos gêneros da Classe II.

Talvez o mais importante para estes quatro últimos tipos de armazéns fosse se manter próximo aos comerciantes varejistas que abasteciam. É também o caso dos estabelecimentos conhecidos como secos e molhados, que representam o segundo momento de exploração da Classe II. Acumulando as funções de atacadistas e varejistas, os secos e molhados serão vistos a partir do Modelo Comparativo 6.

Primeiramente, é interessante observar que a enorme presença destes estabelecimentos (voltados ao abastecimento quase diário da população carioca) é indicativa da importância que ainda tinha a função residencial no “centro” carioca<sup>43</sup>.

Em 1855, a concentração dos ‘vinhos e molhados’ se dá sobretudo nas ruas de São Pedro, Sabão, Direita e Praia dos Mineiros, basicamente na área 1 e, com menos força, na área 2. Os ‘secos e molhados’ também apresentam padrão bastante semelhante.

Em 1900, os gêneros são separados em ‘molhados por atacado’ e ‘mantimentos secos’. Os primeiros apresentam incrível dispersão ao longo de praticamente todas as áreas, rompendo a excessiva concentração inicial na área 1. As ruas do Rosário, São Pedro e Ourives são as mais importantes.

A área 8 (ao longo dos trapiches) passa a ser mais atrativa, sobretudo para os ‘mantimentos secos’. A rua da Saúde, neste caso, tem a maior concentração de estabelecimentos, embora pequena. Entretanto, ainda é grande a concentração nas áreas 1, 5, 6 e 7. Vejamos os Modelos Comparativos 5 e 6:

---

<sup>42</sup> Outra ressalva: é preciso tomar cuidado com a classificação do azeite entre os gêneros alimentícios, já que sabidamente poderiam ser dadas outras funções a este gênero.

<sup>43</sup> Como a própria teoria Christalleriana aponta, o consumidor não se mostra muito disposto a percorrer grandes distâncias para adquirir gêneros de consumo diário, a exemplo dos secos e molhados. A grande dispersão espacial destes estabelecimentos, sobretudo em 1900, mostra que as atividades terciárias ainda conviviam largamente com as residências.

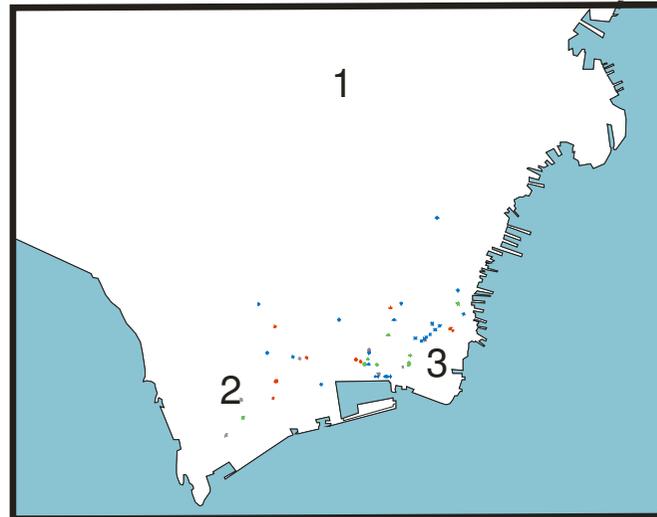
Modelo Comparativo 5: Armazéns de açúcar, farinha de trigo e sal (1855 e 1900), arroz e azeite (1855) e carne seca (1900)

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

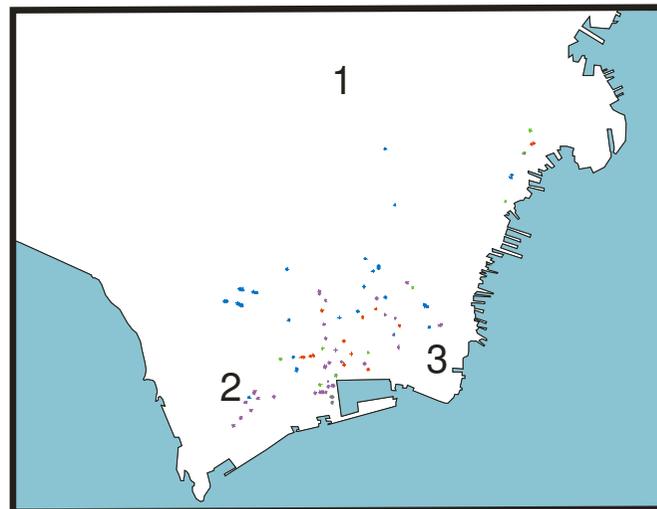
3- Morro de São Bento



1855

**Legenda**

- x Armazéns de açúcar
- x Armazéns de farinha de trigo
- x Armazéns de sal
- x Armazéns de arroz
- x Armazéns de azeite



1900

**Legenda**

- x Armazéns de açúcar
- x Armazéns de farinha de trigo
- x Armazéns de sal
- x Armazéns carne seca

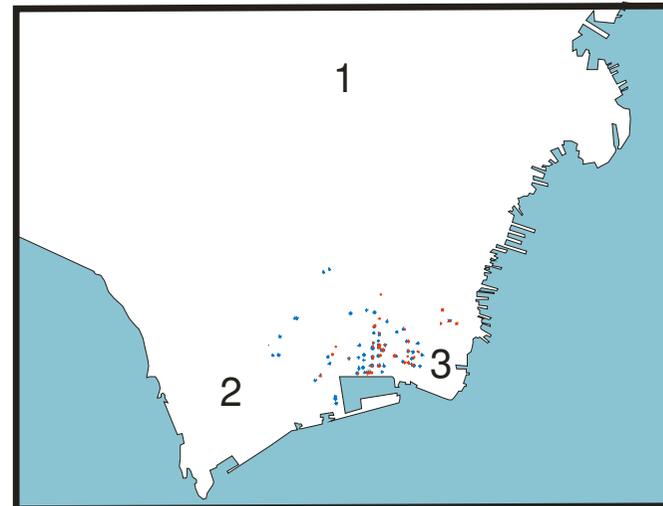
Modelo Comparativo 6: Armazéns de secos e molhados (1855 e 1900)

Referências espaciais:

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

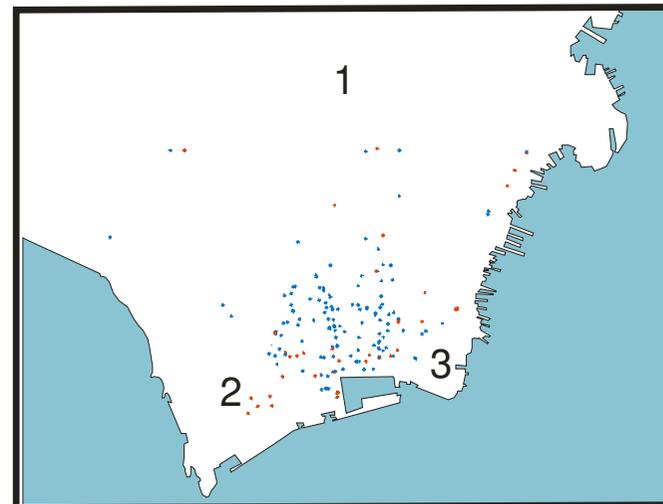
3- Morro de São Bento



1855

**Legenda**

- x Armazéns de vinhos e molhados
- x Armazéns de gêneros secos e molhados por atacado



1900

**Legenda**

- x Armazéns e negociantes de molhados
- x Armazéns e negociantes de mantimentos

Modelo realizado com base nos Mapas 7 e 16.

### **Classe III – Gêneros Manufaturados**

Assim como no caso anterior, é difícil perceber grandes regularidades analisando os gêneros manufaturados e industrializados. Pode-se dizer que a tendência de concentração na área 1 de alguns gêneros contrasta com a de desconcentração de outros, e com um aumento de importância das áreas 3 e 5. Vejamos então as singularidades.

Começamos a análise através dos tecidos ou fazendas. No primeiro recorte temporal, há uma divisão entre os ‘armazéns de pano de algodão e mantas de Minas’ e as ‘fazendas secas de importação’. O primeiro tem dispersão espacial discreta; já o segundo demonstra a importância da importação de tecidos na década de 1850, quando a indústria de tecidos brasileira era ainda incipiente. Neste caso, quase a totalidade dos estabelecimentos está circunscrita à área 1 e mais de 60% deles concentrada ao longo das ruas da Quitanda e Direita.

Em 1900, a presença das ‘fazendas por atacado’ é incrivelmente alta nas ruas da Alfândega e Primeiro de Março (Direita). Neste momento, a indústria têxtil na cidade já se encontrava consolidada e o mercado interno já não era dependente das importações<sup>44</sup>. A área 2 se torna a mais importante, seguido das áreas 1 e 3. As diferenças básicas entre os dois anos estão expressas no Modelo Comparativo 7.

Os armazéns de fumo, por sua vez, apresentam entre 1855 e 1900, uma leve tendência de “expulsão” da área 1. O padrão extremamente concentrado (sobretudo na rua da Candelária) dá lugar, em 1900, a uma maior dispersão pelas áreas 3 e 5. É também o que acontece com os ‘armazéns de drogas e medicamentos’ que se expandem, desconcentrando-se em 1900: da área 1, passam a se expandir em direção às mesmas áreas 3 e 5. As maiores concentrações estão nas ruas de São Pedro (principalmente nos trechos ao longo das áreas 2 e 3), início da rua dos Ourives (área 5) e da Quitanda.

Já os armazéns de móveis não apresentaram em nenhum dos recortes tendências de concentração na área 1. No primeiro ano, estiveram incrivelmente concentradas na área 3, com a metade dos estabelecimentos na rua da Alfândega. Em 1900, concentraram-se

---

<sup>44</sup> Como mostra OLIVEIRA (1991), até o padrão de localização das unidades fabris já tinha mudado: dos contra-fortes da Serra do Mar, onde estavam localizadas até 1880, as fábricas de tecidos passaram a procurar bairros como São Cristóvão, Tijuca, Vila Isabel, Gávea, Jardim Botânico etc.

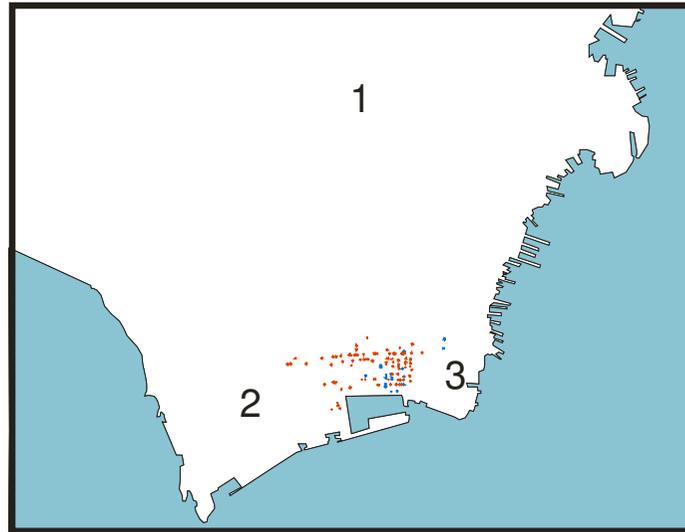
Modelo Comparativo 7: Fazendas em 1855 e 1900

**Referências espaciais:**

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

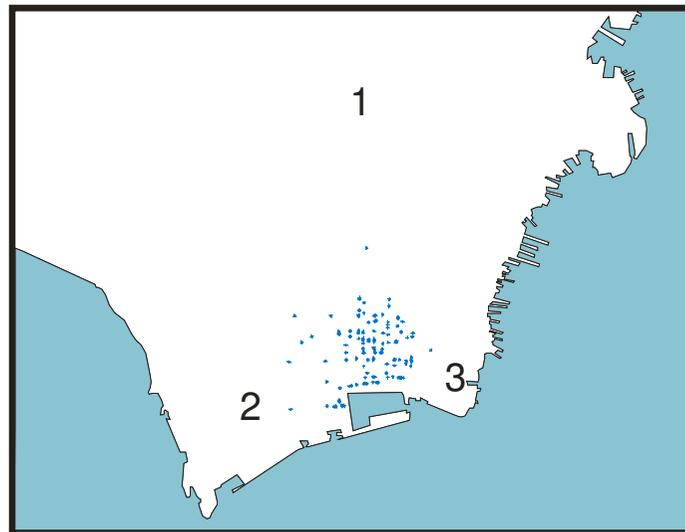
3- Morro de São Bento



1855

**Legenda**

- x Armazéns de pano de algodão e mantas de Minas
- x Fazendas secas de importação



1900

**Legenda**

- x Fazendas por atacado

Modelo realizado com base nos Mapas 8 e 17.

mais ao norte (na área 4) com outra formidável aglomeração, desta vez, na rua Senhor dos Passos. A área 5 também se torna importante. Tanto no caso dos depósitos de móveis quanto nos de drogas e medicamentos há dificuldade de se identificar se há exclusivamente comércio por atacado; acreditamos que, na prática, funcionassem como ambos os tipos.

Por último, nos faltam os gêneros disponíveis apenas no ano de 1900. A relativa tendência de desconcentração na área 1 acima citada é verificada também no caso dos armazéns de sabão e azeite, aguardente e couros. Os primeiros já foram analisados juntamente com os depósitos de azeite. Os armazéns de aguardente, por sua vez, apresentam maior dinamismo na área 8, altamente concentrados na rua da Saúde – e portanto, mais longe das localizações mais “centrais”.

Os armazéns de couros, por fim, também têm ocorrência relativamente pequena nas concorridas áreas 1 e 2. As áreas 3 e 5, novamente, são as mais importantes.

#### **Classe IV – Gêneros voltados à Construção e à Produção Industrial**

Essa classe talvez seja aquela que melhor demonstra o aumento de importância da área 8. Esta, mais afastado do núcleo da chamada ‘cidade velha’ e de suas ruas espremidas, receberá com força os armazéns que precisam de muito espaço, como aqueles voltados à construção e à produção industrial. Não podemos, todavia, reduzir as singularidades destes gêneros a este fato, conforme mostram as análises a seguir.

Começamos pelo carvão, produto fundamental para alimentar os fornos das indústrias e das casas cariocas. Sua importância, contudo, só pode ser percebida (em relação à quantidade e à concentração espacial) em 1900. A partir daí esse gênero deixa de ser praticamente insignificante para apresentar pequenas concentrações em áreas ao longo da área 8, como na Gamboa e na Praia Formosa (São Cristóvão), que ficou fora da base cartográfica aqui utilizada. As áreas 3 e 5, timidamente, são aquelas que também representam a ‘fuga’ das áreas 1 e 2.

Os armazéns de ferro, aço e outros metais apresentam uma localização importante nas áreas 1 e 2 no ano de 1855, o que se mantém no ano de 1900. Todavia, as maiores

concentrações estão nas áreas 3 e 8: na primeira, a rua de Teófilo Ottoni (das Violas) é a mais importante; na segunda, as maiores concentrações estão nas ruas Camerino (da Imperatriz) e da Saúde, logo depois do Mercado Municipal.

Os armazéns de madeiras para construção também têm a área 8 como a mais dinâmica. Em 1855, mais da metade deles está concentrada nas ruas de São Francisco da Prainha e da Saúde. As imediações do largo da Paço (áreas 6 e 7) também se mostraram importantes. Em 1900, não há nenhum estabelecimento deste tipo ao longo das áreas 1, 2 e 3, algo raro até este momento. As maiores concentrações estão novamente na área 8, nas ruas da Saúde e em São Cristóvão. Tais comparações se encontram no Modelo Comparativo 8.

Por fim, vejamos os gêneros restritos a apenas um dos anos. Em 1855, os armazéns de materiais para obra tiveram grande concentração na rua da Prainha, na parte sul da área 8. Novamente, praticamente não há presença nas áreas 1, 2 e 3. A rua da Prainha lidera também a concentração das máquinas e equipamentos voltados à indústria, que tem ainda grandes concentrações nas ruas de Teófilo Ottoni e Travessa de Santa Rita, perto do morro de São Bento. Além dessa área, o limite entre as áreas 2 e 3 é o mais dinâmico; a área 8, por sua vez, é representada pela concentração da rua Camerino.

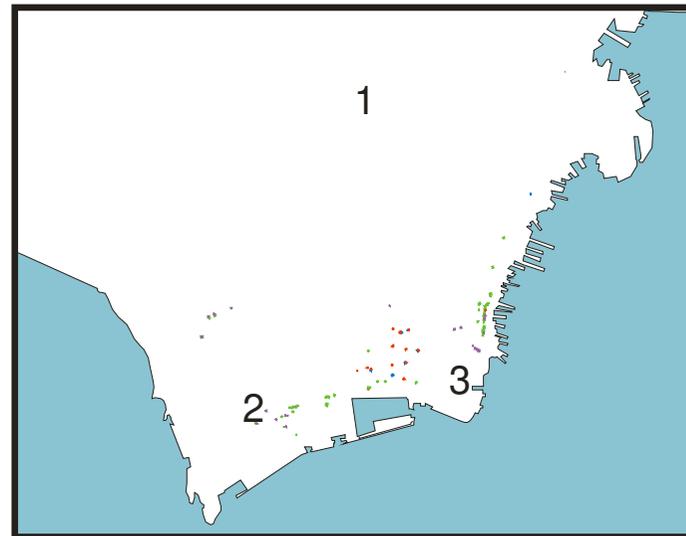
Modelo Comparativo 8: armazéns de carvão, ferro, aço e outros metais, de madeiras para construção ( 1855 e 1900) e de materiais para obra (1855)

**Referências espaciais:**

1- Campo de Santana

2- Morro do Castelo

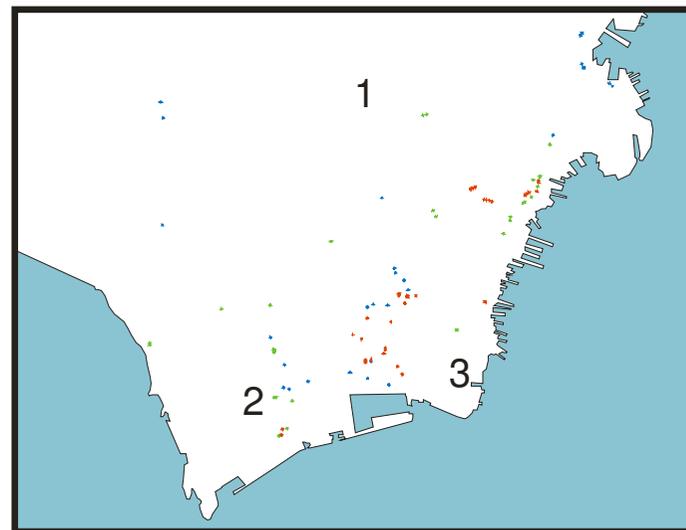
3- Morro de São Bento



1855

**Legenda**

- ✕ Armazéns de carvão de pedra
- ✕ Armazéns de ferro, aço e outros metais
- ✕ Armazéns de madeiras para construção
- ✕ Armazéns de materiais para obra



1900

**Legenda**

- ✕ Armazéns de carvão de pedra
- ✕ Armazéns de ferro, aço e outros metais
- ✕ Armazéns de materiais de construção

Modelo realizado com base nos Mapas 10 e 20.

### **5.2.3 - A exportação do café: um caso à parte**

Trataremos do café como um caso à parte devido a tudo o que ele representou para a sociedade brasileira ao longo do século XIX. Em termos de padrões de localização, a atividade de exportação do café também tem interessantes singularidades, conforme mostrará nossa análise. O nível de detalhamento será maior também em relação aos recortes temporais: ao invés de trabalharmos apenas com dois recortes (1855 e 1900), teremos mais dois cortes intermediários (1870 e 1885), que dão maior riqueza à análise da evolução de processos espaciais e sócio-econômicos.

A cadeia comercial do café, embora vista em suas singularidades, partirá da mesma estrutura explicativa utilizada para o restante do setor atacadista. Como anteriormente, nos interessam tanto os agentes comerciais (vistos neste caso através dos comissários e onsignatários) quanto o comércio “em grosso”, representado pelos armazéns de ensaque de café.

#### **Os comissários e os ensacadores de café**

Em sua Dissertação de Mestrado, a historiadora Marieta Ferreira (1977) analisa a expansão e a crise dos comissários de café no Rio de Janeiro. A respeito da atividade cafeeira, a autora adverte que durante o século XIX persistiram as dificuldades em relação ao seu financiamento e à sua comercialização. Para sua comercialização, a principal questão era: como estabelecer as ligações entre as zonas de plantações e o Rio de Janeiro?

Imensos eram os problemas de transporte, já que se utilizavam os precários caminhos que vinham do interior e tinham seu ponto terminal no Recôncavo da Guanabara. Assim, até a inauguração das primeiras estradas de ferro, na década de 1850, todo o escoamento da produção cafeeira era feito em lombo de mulas através de perigosos caminhos. Os carregamentos desciam das respectivas áreas de produção em direção aos entrepostos comerciais de Estrela, Iguaçú e Magé – situados no fundo da Baía de Guanabara – e Mangaratiba, na Baía de Sepetiba. Mangaratiba recebia produção de São João Marcos, Piraí, Resende e Barra Mansa; Estrela recebia produção de Minas Gerais, Vassouras, Valença e Paraíba do Sul; Magé recebia produção do Oriente Fluminense

(Taunay, 1945). Desses empórios, a produção era transportada em barcos para seu destino final, o porto do Rio de Janeiro.

Daí outra questão surgia, como mostra Marieta Ferreira: quem receberia e venderia o produto quando este chegasse em seus pontos terminais? O percurso feito por terra até a chegada aos portos ficava por conta dos próprios fazendeiros, que possuíam escravos e tropeiros, encarregados de conduzir as tropas. Contudo, quem se encarregaria do desembarque e armazenamento, do reembarque das cargas para o Rio e, finalmente, arranjaria um comprador para a produção?

À medida que prosperavam as áreas cafeeiras, abriam-se algumas oportunidades para consumo, ainda que restritas inicialmente. Como indica Stein (1961), os fazendeiros e suas famílias começaram a adquirir alguns bens de difícil obtenção em suas regiões, tornando-se necessário o aparecimento de algum elemento que desempenhasse tal função. A execução dessas tarefas implicava em alguma experiência comercial e tempo disponível, de forma a não precipitar as vendas do café.<sup>45</sup>

Para solucionar esse conjunto de problemas, começaram a surgir os primeiros intermediários que se localizavam nos portos recebedores do produto. De acordo com Ferreira (1977), inicialmente esses elementos não passavam de representantes dos fazendeiros que para eles realizavam transações, seja de venda de seus produtos, seja de compra de bens necessários. Entretanto, pouco a pouco, esses simples representantes dos fazendeiros foram adquirindo maior autonomia, passando a realizar transações por conta própria, dando início aos negócios de consignação de café. De acordo com a autora (p. 11):

As origens e características desses primeiros intermediários foram diversas. Pode ter sido um elemento que trabalhava por conta própria, os portos, denominação aplicada aos comerciantes do Recôncavo que possuíam um lugar de embarque e forneciam gêneros aos fazendeiros, comprando por sua conta o café que remetiam a Corte em consignação. Pode ter sido o agente de alguma firma já estabelecida na Corte.

---

<sup>45</sup> Além das dificuldades apontadas, pode-se acrescentar as grandes distâncias que separavam as propriedades dos locais de venda e as dificuldades dos fazendeiros em se afastar da administração de suas fazendas. Uma ida ao Rio de Janeiro, nas condições da época significava várias semanas de ausência, fator extremamente negativo numa fase de organização das empresas. A maioria dos fazendeiros via-se tão envolta nas lides quotidianas que dificilmente teria condições de viajar para fora de suas propriedades (STEIN, 1961).

E, finalmente, alguns fazendeiros que mais importantes que para melhor garantir a comercialização do seu produto, destacavam um membro da família para alugar armazéns para guardar e vender seus gêneros no mercado.

Surgiam, originadas desses intermediários e de algumas firmas antigas de comércio na Corte, as primeiras casas comissárias de café. Nos primeiros anos da expansão cafeeira, o comissário se dedicava essencialmente à comercialização, fazendo alguns adiantamentos apenas em caráter esporádico. Entretanto, o segundo e terceiro quartéis do século XIX trouxeram uma grande expansão para o cultivo do café.

O deslocamento do plantio para o interior ocorre de forma acelerada durante o século XIX. Nas palavras de Lessa (2000, p. 146):

Do seu primeiro pólo, no Maciço da Tijuca, o café espalhou-se no recôncavo fluminense<sup>46</sup>. De um lado, em direção à região de Itaboraí / São Gonçalo, onde se estruturou a primeira grande região cafeeira fora do perímetro da cidade. Do outro, caminhou pelo recôncavo e pela Serra do Mendanha para o interior do estado. Pelo Caminho Novo seguiu o rumo de São João de Meriti Quitandinha, Pati do Alferes e Avelar. Em 1819/20, a Junta de Comércio do Rio de Janeiro abriu um caminho carroçável, chamado do Comércio, em direção a Vassouras, Valença e Rio Preto. A serra foi conquistada simultaneamente em direção a Resende, Pirai e Vassouras pelo famoso Caminho da Polícia. Estes dois caminhos incorporaram à cafeicultura o Médio Vale do Paraíba e a região Resende, dando origem à Vassouras, grande cidade cafeeira do interior fluminense. A região serrana central foi rapidamente ocupada pelo café. De Resende/Pirai/Vassouras, caminhou pelo eixo do Paraíba abrindo ao norte a região de Cantagalo e Cordeiro, Santa Maria Madalena, Bom Jardim, Cambuci e pelo sul, e em direção a São Paulo ocupando Bananal, Queluz até Pindamonhangaba.

---

<sup>46</sup> De acordo com Lessa (2001), sem qualquer exagero, o café como atividade econômica central nasceu literalmente no interior da cidade do Rio de Janeiro. Abreu (1992) adverte que não se sabe exatamente quando o café passou a galgar as encostas do maciço da Tijuca. Não há dúvida, entretanto, que foi ainda no século XVIII. De acordo com o mesmo autor, a consequência inevitável da expansão dos cafezais nessa primeira metade do século XIX foi o desmatamento das encostas e dos maciços que cercam a Baía de Guanabara. Sobre a história do café no Brasil o livro “Pequena história do café no Brasil” de Afonso Taunay (1945) é sem dúvida uma referência imediata. O autor analisa desde a chegada da rubiácea ao Brasil, ainda no século XVIII, até sua difusão pelo território brasileiro – nos séculos XIX e XX. Trata-se, sem dúvida, de um meticoloso estudo sobre a evolução da atividade cafeeira em nosso país.

Para Furtado (1970), essa expansão esteve ligada, internamente, às excelentes condições geográficas, à abundância de terras virgens e de mão-de-obra e à facilidade de escoamento da produção devido à proximidade do porto do Rio de Janeiro; externamente, foram fatores fundamentais: a ampliação dos mercados consumidores, o declínio de produtores concorrentes e a elevação dos preços no comércio internacional.

Se até então os recursos familiares e pessoais completados por empréstimos esporádicos de comerciantes haviam sido suficientes, a nova dimensão que atingiam os negócios cafeeiros exigia amplos investimentos. Gradativamente, os comissários passaram a atuar na esfera financeira, transformando-se em banqueiros de seus comitentes (Ferreira, 1977). Uma vez organizada uma casa comissária e estabelecida a sua clientela, a transação comercial consistia no envio do café pelo fazendeiro para a venda. Esta se processava sob a forma de consignação, ou seja, o comissário recebia o produto e o vendia nas melhores condições do mercado mediante uma comissão de 3%. Trinta dias após a consignação, o comitente sacava o valor aproximado da mercadoria, podendo essa já ter sido vendida ou não.

Datam da década de 1850 o aparecimento de grandes firmas pertencentes a poderosos fazendeiros já enriquecidos, criando-se uma elite de cafeicultores que acumulavam a essa função atividades comerciais e financeiras, constituindo uma burguesia comercial que controlava os principais setores econômicos. Segundo Gerson (1970:71):

Ia-se também o tempo dos pequenos negociantes e comerciantes das comissárias localizadas no Recôncavo da Guanabara. Com a abertura das primeiras estradas de ferro, os antigos portos escoadores viam-se gradativamente marginalizados. Assistia-se assim a uma concentração dos negócios cafeeiros do Vale do Paraíba na Corte do Rio de Janeiro, concretizando-se dessa forma a posição dos comissários de café, o que significava fornecimento de créditos regulares à lavoura e uma plena constituição dos mecanismos comerciais.

Na cidade do Rio de Janeiro, para que a exportação de café fosse realizada, fazia-se necessário cumprir algumas etapas (Ferreira, 1977):

- 1ª etapa - O café era despachado do interior da Província do Rio;
- 2ª etapa - Chegando ao Rio, o café ficava guardado em armazéns da Gamboa ou em depósitos dos trapiches até que fosse enviado aviso aos comissários.
- 3ª etapa- O próximo passo era transportar o café para as casas comissárias, onde os sacos eram contados. O comissário realizava uma pré-seleção das amostras para receber a visita de grandes compradores de café, os ensacadores. Marieta Ferreira, entretanto, adverte que estes elementos têm ação pouco conhecida, não se sabendo exatamente como e porque surgiram. Na década de 1850 já se tinha notícia de sua existência, e dos poucos dados disponíveis pode-se perceber que agiam em complementaridade com os comissários <sup>47</sup>.
- 4ª etapa – A seguir, os sacos de café eram transportados para os armazéns dos ensacadores, onde eram misturadas diversas qualidades de café, fazendo o que à época se chamava de “liga”. Em alguns casos essa liga podia ser feita pelo próprio comissário ou podia ocorrer que uma mesma pessoa ocupasse as duas funções (comissário e ensacador).
- 5ª etapa - A última etapa se relacionava com o corretor, um representante das firmas estrangeiras de importação de café da Europa e dos Estados Unidos. O corretor tinha como função procurar tipos determinados de café, segundo as exigências dos mercados externos. Assim, a atuação do exportador consistia em comprar café do ensacador através da figura do corretor. Realizados os negócios, as vendas seguiam diretamente dos armazéns dos ensacadores para o porto de embarque. Como vemos, as casas exportadoras não se ocupavam em nada com a preparação do café, resumindo-se sua atividade ao repasse dos estoques adquiridos aos mercados consumidores.

O fato é que o café foi capaz de integrar uma rede de pequenas cidades cujo suporte era o Rio de Janeiro. O ciclo ferroviário, por sua vez, reforçou poderosamente a centralização urbana do Rio, que vinha já do período colonial. Um marco neste processo é a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II, cujo intuito era transportar o café do

---

<sup>47</sup> A autora ressalta ainda que nos mercados cafeeiros de São Paulo não existia a figura do ensacador. Para ela, provavelmente isso se deve ao fato de que o desenvolvimento do mercado do café em Santos se deu mais tarde e portanto com uma estrutura mais eficiente.

Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, antes era feito por tropas de mulas. Na segunda metade do século XIX, são ainda realizadas melhorias das instalações físicas da área portuária do Rio de Janeiro, como: construção de cais, docas, armazéns, aterros de determinadas áreas e introdução de maquinarias nas operações de carga e descarga (Lamarão, 1991). Explicitado o papel dos comissários e dos ensacadores na atividade de exportação do café, podemos partir para a análise dos mapas.

### **Análise espacial da atividade de exportação do café**

Algumas permanências podem ser percebidas quando analisamos a cadeia de exportação do café entre 1855 e 1900. Primeiramente, as áreas 1 e 2 continuam mostrando grande dinamismo; com o tempo, entretanto, elas passam a perder importância para área 9, que chamaremos de ‘círculo do café’. Nos arredores do Morro de São Bento, em ruas como as de Bragança, de São Bento, Municipal, Beneditinos, da Prainha e Travessa de Santa Rita, passaram a se aglutinar comissários e ensacadores de café. Vejamos a representação da área 9:

**Figura 14 – Área 9: ‘O círculo do café’**



Organizado pelo autor. Base cartográfica: MOTTA (2001)

No primeiro recorte temporal (visto no Mapa 22) ainda não se percebe, por parte das firmas comissárias de café, uma tendência de concentração espacial tão significativa na área 9, conforme verificaremos nos outros anos. Os comissários estão basicamente na área 1 e, com menos força, na área 2. As maiores concentrações de comissários são as ruas de São Pedro e de Bragança, número reduzido se considerarmos o total de 47 estabelecimentos registrados no Almanak Laemmert.

Nas atividades de ensaque de café a situação é outra. No mapa de 1855 já se pode visualizar um padrão mais claramente esboçado, com os armazéns já fortemente concentrados; dos 48 estabelecimentos, apenas nove estavam fora das adjacências do Morro de São Bento. Nas ruas de São Bento, Benedictinos, Municipal, São Francisco da Prainha e no largo da Prainha, portanto, se localizavam os 39 armazéns restantes. Só a primeira dessas ruas concentrava 18 estabelecimentos.

A escolha pelas adjacências do Morro de São Bento estava relacionada a dois fatores principais. Em primeiro lugar, à proximidade com o largo da Prainha, que de acordo com Gerson (2000 [1955]) era, desde o início do século XIX, o principal ponto de desembarque de café da cidade. A importância dessa área, para Lamarão (1991) nos remonta mesmo aos primeiros anos do período oitocentista, quando a Prainha já havia se convertido no principal entreposto de madeiras do Rio. Ali ainda eram desembarcados açúcar, cal de marisco (material utilizado para construções) e gêneros destinados ao abastecimento da crescente população da cidade (Santos 1934 citado por GERSON, 1970). No entanto, como fica claro nas palavras de Lamarão, 1991: 39-40):

Foi o café, porém, o principal fator de dinamização da Prainha e imediações. Produzido em escala crescente nas primeiras décadas do século no Vale do Paraíba, o café era transportado em lombo de burro até os portos do fundo da Baía, onde eram embarcados em faluas até a Prainha. Carregado na cabeça por trabalhadores do café, o produto era depositado em armazéns e trapiches que se multiplicavam entre a Prainha e a Gamboa.

Os trapiches, aliás, representavam o segundo fator que influenciava a localização dos armazéns de café. Ainda em 1830 foram criadas casas especiais de exportação de café para controlar o serviço dos trapiches (LAMARÃO, *op. cit.*). Alguns destes podem ser vistos na Tabela 9 (parte 2 dos Anexos), como o trapiche do Bastos, o do Cleto, o da Ordem e o da Pedra do Sal, todos anteriores a 1848. Para os ensacadores de café,

localizar-se junto aos trapiches significava, antes de tudo, reduzir sobremaneira os custos de transportes; precisamos lembrar que eram eles que conduziam o produto – depois de vendê-los aos corretores – até o seu ponto final de embarque para a exportação.

Em 1870, as áreas 1, 2 e 9 continuam a ganhar força, como mostra o Mapa 23. Nas duas primeiras, basicamente, se localizavam os comissários, que acreditamos serem beneficiados com a presença de uma grande sorte de estabelecimentos atacadistas (como aqui mostramos) e varejistas. É preciso lembrar que os comissários, além da função financeira que foram adquirindo com o passar do tempo, tinham como uma de suas incumbências adquirir e repassar gêneros da cidade aos grandes cafeicultores.

Entretanto, também se nota com mais clareza o início da aglomeração do comissariado na área 9, analogamente ao que verificamos em relação aos armazéns de ensaque. No caso destes últimos, dos 44 estabelecimentos, 33 se encontravam junto ao Morro de São Bento e, portanto, próximos ao largo da Prainha e aos trapiches. Mais uma vez a rua de São Bento aparece como destaque: só ali estavam 13 destes estabelecimentos.

Para melhor entendermos esta aglomeração de comissários e ensacadores, novamente recorreremos ao trabalho de Corrêa (1996 [1979])<sup>48</sup>. Duas das características do processo de coesão nos são especialmente interessantes. Primeiramente, destacamos a questão da complementaridade. Como já foi tratado, os comissários e os ensacadores de café encontravam-se extremamente associados na atividade de exportação cafeeira pelo Rio de Janeiro<sup>49</sup>. A supracitada Marieta Ferreira lembra que em alguns casos podiam-se acumular as funções de comissário e de ensacador e nossos dados, de fato, atestam isto.

Assim, acreditamos que os armazéns que já se localizavam junto ao Morro de São Bento acabaram atraindo – no segundo momento – outras firmas comissárias, que junto dos ensacadores reduziam ou eliminavam os custos de transporte. É necessário lembrar

---

<sup>48</sup> Descrito por Hurd no início do século XX, o processo de coesão foi formulado para explicar a tendência de aglomeração de lojas do mesmo tipo, não importando se estas mantêm negócios entre si ou não. Inicialmente, esse conceito contemplava, sobretudo, as concentrações varejistas; este trabalho, porém, é exemplo de que sua aplicação também é válida para o atacadismo, conforme mostram as seções anteriores e, principalmente, a cadeia de exportação do café no Rio de Janeiro oitocentista.

<sup>49</sup> FERREIRA (*op. cit.*), lembra que em alguns casos podiam-se ainda acumular as funções de comissário e de ensacador. É o caso, por exemplo, das firmas Câmara e Gomes e Luiz Tavares Guerra.

que o café precisava ser levado das casas comissárias para os armazéns, onde era realizado o “beneficiamento” do produto: uma mistura de grãos chamada na época de “liga”. Antes disso, porém, os comissários ainda precisavam transportar o café dos depósitos trapicheiros – onde o produto ficava armazenado quando chegava à cidade – para suas firmas. De acordo com Marieta Ferreira, o café precisava ser retirado em um curto tempo, sob pena de incorrer os comissários em pesadas multas. Por essas razões, estar junto aos armazéns e aos trapiches passou a ser, para os comissários, estratégia fundamental na garantia de uma maior lucratividade.

A outra característica descrita na formação de áreas espacialmente coesas deriva do fato de muitas atividades exigirem contratos face-a-face e troca de informações (Corrêa, 1996 [1979]). Esse fator foi inicialmente observado em relação a sedes sociais de grandes empresas. Todavia, também nos serve perfeitamente, já que todas as negociações do café eram realizadas dentro desse sistema. Segundo Ferreira (1977) havia, entre comissários e ensacadores, a existência de liames de confiança e uma prova disso se verifica em relação ao transporte do café das firmas comissárias para os armazéns: quando aí chegavam, os sacos do produto eram contados apenas em número e não quanto ao peso<sup>50</sup>.

A localização na área 9, portanto, mostrava-se duplamente vantajosa para as firmas comissárias, à medida que garantia a proximidade com os trapiches e com os armazéns de ensaque sem se afastar das atividades ligadas ao abastecimento das grandes fazendas. Por essa razão, esse padrão será aquele que prevalecerá da década de 1870 em diante. É o que mostra o Modelo Comparativo 9:

---

<sup>50</sup> As outras razões que levariam ao processo de coesão não podem ser relacionadas diretamente ao nosso estudo de caso. De acordo com Roberto L. Corrêa os outros motivos que tenderiam a gerar áreas espacialmente coesas incluem: a) lojas varejistas da mesma linha de produtos formarem um conjunto que cria atenção para o consumidor que, estando interessado em um determinado produto, terá alternativas para a escolha; b) a presença de lojas de linhas de produtos diferentes, formando um conjunto espacialmente coeso pode induzir a compras de produtos que o consumidor não previa; c) a criação de escala para o aparecimento de atividades necessárias, que uma firma sozinha não conseguiria induzir.

Modelo Comparativo 9: Comissários e Armazéns de ensaque de café (1855, 1870, 1885 e 1900)



No terceiro recorte temporal (1885, disposto no Mapa 24) percebe-se que praticamente não há mais armazéns de ensaque fora do chamado “círculo do café”. Novamente, a rua de São Bento é aquela com maior número de estabelecimentos, seguida pelas ruas dos Beneditinos, Municipal e São Francisco da Prainha.

Já grande maioria das 117 casas comissárias existentes no Rio de Janeiro nesse momento também se localizam no “círculo”: só aí estão 77 dessas firmas. Deste modo, entendemos que neste terceiro recorte temporal o processo de coesão que começou a ser verificado na década de 1870 atinge um novo estágio de desenvolvimento, se tornando ainda mais claramente visível. A partir de 1885, podemos afirmar que a área 9 se torna praticamente uma área especializada em exportação de café<sup>51</sup>. Voltamos à Corrêa (1996 [1979]): 130-131):

A consequência do processo de coesão é a formação de áreas especializadas tanto no interior do centro de negócios (como os distritos varejista, atacadista e financeiro), como em áreas não-centrais onde aparecem, por exemplo, distritos de grande concentração de consultórios médicos, ruas especializadas no comércio de móveis, automóveis, autopeças ou ainda distritos industriais especializados.

Mais uma vez, os exemplos são referentes ao século XX. O princípio proposto, mesmo assim, acaba nos servindo bem, pois está na base de elementos espaciais caros à cidade capitalista<sup>52</sup>.

Por fim, o último dos mapas mostra que a área especializada na exportação do café se encontra consolidada e até apresentou uma pequena expansão física, atingindo inclusive o eixo 3. Os armazéns de ensaque continuam escassos fora das adjacências do Morro de São Bento; já os comissários também continuam a se adensar no eixo 9, embora também aumentem sua participação nos eixos 2 e 3.

---

<sup>51</sup> Essa afirmação deve ser relativizada se considerarmos que no eixo 9 também se verificava a presença de outros gêneros, conforme atestam nossos mapas e tabelas; é mais claramente o caso de depósitos de açúcar, de máquinas para indústria e mesmo de agentes diversos. Também deve se considerar que é difícil falar em uma ‘especialização total’, já que muitos agentes e armazéns trabalhavam com mais de um gênero ao mesmo tempo.

<sup>52</sup> Como indica Roberto Lobato Corrêa, as áreas especializadas, em última análise, se inserem na linha de acumulação de capital por favorecer (através de sua relação custo-benefício) a sua melhor reprodução.

### Dimensão Quantitativa

Observando o número de firmas comissárias ao longo dos quatro recortes, podemos perceber que essas apresentaram uma tendência de aumento no espaço urbano do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX. Do primeiro ao último recorte o número de estabelecimentos quase quadruplicou; acreditamos que esses números refletem, em primeiro lugar, a voracidade com que se deu a concentração dos negócios cafeeiros na cidade do Rio de Janeiro. Como já anteriormente comentado, o ciclo das ferrovias acabou marginalizando antigos entrepostos comerciais, fazendo com que muitas destas casas fechassem suas portas ou mesmo se transferissem para a corte. O aumento do número de firmas comissárias está expresso abaixo:

**Quadro 9: Café Comparação quantitativa das firmas comissárias de café**

Anos	Numero de estabelecimentos
1855	46
1870	87
1885	117
1900	144

Fonte: Almanak Laemmert, 1855, 1870, 1885 e 1900. Organizado pelo autor.

Observando mais atentamente a tabela, no entanto, percebemos que as casas comissárias, apesar do aumento em número absoluto, apresentaram uma tendência de redução no ritmo de crescimento entre 1855 e 1900. Esse comportamento, ao que parece, está relacionado à crise que já há algum tempo assolava o comissariado carioca.

Como aponta Silva (1976), os anos de 1880/90 se caracterizaram por uma elevação substancial dos investimentos estrangeiros, em especial ingleses, na América Latina e no Brasil. Para o autor, nesse momento tornava-se importante para as firmas exportadoras de café – agentes do capital estrangeiro – ampliar sua esfera de atribuições e controlar integralmente o comércio do produto, eliminando aqueles que porventura se opusessem em seu caminho. Trata-se, sem dúvida, de um avanço na direção do capitalismo monopolista. Ferreira (1977:99) lembra que:

(...) num momento em que a rede de transportes era pouco desenvolvida e limitados os meios de comunicação, o contato com o interior se fazia difícil;

a precariedade do sistema bancário em oferecer financiamento ao produtor e, por outro lado, o desinteresse do exportador em desempenhar essa função emprestavam ao comissário um papel de destaque, atribuindo-lhe o desempenho dessas tarefas (...) Contudo, as transformações ocorridas no capitalismo, associadas às mudanças internas, vieram alterar substancialmente essa situação. A revolução dos transportes (ferrovias, navegação e carris urbanos) e nas comunicações (linhas regulares de vapor e instalação do cabo submarino) acabaram abrindo caminho para o controle absoluto por parte dos agentes exportadores estrangeiros, que agora passavam a se relacionar diretamente com os produtores.

Como percebemos, esses fatores foram fundamentais para que o comissário começasse, gradativamente, a se tornar dispensável aos negócios cafeeiros. Na visão de Marieta Ferreira, os comissários – juntamente com os ensacadores – representavam entraves à exploração capitalista: eles funcionavam como elementos de resistência que se opunham às baixas intempestivas do mercado, pois sempre tiveram suas atuações pautadas no sentido de promover altas nos preços do café através de jogos de mercado e especulação. Era essa possibilidade de controle de preços que ao exportador interessava eliminar.

A manutenção dos elevados preços do café permitia aos comissários e ensacadores resistirem às investidas do exportador. Em pouco tempo, entretanto, este ponto de apoio seria destruído. A partir de 1895 o preço do café começa a declinar acentuadamente e os estoques a se acumular, chegando a uma situação crítica em 1896 (Ferreira, 1977). De todo modo, a manutenção da taxa de câmbio baixa, fruto da política do Encilhamento deflagrada em 1893/94 ainda compensava o decréscimo dos preços do café. No entanto, quando, em 1898, foi reestruturada a vida financeira do país através da implantação de uma política de saneamento que restringia o crédito e valorizava a moeda, tornou-se insustentável manter a antiga política que facilitava a baixa da taxa de câmbio. Foram assim eliminados os últimos paliativos que sustentavam os comissários.

Desse modo, os comissários e ensacadores se tornaram cada vez mais vulneráveis aos ataques dos exportadores estrangeiros. Os ensacadores foram ainda mais prejudicados, pois suas funções foram completamente usurpadas. Se antes o exportador se limitava a possuir apenas um escritório e negociar por conta própria o café já preparado, nesta nova fase ele passou a adquirir armazéns e realizar a classificação do café para os

mercados externos, por conta própria (Guimarães, 1904 citado por Ferreira, *op. cit.*). A criação de “armazéns gerais” (cuja finalidade seria armazenar, em condições adequadas, o café dos fazendeiros que não se interessassem pelos negócios através dos comissários e que quisessem negociar diretamente com o exportador) se constituía em medida deste tipo. A tabela abaixo demonstra bem o declínio que afetou os armazéns de ensaque:

**Quadro 10: Café – Comparação quantitativa dos armazéns de ensaque de café**

Anos	Numero de estabelecimentos
1855	47
1870	43
1885	40
1900	25

Fonte: Almanak Laemmert, 1855, 1870, 1885 e 1900. Organizado pelo autor.

A tendência de queda, ao contrário do que ocorreu com os comissários, esteve presente ao longo de toda a segunda metade do século XIX. De 1855 a 1885, entretanto, essas quedas foram pouco significativas, não parecendo estar ligadas a nenhum fator em especial. Já entre 1885 e 1900, há uma queda brusca nestes valores. Acreditamos que aí se expressa o início da bruta substituição dos armazéns de ensaque de café por “armazéns gerais” controlados por firmas estrangeiras. Os armazéns de ensaque, ao contrário dos comissários (que ainda conseguiram, mesmo enfraquecidos, uma maior sobrevivência), sofreram seu golpe final com a Criação do Centro do Comércio do Café (1901). Segundo Marieta Ferreira, o Centro significava a exclusão definitiva do ensacador e a institucionalização das relações entre comissários e exportador, que passaram a se dar em moldes diferentes.

Por último, entendo que a tendência de redução no ritmo de crescimento das firmas comissárias e a queda na quantidade de armazéns são indicativos de que o Rio de Janeiro de fato vinha gradativamente perdendo sua importância como centro exportador de café brasileiro. De fato, ainda no século XIX o porto de Santos já havia ultrapassado o do Rio de Janeiro em exportações de café. Segundo os dados reunidos por Fridman (1999), já em 1875 a produção cafeeira de São Paulo passou a prevalecer no cenário econômico nacional. Lobo (1978) coloca que a maior queda das exportações do café pelo porto do Rio ocorreu entre 1893 e 1895.

O fato dos comissários terem registrado aumento numérico durante todos os recortes e a existência de um número ainda significativo de armazéns em 1900, nos levam a crer que a crise que se intensificou no Vale do Paraíba a partir da década de 1880 não foi capaz de eliminar o movimento de saída de café pela cidade do Rio de Janeiro.

A análise de tabelas da primeira década do século XX, por sua vez, demonstram a manutenção do dinamismo da função portuária carioca. Por um lado, as Tabelas 6, 7 e 8 (Anexos – Parte 1) mostram que a diferença entre os valores das exportações nas alfândegas santista e carioca cresceu entre 1903 e 1911, consolidando o porto de Santos como o principal do embarque cafeeiro; por outro, a diferença nas importações foi ainda maior entre o Rio de Janeiro e Santos entre 1902 e 1911, conforme apontam as Tabelas 5, 9 e 10 (Anexos – Parte 1).

Chegamos assim às considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, a breve sistematização teórico-metodológica deste trabalho foi capaz de evidenciar limitações e possibilidades no campo da Geografia Histórica e da Geografia Urbana. Começamos a partir deste breve resgate.

Ficou clara a necessidade de uma maior reflexão em torno das relações entre geografia e história e de um refino no entendimento sobre a evolução da geografia histórica. Este processo de auto-conhecimento é fundamental na construção de uma identidade mais claramente identificável, notadamente em um campo pouco explorado da geografia brasileira. O primeiro capítulo foi uma pequena contribuição neste sentido, a partir do confronto de opiniões de importantes autores e do debate em torno da natureza e de procedimentos metodológicos da geografia histórica. Com isso, garantimos ao leitor a apresentação de nosso campo de pesquisas e a proposta de uma *geografia histórica do comércio atacadista carioca* teoricamente embasada.

Em relação à geografia e à história urbana e comercial, a dificuldade derivou da negligência relegada ao comércio atacadista. Aqui apresentamos uma visão mais ampla de comércio por atacado, visto como um setor a partir de sua dupla função. Este critério foi indispensável na definição das quatro classes do setor atacadista carioca – e na identificação das funções por ele exercidas. Por razões óbvias, não conseguimos cobrir todos os gêneros atacadistas entre 1855 e 1900, embora consideremos razoável o número levantado<sup>53</sup>. Há de se considerar ainda que a única base de dados utilizada foi o Almanak Laemmert, que certamente não contém todos os estabelecimentos da época. Mesmo assim, os dados deste documento permitiram que apresentássemos 25 mapas inéditos, uma contribuição à cartografia histórica carioca.

A evolução quantitativa dos estabelecimentos atacadistas e o diálogo com a história econômica do capítulo 4 vieram a comprovar a primazia da função comercial da cidade do Rio de Janeiro, mesmo com a crise de seu principal produto de exportação. A Classe I (Agentes Comerciais) apresentou o maior número de ocorrências, ratificando a necessidade da intermediação comercial. Nas Classes II e III (Gêneros Alimentícios e

---

<sup>53</sup> A comercialização de escravos, um dos mais lucrativos negócios até 1888, mereceria uma análise própria e devido a suas especificidades ficou de fora deste trabalho.

Manufaturados, respectivamente) o aumento nos artigos importados mostrou a expansão do mercado interno carioca; no caso da primeira, em detrimento da função de exportação de gêneros tradicionais com o açúcar e o algodão.

O diálogo com a geografia urbana, no capítulo 5, relacionou as características mais gerais do setor atacadista às tendências do espaço urbano carioca. As áreas 1 e 2 foram as mais importantes na segunda metade do século XIX, analogamente ao que a pesquisa de Motta (2001) apontava como o local preferencial das atividades do setor terciário e manufatureiro entre 1870 e 1901. Em 1900, quando a cidade já havia crescido a ponto de vencer novos sítios e ocupar freguesias mais distantes, esta tendência de concentração é mais significativa, apontando para um novo estágio no desenvolvimento da chamada *área central*. Todavia, ainda era grande a presença do uso residencial (aqui mensurada pelos armazéns de gêneros secos e molhados); a separação entre os varejistas e atacadistas (e nestes, entre os agentes e os depósitos) ainda também não estava totalmente esboçada. Apenas em alguns casos, principalmente nos gêneros da Classe IV, as concentrações de armazéns e depósitos foram mais significativas em localizações mais ‘periféricas’, como a área 8.

O processo espacial de *coesão* foi utilizado para explicar concentrações espaciais mais significativas e mostrou que não está restrito ao varejismo. No caso do café, o nível de especialização funcional foi o maior de todos os gêneros, definindo uma área que chamamos de “círculo do café”. Do ponto de vista da evolução urbana, deve ser ressaltada a presença de áreas coesas anteriormente às reformas urbanísticas do início do século XX – que aí sim transformaram definitivamente as feições do espaço carioca.

A coesão de atividades, entretanto, deve ser pensada também pelo artifício escalar, como bem notou Oliveira (2008). Há diferenças, por exemplo, se olhamos a escala da rua ou a escala do quarteirão. Outro cuidado ao olhar as concentrações espaciais deriva de não termos detalhado a análise a ponto de considerar o percentual que elas representam frente aos outros usos nas ruas e quarteirões.

Alguns detalhes da *divisão territorial do trabalho* também não puderam ser captados como imaginávamos. Foi difícil distinguir uma divisão espacial clara entre as atividades

de exportação e importação<sup>54</sup> e. No caso dos trapiches, por exemplo, certamente havia especializações, como o próprio nome “Trapiche do Sal” pode supor; alguma documentação mais específica certamente pode trazer avanços nesta discussão.

Apenas no caso do café pudemos ser mais taxativos e a área 9, de fato, apresentou pouquíssima importância para outros gêneros. Como vimos, a partir da década de 1880 o uso do solo nas adjacências do Morro de São Bento passa a se restringir basicamente a atividades de exportação cafeeira, fruto de uma aproximação entre comissários e ensacadores que já se esboçava desde 1870. Além da grande complementaridade entre estes dois, acreditamos que tal padrão de localização esteve ainda relacionado à necessidade dos estabelecimentos se manterem próximos aos trapiches e ao largo da Prainha.

A dimensão quantitativa dos estabelecimentos atacadistas do café, por sua vez, fez surgir a hipótese de um comportamento monopolista. A perda de importância do Rio de Janeiro como porto escoador de café ao longo da segunda metade do século XIX também pôde ser confirmada: os comissários, apesar de não terem apresentado a mesma tendência de diminuição numérica verificada nos armazéns de ensaque, tiveram uma gradativa redução em seu ritmo de crescimento.

Mesmo assim, entendemos que o Rio de Janeiro ainda conseguiu entrar no século XX conservando boa parte de seu dinamismo comercial, inclusive com a consolidação de novas funções portuárias. É importante lembrar ainda a esmagadora maioria dos intermediários não-especificados de gêneros de importação no ano de 1900. Ela ajuda a diluir a idéia que o Rio de Janeiro era exclusivamente exportador, mostrando a importância que passa a ter o consumo interno, inclusive com a formação de uma classe média.

Por último, quero lembrar que é difícil analisar um trabalho pelo aquilo que ele não foi ou pelo que poderia ter sido. Muitas possibilidades vieram à tona durante o processo de pesquisa e terão de ficar para outras oportunidades. A tentativa de analisar o setor atacadista para além da escala intra-urbana, estabelecendo um *jogo escalar* de maior teor explicativo é uma delas. Igualmente grande foi a vontade de dissecar a vida cultural

---

<sup>54</sup> De fato, muitas firmas trabalhavam com ambos os serviços, movimentando gêneros muito variados. Igualmente, os mecanismos de negociação também podiam se somar.

do Rio oitocentista a partir de seus gêneros comerciais e a de avançar em recortes temporais que pudessem mostrar os efeitos que as reformas do século XX tiveram no setor terciário carioca.

Já a visão de espaço aqui adotada é muitas vezes tida como simplista, sobretudo quando consideramos os avanços recentes da geografia. Trabalhamos com a dimensão do espaço mais facilmente identificável e dentro da tradição geográfica dos padrões espaciais. Se engana, todavia, aqueles que acham que isto garante a facilidade na construção e na análise dos objetos de estudo.

Em muitos momentos, o trabalho acabou sendo mais descritivo do que explicativo, pois nem sempre se encontrou os elementos suficientes para tal. A despeito disso, entendo que a descrição, quando bem feita, é um dos mais importantes artifícios para a compreensão da espacialidade e pode – sem problemas – ser a base na reconstrução de *geografias do passado*.

Há de se aceitar que a realidade é sempre muito mais complexa do que podemos alcançar e que o espaço geográfico é multifacetado. No caso de estudos históricos isso se torna ainda mais angustiante e a tentação explicativa se torna perigosa. De qualquer forma, se tudo pudéssemos saber sobre o passado, removendo todas as incertezas, este não seria um “país estrangeiro”, como adverte Lowenthal (1985). E se fosse diferente, certamente não seria tão fascinante.

## Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLAN/ZAHAR, 4ª edição, 2006 (1987).
- \_\_\_\_\_. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M. A. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- \_\_\_\_\_. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I. E. , CORRÊA, R. L. e GOMES, P.C (orgs). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- \_\_\_\_\_. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **Revista Geosp**, nº 7. São Paulo: USP, 2000.
- ALMEIDA, Elisa M. & PINTO, Dulce M. O desenvolvimento da área central. **Área central do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1967.
- ALVES, Vitor de Araujo. **Comércio atacadista na cidade do Rio de Janeiro**. TCC da Pós-Graduação *Latu Sensu* em História do Rio de Janeiro. Niterói: Departamento de História, UFF, 2009.
- AZEVEDO, Aroldo de. **Vilas e cidades do Brasil Colonial**. Revista Terra Livre, n.10, 1992 (1956).
- BAKER, Alan. **Geography and history: bridging the divide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BERNARDES, Lysia. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, 1959.
- BUTLIN, Robin. **Historical geography: Through the gates of space and time**. London: E. Arnold, 1993.

- BRAUDEL, Fernand: **Civilização material, economia e capitalismo (séculos VX-VXIII)**. São Paulo: Matins Fontes, 1996.
- BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, 1991.
- CHRISTALLER, Walter. **Central places in southern Germany**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966 (1933).
- CASTRO, Therezinha de. **Estudos de Geo-história**. Rio de Janeiro: Record, 1970.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Processos espaciais e a cidade. **Trajelórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 (1979).
- \_\_\_\_\_. Comércio e espaço: uma retrospectiva e algumas questões. **Textos LAGET, Série Pesquisa e Ensino nº2**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratório de Gestão do Território, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Introdução á geografia cultural**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2003.
- DARBY, Henry Clifford (1953). On the relations of geography and history. **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.34-45, 1991.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Revista Cidades**, v.1, nº.1, 2004 (1938).
- \_\_\_\_\_ (1962). Historical Geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.59-77, 1991.
- DUARTE, Aluázio Capdeville. A função comercial. **Área central do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1967.

- ESTAVILLE, Lawrence. Organizing time in Historical Geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.310-323, 1991.
- FERREIRA, Marieta. **A crise dos comissários do café do Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado/História. Niterói: UFF, 1977.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1959.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. Focos sobre a Questão Ambiental no Rio de Janeiro”. In: ABREU, M. A. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- GEIGER, Pedro Pichas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963.
- GERSON, Brasil. **O ouro, o café e o Rio**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1970.
- \_\_\_\_\_. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 5ª edição, 2000 (1955).
- GILBERT, Edmund Willian (1932). What is Historical Geography? In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.10-16, 1991.
- GRIFFIN, Donald W. & PRESTON, Richard E. A restatement of the “transition zone” concept. **Annals of the Association of American Geographers**, 56(1), 1966.
- GUELKE, Leonard. **Historical understanding in geography: an idealist approach**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

- \_\_\_\_\_ .The Relations between Geography and History Reconsidered. **History and Theory**, v. 36. Oxford, 1997.
- HARTSHORNE, Richard (1939). The relation of history to geography. In: BROOKS GREEN, D. (Ed.). **Historical geography: a methodological portrayal**. Maryland : Rowman & Littlefield Publishers, p.59-77, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Questões sôbre a natureza da geografia**. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1969 (1959).
- HEIDINGSFIELD, Myron S. e BLANKENSHIP, Albert B. **Marketing: comercialização**. Rio de Janeiro: FUNDO CULT, 1957.
- HORWOOD, E. & BOYCE, R. Studies of the central business district and urban freeway development. **The urban American city**. Seattle: University of Washington Press, 1959.
- LAMARÃO, Sérgio T. de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.
- LOWENTHAL, David. **The Past Is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MITCHELL, Jean. **Historical Geography**. London: English Universities Press, 1954.
- MOTTA, Marcelo Paiva da. **O centro da cidade do Rio de Janeiro no século XIX: reflexões sobre a noção de área central**. Dissertação de Mestrado / PPGG. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.
- NORTON, Willian. **Historical analysis in geography**. New York: Longman, 1984.
- OLIVEIRA, Márcio de: **Bangu: de fábrica-fazenda e cidade-fábrica a mais uma fábrica da cidade**. Dissertação de Mestrado / PPGG. Rio de Janeiro: UFRJ, 1991.

- OLIVEIRA, Leonardo Rodrigues de. **Dinâmica Espacial de Manufaturas no Rio de Janeiro Oitocentista**. Dissertação de Mestrado / PPGG. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior da geografia histórica. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (orgs). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1996.
- PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reflexões sobre a contribuição da geografia histórica e da geohistória na renovação dos pensamentos geográfico e histórico no século XX**. In: I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico, Uberlândia, 2007.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006 (1945).
- RIBEIRO FILHO, Vitor. A área central e sua dinâmica: uma discussão. Revista **Sociedade e Natureza**, v. 16, n. 31. Uberlândia, 2004.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Editora da USP, 1978.
- \_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- SAUER, Carl (1941). **Foreword to Historical Geography**. Annals of Association of American Geographers, n.31 (1). Traduzido por CASTRO, Guilherme, 2003. Disponível em: [www.geografiaenespanol.net](http://www.geografiaenespanol.net).
- SCHNORE, Leo F. Sobre a estrutura espacial das cidades nas duas Américas. In: HAUSER, Philip M. & SCHNORE, Leo F. (orgs.). **Estudos de urbanização**. São Paulo: Pioneira, 1975 (1965).
- STEIN, Stanley. **Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

- STROHAECKER, Tânia M. A zona periférica ao centro: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, n° 50, 1988.
- TAUNAY, Afonso de E. **Pequena história do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.
- VANCE JR., James. **The merchant's world: the geography of wholesaling**. New Jersey: Foundations of Economic Geography Series, 1970.
- WEBER, Max: **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.

# **ANEXOS**

## **PARTE 1: LISTA DE TABELAS COM OS PRINCIPAIS GÊNEROS DE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

**Tabela 1: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro em 1855**

Artigos	Valores
Aguardente	-
Algodão	-
Açúcar Branco	297:814\$249
Açúcar Mascavo	429:185\$780
Café	43.807:854\$196
Couros	-
Diamantes	2.342:474\$600
Fumo em corda	426:184\$870

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda. Typ. Nacional, 1861. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 2: Principais produtos (em valor) exportados em 1885**

Artigos	Valores
Aguardente	7:290\$
Algodão em pluma	6:798\$
Açúcar branco	236:211\$
Café	37.456:898\$
Couros em cabelo salgados	370:988\$
Couros em cabelo seccos	29:761\$
Diamantes	115:698\$
Farinha de tapioca	79:061\$
Frutas	57:230\$
Fumo em corda	482:841\$
Goma	64:688\$
Jacarandá	69:098\$
Ouro em moeda	563:620\$
Ouro em barra fundido por particulares	227:839\$
Ouro em barra fundido pela Casa da Moeda	218:359\$

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda. Typ. Nacional, 1888. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 3: Principais produtos (em valor) exportados em 1901**

Resumo por classes	1901
<b>Animais e seus produtos</b>	<b>3.587:964\$</b>
Couros salgados	3.114:021\$
<b>Minerais e seus produtos</b>	<b>13.968:519\$</b>
Ouro	9.580:980\$
<b>Vegetais e seus produtos</b>	<b>119.554:597\$</b>
Café	117.721:568\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>873:838\$</b>
<b>Total</b>	<b>168.084:918\$</b>

Fonte: Importação e exportação: movimento marítimo, cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brasil em 1901.

**Tabela 4: Principais produtos (em valor) importados pelo Brasil em 1855**

Artigos	Valores
Azeites	744:644\$
Bacalhau e peixes	2.967:169\$
Bebidas	682:359\$
Calçados	631:318\$
Carnes	1.767:629\$
Carvão de pedra	1.314:762\$
Chapéus	1.311:762\$
Couros	781:775\$
Drogas	885:827\$
Farinha de trigo	4.375:579\$
Ferragens	3.383:840\$
Ferro bruto	571:026\$
Louça e vidros	1.767:115\$
Manteiga	1.506:278\$
Manufaturas de algodão	27.981:446\$
Manufaturas de lã	4.969:446\$
Manufaturas de linho	2.122:654\$
Manufaturas de seda	3.059:318\$
Manufaturas mistas	2.681:142\$
Obras de ouro e prata	2.681:142\$
Papel	724:351\$
Pólvora	288:196\$
Roupa	653:450\$
Sal	950:082\$
Vinhos	2.902:351\$

Fonte: Relatório do Ministério da Fazenda. Typ. Nacional, 1888. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 5: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1902**

<b>Resumo por classes</b>	<b>Rio de Janeiro</b>	<b>Santos</b>
<b>Animais vivos e dissecados</b>	<b>1.060:465\$</b>	<b>137:725\$</b>
<b>Matérias primas e artigos com aplicação às artes e indústrias</b>	<b>41.273:869\$</b>	<b>21.718:336\$</b>
Algodão bruto ou preparado	2.743:152\$	1.963:222\$
Ferro e aço	1.165:120\$	1.228:766\$
Madeiras	3.019:986\$	422:723\$
Materiais ou substâncias de perfumarias, tinturaria, pintura e outros usos	2.854:855\$	971:342\$
Pedras, terras e outros minerais	17.362:538\$	6.163:384\$
<b>Artigos manufaturados</b>	<b>90.423:850\$</b>	<b>35.347:478\$</b>
Algodão com ou sem mesclas	25.868:692\$	4.081:074\$
Trilhos e acessórios para estradas de ferro	2.100:751\$	2.759:531\$
Lã	5.344:926\$	1.535:700\$
Aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios e ferramentas	9.522:031\$	6.037:178\$
Papel e suas aplicações	5.920:776\$	1.610:278\$
<b>Artigos destinados à alimentação e forragens</b>	<b>73.636:379\$</b>	<b>33.832:690\$</b>
Farinha de trigo	6.697:073\$	3.296:161\$
Trigo em grão	12.076:112\$	7.130: 242\$
Vinhos	10.797:405\$	7.941:613\$
Charque	12.924:777\$	170:428\$
<b>Espécie metálica e notas de banco estrangeiras</b>	<b>9.882:466\$</b>	<b>9.778:897\$</b>
<b>Total</b>	<b>216.277:055\$</b>	<b>100.847:657\$</b>

Fonte: "Importação e exportação: movimento marítimo, cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brazil em 1902". Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 6: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1903/1904**

<b>Resumo por classes</b>	<b>Rio de Janeiro</b>		<b>Santos</b>	
	<b>1903</b>	<b>1904</b>	<b>1903</b>	<b>1904</b>
<b>Animais e seus produtos</b>	<b>3.856:953\$</b>	<b>3.623:99\$</b>	<b>796:395\$</b>	<b>630:812\$</b>
Couros salgados	<b>3.620:140\$</b>	<b>2.483:819\$</b>		
<b>Minerais e seus produtos</b>	<b>15.422:653\$</b>	<b>15.267:135\$</b>	<b>59:150\$</b>	<b>85:926\$</b>
Ouro em barra	9.368:681\$	8.331:594\$		
Manganês	4.911:321\$	5.948:006\$		
<b>Vegetais e seus produtos</b>	<b>122.734:150\$</b>	<b>118.031:876\$</b>	<b>241.930:884\$</b>	<b>254.150:873\$</b>
Café	119.936:933\$	114.928:441\$	241.318:878\$	253.087:263\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>685:134\$</b>	<b>139:715\$</b>	<b>55:850</b>	
<b>Total</b>	<b>142.708:890\$</b>	<b>137.124:717\$</b>	<b>242.815:080\$</b>	<b>254.867:611\$</b>

Fonte: "Importação e exportação: movimento marítimo, cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brazil em 1904". Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 7: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1908/1909**

Resumo por classes	Rio de Janeiro		Santos	
	1908	1909	1908	1909
<b>Animais e seus produtos</b> Couros	<b>3.810:993\$</b> 3.405:874\$	<b>4.432:734\$</b> 3.571:439\$	<b>263:391\$</b> 204:306\$	<b>329:277\$</b> 266:952\$
<b>Minerais e seus produtos</b> Ouro em barra Manganês	<b>12.551:700\$</b> 7.200:559\$ 3.938:538\$	<b>14.675:615\$</b> 7.420:763\$ 5.231:816\$	<b>75:064\$</b>	<b>46:814\$</b>
<b>Vegetais e seus produtos</b> Café	<b>81.355:491\$</b> 77.833:604\$	<b>95.068:377\$</b> 91.165:762\$	<b>276.684:048\$</b> 275.094:110\$	<b>431.354:631\$</b> 429.323:314\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>271:965\$</b>	<b>63:161\$</b>	<b>8:894\$</b>	<b>64:641\$</b>
<b>Total</b>	<b>97.993:149\$</b>	<b>114.339:887\$</b>	<b>277.031:397\$</b>	<b>431.795:363\$</b>

Fonte: “Importação e exportação movimento marítimo, cambial e do café da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1907”. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

**Tabela 8: Principais produtos (em valor) exportados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1910/1911**

Produtos	Rio de Janeiro		Santos	
	1910	1911	1910	1911
<b>Animais e seus produtos</b> Couros	<b>4.137:860\$</b> 3.520:029\$	<b>3.946:600\$</b> 3.335:921\$	<b>88:898\$</b> 49:141\$	<b>67:026\$</b> 14:494\$
<b>Minerais e seus produtos</b> Manganês Ouro	<b>13.307:430\$</b> 5.449:390\$ 5.896:564\$	<b>11.733:250\$</b> 3.875:342\$ 7.003:960\$	<b>278:259\$</b>	<b>196:501\$</b>
<b>Vegetais e seus produtos</b> Café em grão Farelos	<b>97.824:930\$</b> 91.731:861\$ 2.9189:185\$	<b>106.129:777\$</b> 101.280:286\$ 3.360:250\$	<b>281.744:945\$</b> 278.543:157\$ 2.018:249\$	<b>480.636:427\$</b> 477.663:319\$ 1.599:115\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>31.886:960\$</b>	<b>36.312:727\$</b>	<b>413:804\$</b>	
<b>Total</b>	<b>147.349:189\$</b>	<b>138.132:453\$</b>	<b>282.556:406\$</b>	<b>480.899:954\$</b>

Fonte: “Importação e exportação movimento marítimo, cambial e do café da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1911”. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 9: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1908/1909**

Resumo por classes	Rio de Janeiro		Santos	
	1908	1909	1908	1909
<b>Animais e seus produtos</b>	<b>895:666\$</b>	<b>866:273\$</b>	<b>341:931\$</b>	<b>717:955\$</b>
<b>Matérias primas e artigos com aplicação às artes e indústrias</b>	<b>53.555:996\$</b>	<b>49.579:597\$</b>	<b>22.466:688\$</b>	<b>22.113:187\$</b>
Algodão	2.401:270\$	2.267:456\$	1.618:088\$	1.601:561\$
Chumbo, estanho e zinco	1.779:522\$	2.144:601\$	1.313:349\$	1.245:596\$
Juta e cânhamo	3.039:260\$	2.333:398\$	3.714:638\$	3.396:423\$
Lã	1.504:486\$	1.796:757\$	1.372:373\$	945:384\$
Madeiras	3.943:331\$	3.815:062\$	483:979\$	642:475\$
Perfumaria e tinturaria	3.044:561\$	3.146:436\$	1.154:598\$	1.251:868\$
Ouro, prata e platina	2.410:817\$	1.227:601\$	4:914\$	13:325\$
Pedras, terras e outros minerais semelhantes	25.349:493\$	22.423:312\$	6.341:482\$	5.808:816\$
Sumos ou sucos vegetais	1.476:758\$	1.218:258\$	1.860:641\$	1.258:318\$
<b>Artigos manufaturados</b>	<b>123.176:721\$</b>	<b>123.694:289\$</b>	<b>55.829:099\$</b>	<b>52.713:828\$</b>
Algodão	16.563:872\$	13.899:000\$	6.173:784\$	11.404:234\$
Ferro e aço	25.816:800\$	20.384:225\$	12.037:527\$	11.404:231\$
Lã	4.391:189\$	3.628:467\$	2.419:901\$	2.148:567\$
Aparelhos, instrumentos, máquinas, utensílios e ferramentas	22.357:766\$	20.373:149\$	12.167:850\$	11.601:739\$
Papel e suas aplicações	7.686:717\$	6.984:421\$	2.422:421\$	2.219:791\$
Carros e outros veículos	2.506:674\$	2.686:811\$	2.422:784\$	2.219:791\$
Produtos químicos, drogas e especialidades farmacêuticas	5.519:910\$	5.602:527\$	2.455:662\$	2.823:945\$
<b>Artigos destinados à alimentação e forragens</b>	<b>51.619:080\$</b>	<b>49.205:328\$</b>	<b>35.160:012\$</b>	<b>38.510:315\$</b>
Bacalhau	3.528:691\$	2.921:067\$	2.229:305\$	1.949:525\$
Farinha	2.811:032\$	2.451:363\$	4.204:374\$	4.438:960\$
Trigo em grão	17.552:853\$	16.577:430\$	11.390:131\$	14.755:555\$
Vinhos	8.564:781\$	6.242:171\$	7.804:786\$	6.992:538\$
Charque	5.488:278\$	60.86:567\$	76:463\$	119:673\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>367:016\$</b>	<b>135.849:505\$</b>	<b>113:113\$</b>	<b>2.042:816\$</b>
<b>Total</b>	<b>229.614:479\$</b>	<b>359.239:992\$</b>	<b>113.910:848\$</b>	<b>116.098:101\$</b>

Fonte: “Importação e exportação movimento marítimo, cambial e do café da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1909”. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

**Tabela 10: Principais produtos (em valor) importados pelo Rio de Janeiro e por Santos em 1910/1911**

Resumo por classes	Rio de Janeiro		Santos	
	1910	1911	1910	1911
<b>Animais e seus produtos</b>	<b>962:75\$</b>	<b>994:126\$</b>	<b>906:706\$</b>	<b>572:418\$</b>
<b>Matérias primas e artigos com aplicação às artes e à indústria</b>	<b>59.453:404\$</b>	<b>66.021:503\$</b>	<b>28.164:174\$</b>	<b>39.166:265\$</b>
Algodão	1.648:029\$	1.807:697\$	1.314:069\$	1.563:866\$
Cobre	1.608:346\$	1.251:265\$	360:635\$	567:612\$
Ferro em barra	1.082:681\$	954:810\$	1.070:499\$	1.438:112\$
Juta e cânhamo	2.046:574\$	2.831:255\$	1.752:162\$	4.055:413\$
Pinho em toras	4.332:209\$	4.128:867\$	410:408\$	528:286\$
Carvão de pedra	19.874:622\$	22.464:851\$	5.012:603\$	6.469:621\$
Peles e couros	4.450:087\$	4.414:481\$	3.213:434\$	5.099:617\$
Cimento	4.521:349\$	4.012:216\$	1.543:417\$	2.467:971\$
<b>Artigos manufaturados</b>	<b>150.233:901\$</b>	<b>160.555:064\$</b>	<b>68.360:294\$</b>	<b>103.236:801\$</b>
Tecidos de algodão (tintos)	6.178:715\$	6.561:219\$	1.251:164\$	1.797:501\$
Tecidos de algodão (não especif.)	7.562:261\$	10.785:057\$	3.896:593\$	6.760:883\$
Carros e outros veículos	2.157:579\$	4.646:320\$	539:142\$	1.314:761\$
Trilhos para estradas de ferro	6.509:541\$	2.816:839\$	5.973:794\$	6.757:643\$
Tecidos de lã	3.548:928\$	4.186:070\$	3.583:206\$	4.194:070\$
Tecidos de linho	2.729:788\$	3.075:464\$	1.244:480\$	1.337:593\$
Aparelhos para eletricidade e iluminação elétrica	4.869:225\$	6.286:896\$	3.579:651\$	4.143:750\$
Ferramentas e utensílios diversos	2.415:272\$	2.750:082\$	2.716:859\$	3.228:850\$
Máquinas para indústria	3.273:653\$	4.422:517\$	4.029:953\$	5.844:926\$
Locomotivas	2.736:426\$	3.457:798\$	2.239:911\$	3.279:068\$
<b>Artigos destinados à alimentação e forragens</b>	<b>53.765:261\$</b>	<b>61.814:013\$</b>	<b>44.368:744\$</b>	<b>48.438:401\$</b>
Bacalhau	3.631:051\$	3.790:827	2.294:587\$	2.345:493\$
Trigo em grão	18.395:545\$	20.203:475\$	16.369:368\$	14.151:357\$
Vinhos	2.086:221	2.532:198\$	7.477:601	10.477:931\$
Charque	4.128:226\$	4.645:278\$	117:002\$	128:492\$
<b>Espécies metálicas e notas de banco estrangeiras</b>	<b>131.687:132\$</b>	<b>113.053:747\$</b>	<b>5.810:287\$</b>	<b>1.502:082\$</b>
<b>Total</b>	<b>396.102:473\$</b>	<b>402.438:453\$</b>	<b>147.610:205\$</b>	<b>192.916:027\$</b>

Fonte: "Importação e exportação movimento marítimo, cambial e do café da Republica dos Estados Unidos do Brazil em 1910". Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

# **ANEXOS**

## **PARTE 2: LISTA DE TABELAS DO COMÉRCIO ATACADISTA CARIOCA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX**

Tabela 1: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)\*

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Alfândega	1	65	São Pedro	4	2, 43, 58, 63	Sabão	4	5, 15, 57, 66	São Pedro	10	7, 24, 32, 42, 46, 54, 68, 73, 78, 81
Direita	1	129	Rosário	4	1, 5, 33, 61	São Bento	3	2 a, 14, 21	Direita	9	16, 39, 62, 79, 93, 115, 117, 147, 159
Pescadores	1	1 a	N. S. Pedro	3	60, 82, 97	Bragança	2	1, 6	Sabão	9	2c, 16, 23, 24, 30, 37, 37b, 48, 74
São Pedro	1	59	Quitanda	3	131, 192, 195	Arco do Telles	1	20	Rosário	7	5, 23, 48, 56, 58, 67, 74
Ouvidor	1	4	Alfândega	3	26, 45, 70	Violas	1	68	Hospício	5	19, 26, 28 a, 36, 170
<b>Total: 5</b>			Direita	3	125, 127, 133	Direita	1	96	Candelária	5	6b, 7, 10, 17 a, 46
			S. Francisco da Prainha	2	45, 51	Rosário	1	50	São Bento	5	1, 9, 33, 36, 37
			Violas	2	1b, 25	São Pedro	1	54	Pescadores	3	15, 24, 42
			São Bento	2	28, 35	Violas	1	1	Municipal	3	4, 10, 12
			Municipal	2	6, 21	Pescadores	1	32	S. Francisco da Prainha	2	4, 39
			Candelária	1	59	<b>Total: 16</b>			Bragança	2	14, 33
			Beneditinos	1	12				Violas	2	40, 58
			Pescadores	1	46				Alfândega	2	23, 86
			Bragança	1	21				Beco da Lapa	2	19, 22
			Sabão	1	1c				Dom Manoel	2	36, 50
			Hospício	1	68				São José	1	6 a
			Ourives	1	215				Fresca	1	18
			<b>Total: 35</b>						Mercado	1	11
						Ourives	1	227			
Prainha	1	38									
<b>Total: 74</b>											

\*Dados utilizados no Mapa 1 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 2: Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)\***

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Quitanda	1	175	Bragança	3	11, 12, 31	Quitanda	2	105, 114	São Pedro	4	23, 53, 73, 81
Rosário	1	138	Praia dos Mineiros	1	41	São Pedro	1	47	Direita	4	15, 70, 72, 91
Direita	1	104	Alfândega	1	24	Direita	1	32	Pescadores	3	10, 29, 43
Pescadores	1	1	Direita	1	141	Hospício	1	184	São Bento	2	13, 44
<b>Total: 4</b>			Rosário	1	54	Violas	1	81	Hospício	2	38, 170
			São Pedro	1	34	<b>Total: 6</b>			Candelária	2	10, 13
			Beneditinos	1	Esquina com Municipal				Rosário	2	43, 90
			Ouvides	1	217				Alfândega	2	29, 55
			S. Francisco da Prainha	1	41				Sabão	1	35
			Quitanda	1	149				Praia dos Mineiros	1	39
			<b>Total: 12</b>						Quitanda	1	110
									Bragança	1	4
									Carmo	1	63
									Ouvidor	1	5
									Mercado	1	8
									Municipal	1	11
									<b>Total: 29</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 2 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 3 - Consignatários de Açúcar de Campos (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	7	42, 43, 58, 63, 72, 76, 81
Hospício	4	24, 32, 58, 68
Direita	4	57, 86, 96, 125
Candelária	4	6b, 12, 16, 17a
Rosário	3	20, 54, 138
Alfândega	3	21, 24, 41
Sabão	2	15, 37
Pescadores	2	4, 62
Quitanda	1	192
Bragança	1	10
<b>Total: 31</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 2 / Fonte: Almanak Laemmert, (1855)

**Tabela 4: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1855)\***

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Hospício	2	24, 32	Municipal	1	8	Candelária	1	40	Violas	3	7, 76, 90
Sabão	1	34	Rosário	1	25	São Bento	1	23	Pescadores	2	13, 33
<i>Total: 3</i>			<i>Total: 2</i>			Direita	1	135	Alfândega	2	69, 78
						Hospício	1	58	São Pedro	2	12, 72
						Sabão	1	1	Sabão	2	40, 46
						T. do Ouvidor	1	2	Hospício	1	24
						Violas	1	54	Municipal	1	1
						S. Francisco da Prainha	1	19	Direita	1	104
						Bragança	1	10	Rosário	1	21
						<i>Total: 9</i>			Quitanda	1	63
									<i>Total: 16</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 3 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 5: Intermediários e Gêneros não-especificados\* (1855)\*\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Direita	5	17, 32, 64, 78, 86
São Pedro	4	1, 2d, 2e, 22
Rosário	3	1, 50, 64
Violas	2	1c, 54
Hospício	2	39, 64
São Bento	2	5, 54
Quitanda	1	178
Alfândega	1	41
Pescadores	1	23
Sabão	1	44 a
Praia dos Mineiros	1	37
<i>Total: 23</i>		

\*Neste caso, o documento pesquisado não apresentava o tipo de atacadista e nem se estes trabalhavam com gêneros voltados à exportação, à importação ou a ambas.

\*\*Dados utilizados no Mapa 3 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 6: Escritórios de Agências Comerciais e Comissões (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Praça da Constituição	2	6, 61a
Praia dos Mineiros	1	45
Rua das Violas	1	74
Largo do Rosário	1	96
Rua da Lampadosa	1	90
Rua da Alfândega	1	5
Beco das Cancelas	1	3
Rua dos Latoeiros	1	64
<i>Total: 9</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 4 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 7: Corretores de Navios, Mercadorias e Fundos (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Alfândega	5	2, 3, 6, 7, 14
Direita	4	44, 65, 59, 97
São Pedro	3	5, 6, 7
Hospício	2	19, 21
Sabão	1	7
Violas	1	4
<i>Total: 16</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 4 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 8: Armazéns de Gêneros Norte-americanos (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Hospício	2	17, 21a
Sabão	2	25, 33
Alfândega	2	10, 20
Quitanda	1	69
<i>Total: 7</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 4 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 9: Trapiches Alfandegados (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Trapiche
Rua de S. F. da Prainha	4	Trapiche do Bastos Trapiche do Cleto Trapiche da Ordem Trapiche da Pedra do Sal
Gamboa	3	Trapiche do Vapor Trapiche da Gamboa Trapiche dos Couros
Ilha das Cobras	1	Trapiche do Florim
Praia do Vallongo	1	Trapiche do Vallongo
Rua do Livramento	1	Trapiche do Damião
Rua da Boa Vista	1	Trapiche da Saúde
<i>Total: 11</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 4 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 10: Armazéns de Arroz (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	2	15, 17
São Bento	1	16, 35a
Praia dos Mineiros	1	41b
Violas	1	3 a
<i>Total: 6</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 11: Armazéns de Açúcar (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Bento	8	1, 8, 16, 18, 28, 34, 35a, 52
Praia dos Mineiros	6	23, 27, 41, 43, 45, 49
São Pedro	2	1a, 15
S. F. da Prainha	2	14, 55a
Arco do Teles	1	13
Cano	1	21
Largo de S. Rita	1	22
Largo da Carioca	1	10
São José	1	66
Hospício	1	68
Pescadores	1	53
<i>Total: 25</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 12: Armazéns e Negociantes de Farinha de Trigo (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Sabão	2	41, 42
Misericórdia	2	12, 14a
Largo da Prainha	2	9e, 13
Dom Manoel	1	18a
São Pedro	1	86
Ourives	1	15
Carmo	1	59
<i>Total: 10</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 13: Armazéns de Sal (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Beco de Bragança	3	4, 6, 8
Direita	2	79, 91
Candelária	1	18a
D. Manoel	1	50
Nova do Príncipe	1	17
S. Pedro	1	46
S. F. da Prainha	1	33
<i>Total: 10</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 14: Armazéns de Azeite de todas as qualidades (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Misericórdia	2	48, 111
Direita	1	137
Carmo	1	37
<i>Total: 4</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 15: Armazéns de Tapioca, Goma e Araruta (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	2	3a, 15
Candelária	1	23a
São Bento	1	37b
<i>Total: 4</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 6 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 16: Armazéns de Conservas Alimentares (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Ouvidor	3	30, 38, 127
Ourives	2	33, 65
Largo do Paço	1	12a
Direita	1	14
<i>Total: 7</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 6 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 17: Armazéns de Vinhos e Molhados (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	14	9, 11, 12, 19, 20, 21, 24, 31, 36, 42, 43, 44, 49, 71
Direita	10	14, 25, 56, 58, 62, 64, 74, 129, 139, 145
Sabão	9	1, 1f, 2, 6b 9, 14, 16, 23, 66
Praia dos Mineiros	6	5, 11, 13, 15, 19, 33
Candelária	4	23b, 25, 27, 51
Ouvidor	4	2, 6, 8, 38
Pescadores	3	9, 39, 42
Bragança	3	4, 10, 31
Violas	2	17, 49
Beco de Bragança	2	6, 8
Alfândega	2	9, 71
Assembléia	2	27, 46
Ourives	2	33, 35
São José	1	30
Quitanda	1	178
Prainha	1	33
<i>Total: 73</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 7 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 18: Armazéns de Gêneros Secos e Molhados, por atacado (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	11	9, 11, 12, 20, 21, 24, 31, 44, 49, 58, 82
Direita	6	14, 56, 62, 129, 135, 139
Candelária	6	23b, 25, 30, 40, 49, 55
Praia dos Mineiros	4	5, 13, 15, 19
Prainha	3	29, 33, 51
Rosário	2	33b, 48
Quitanda	1	178
Beco de Bragança	1	6
Pescadores	1	42
São Bento	1	36
Violas	1	17
Alfândega	1	9
<i>Total: 38</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 7 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 19: Armazéns de Panos de algodão e mantas de Minas (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	6	2b, 2c, 6, 10, 15, 17
Violas	3	1, 3a, 9
Praia dos Mineiros	2	37, 41b
Sabão	1	5
Direita	1	104
Candelária	1	39
Quitanda	1	175
Pescadores	1	3
<i>Total: 16</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 8 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 20: Armazéns de Fazendas Secas de Importação (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Quitanda	34	20, 22, 33, 44, 67, 85, 89, 91, 99, 100, 101, 111, 113, 115, 116, 117, 118, 125, 126, 130, 132, 135, 137, 139, 152, 152a, 155, 158a, 161, 163, 173, 175, 179, 193
Direita	24	3, 21, 23, 25, 28, 44, 54, 55, 63, 70, 72, 75, 77, 86, 92, 95, 98, 100, 101, 111, 113, 115, 119, 123
Pescadores	11	3, 4, 8, 13, 18, 21, 25, 28, 30, 35, 48
Violas	10	9, 12, 19, 20, 22, 23, 24, 30, 32, 54
São Pedro	4	30, 34, 46, 258
Alfândega	2	35, 41
Mercado	2	23, 29
Ouvidor	2	14, 22a
Sabão	2	34, 55
Candelária	2	33, 43
Rosário	1	52
Passeio	1	38
Hospício	1	26
<i>Total: 96</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 5 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 21: Armazéns de Fumo em rolo e em rama (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Candelária	8	14, 18a, 18b, 18c, 20, 22, 23a, 25a
Sabão	7	5, 7, 18, 20, 27, 28, 37a
Assembléia	3	36, 52, 69
São Pedro	3	6, 7a, 10
Pescadores	2	7, 32
Largo do Paço	2	8, 12
Rosário	2	54, 85
Bragança	1	5
Alfândega	1	70
Ourives	1	57
São José	1	26
Ajuda	1	24
Violas	1	25
Direita	1	15
<i>Total: 34</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 7 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 22: Armazéns de Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Direita	6	58, 80, 82, 84, 90, 109
São Pedro	3	26, 28, 32
Candelária	3	2, 29, 37
Quitanda	1	25
Violas	1	16
Alfândega	1	25
Carmo	1	59
Hospício	1	40
Prainha	1	75
<i>Total: 18</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 10 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 23: Armazéns de Móveis (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Alfândega	20	49, 73, 80, 82, 85, 87, 94, 95, 99, 103, 107, 108, 110, 116, 118, 119, 126, 137, 142, 143
Cano	4	31, 63, 75, 85
Ajuda	4	33, 48, 51, 53
Ouvidor	3	47, 66, 107
Ourives	2	40, 63
S. José	1	77
Direita	1	22
Travessa de S. F. de Paula	1	10a
Carioca	1	42
Praça da Constituição	1	50
Assembléia	1	67
São Pedro	1	101
<i>Total: 40</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 10 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 24: Armazéns de Carvão de Pedra (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Violas	3	34, 69, 92
Pescadores	1	40
Candelária	1	15
Saúde	1	171
Direita	1	91
<i>Total: 7</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 9 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 25: Armazéns de Ferro, Aço, Cobre, Chumbo e mais Gêneros deste negócio (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Violas	5	10, 34, 56, 69, 92
São Pedro	3	28, 56, 76
Candelária	2	3, 15
Pescadores	1	40
Saúde	1	26
Alfândega	1	14
Direita	1	52
<i>Total: 14</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 9 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 26: Armazéns de madeiras de Construção civil, naval e outros utensílios para navios (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
N. S. F. Prainha	16	2, 16a, 22, 24, 26, 27, 28, 28d, 38, 42, 44, 46, 48, 49, 55, 83
Rua da Saúde	16	4, 6a, 6b, 8, 8b, 10, 10a, 12a, 14a, 16, 18, 20, 34, 36, 39, 101
Travessa do Paço	10	6, 8, 12, 14, 15, 16, 18, 22, 24, 26
Direita	8	8, 14, 20, 69, 83, 91, 93, 125
Guarda Velha	2	24a, 40 <sup>a</sup>
Dom Manoel	2	5, 10
Largo do Paço	2	10, 12 a
Largo da Ajuda	1	19
Misericórdia	1	45
Sabão	1	48
Fresca	1	7
<i>Total: 60</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 9 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 27: Armazéns de Materiais para obra (1855)\***

Rua	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Prainha	12	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 28b, 28d, 51
Dom Manoel	4	2, 6, 7, 18
Guarda Velha	3	2, 24a, 40a
Saúde	3	6, 18, 22
Misericórdia	2	45, 46
Largo da Ajuda	1	19
Rua da Ajuda	1	47
Largo da Prainha	1	13
São Pedro	1	101
<b>Total: 28</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 9 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 28: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)\***

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
General Camara	10	3, 9, 47, 50, 53, 62, 62c, 82, 111, 127	Candelária	5	18b, 19, 20, 39, 42	São Bento	4	46, 50, 52, 54	Rosário	10	6, 40, 48, 70, 74, 76, 77, 79, 130b, 131
Primeiro de Março	7	36, 54, 73, 87c, 101, 113, 135	Theophilo Ottoni	4	7, 18, 25, 32	São Pedro	4	5, 28, 64, 130	Quitanda	8	17, 19, 39, 45, 52, 74b, 105, 111
Alfândega	4	40, 83, 147, 149	São Pedro	3	1b, 43, 45	Rosário	3	64, 130, 133	General Camara	8	2, 11, 12, 49, 51, 52 a, 56, 74
Carmo	1	2 a	Rosário	3	69, 111, 137	Alfândega	3	52, 54, 59	Ouvides	6	40, 95, 109, 115, 133, 173
Uruguayana	1	92	Saúde	3	95, 97, 147	Quitanda	3	115, 143, 145	Primeiro de Março	5	2, 21, 38, 73, 91
São Bento	1	5	Ouvides	2	126, 128	Primeiro de Março	1	2	São Pedro	5	5, 32, 56, 61, 71
Mercado	1	5	São Bento	1	25	Theophilo Ottoni	1	3	Alfândega	4	1, 13, 50, 198
Travessa do Commercio	1	6	Benedictinos	1	13	São José	1	44	Hospício	4	24, 45, 70, 126
Commercio	1	17	Municipal	1	18	Visconde de Inhaúma	1	73	Theophilo Ottoni	4	21, 23, 63, 132
Quitanda	1	93	Alfândega	1	41	Sete de Setembro	1	66	Uruguayana	4	18c, 55, 123, 151
<b>Total: 28</b>			Largo do Paço	1	10	São José	1	90	Sete de Setembro	3	16, 48, 221
			Visconde de Inhaúma	1	50	Mercado	1	43	Candelária	3	14, 15, 26
			Prainha	1	88	General Câmara	1	32	Ouvidor	3	42, 48, 125 a
			Ouvidor	1	24	Ouvides	1	175	Mercado	2	21c, 41
			<b>Total: 28</b>			<b>Total: 26</b>			Ajuda	2	61, 187
									<b>Total: 71</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 11 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

Tabela 29: Comissários e Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)\*

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	2	71, 73	Rosário	1	141	São Pedro	6	31, 38, 42, 55, 66, 77	Primeiro de Março	4	22, 39, 46, 48
Candelária	2	23, 24	São Bento	1	36	Primeiro de Março	4	41, 67, 93, 105	Sete de Setembro	2	28, 221
São Bento	2	41, 41 a	Primeiro de Março	1	139	Theophilo Ottoni	4	24, 83, 85, 87	Visconde de Inhaúma	2	17, 62c
Theophilo Ottoni	2	83, 100	Candelária	1	26	Quitanda	4	5, 93, 107, 123 a,	General Camara	2	21, 75
Visconde de Inhaúma	1	89	<i>Total: 4</i>			Alfandega	3	18, 61, 108	Rosário	2	19, 44
Larga de São Joaquim	1	213				Rosário	2	4, 6, 12	São Pedro	2	3, 56
Primeiro de Março	1	58				Ourives	2	33, 155	Carmo	2	32, 55
<i>Total: 11</i>						General Câmara	2	23, 73	Saúde	2	23, 25
						Fresca	2	5, 7	Fresca	1	3
						Riachuelo	1	59	Alfandega	1	2
						Visconde de Inhaúma	1	4 a	Travessa de Santa Rita	1	29
						Sete de Setembro	1	114	Praia	1	16
						São José	1	1	Ourives	1	95
						Mercado	1	27	Lapa	1	43
									<i>Total: 34</i>		
			Municipal	1	7						
Travessa do Ouvidor	1	8									
Mercado	1	8									
						<i>Total: 28</i>					

\*Dados utilizados no Mapa 12 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 30: Intermediários não-especificados de Gêneros de Importação e Exportação (1900)\***

Importação			Exportação			Importação e Exportação		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Alfandega	33	12, 14, 15, 16, 24, 27, 29, 35, 36, 39, 41, 43, 44, 45, 48, 55, 57, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 72, 76, 78, 86, 88, 90, 92, 95, 126, 138	Visconde de Inhaúma	2	20, 58	Alfandega	11	32, 34, 37, 37c, 43, 46, 56, 58, 59, 63, 72
General Camara	22	2, 19, 21, 34, 36, 39, 40, 42, 45c, 55, 57, 61, 63, 65, 66, 67, 70c, 72, 78, 119, 126, 128	São Pedro	1	62	Primeiro de Março	8	30, 31, 51, 59, 64, 64 b, 109, 111
Primeiro de Março	16	4, 11, 12, 18, 19, 30, 32, 40 a, 55, 56, 62, 68, 69, 71b, 89, 121	Alfandega	1	47	Rosário	6	17, 19, 21, 22, 25 c, 26
Ouvides	15	39, 40, 49, 66, 69, 78, 80c, 101, 116, 120, 122, 124, 139, 143, 144	Theophilo Ottoni	1	74	General Camara	4	33, 37, 59, 64
Ouvidor	14	10, 14, 16, 57, 58, 83 a, 86 a, 88, 90, 92, 94, 119, 120, 129	<b>Total: 5</b>			Theophilo Ottoni	4	8, 20, 22, 80
Quitanda	12	41, 44, 72, 77, 79 a, 95, 97, 98 a, 110, 119, 123, 147				Ouvidor	4	31, 51, 64 b, 117
Hospício	12	5 a, 17, 25, 28, 43, 66c, 71, 79, 82, 95, 106, 181				Praça Tiradentes	4	77, 79, 81, 83
São Pedro	10	1, 2, 30, 31 a, 41, 80, 88, 95, 108, 110				Quitanda	3	66, 107, 133
Travessa de Santa Rita	10	12, 14, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26				Candelária	3	6, 8, 23
Rosário	8	32, 47, 75, 66, 68, 80, 97, 121				Visconde de Inhaúma	3	16, 47, 48
Prainha	8	101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 176				São Pedro	2	64, 65
Imperatriz	7	120, 121, 122, 123, 124, 125, 126				Carioca	2	37, 118
Theophilo Ottoni	6	41, 47, 49, 55, 57, 72				São José	2	85, 87 c
Visconde de Inhaúma	5	10, 12, 25, 26, 30				Uruguayana	1	93
Carmo	5	26, 32, 38, 47, 65				Ouvides	1	59
Mercado	4	4, 17, 23, 25				Sete de Setembro	1	68
São José	3	66, 68, 70				Dom Manoel	1	14
Sete de Setembro	3	14, 48, 75				Mercado	1	9
Candelária	3	17, 27, 46				Hospício	1	3 a
Assembléa	3	21, 32, 34				Benedictinos	1	11
Saúde	2	52, 184				Travessa de Santa Rita	1	36
Travessa do Ouvidor	2	24, 27				<b>Total: 66</b>		
Municipal	2	13, 21						
Comercio	2	11, 13						
Ajuda	2	25, 33						
Inválidos	1	93						
Andradas	1	25						
Beco das Cancellas	1	2						
<b>Total: 212</b>								

\*Dados utilizados no Mapa 13. Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 31: Intermediários e Gêneros não-especificados\* (1900)\*\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Quitanda	5	86, 88, 90, 102, 105
Primeiro de Março	3	32, 74, 89
Theophilo Ottoni	2	55, 61
General Camara	2	30, 35
São Pedro	2	14, 71
Rosário	2	59, 102
Visconde de Inhaúma	2	38, 56
Assembléa	2	28, 30
Ourives	2	37, 111
Alfândega	1	60
São José	1	7
Candelária	1	9
<b>Total: 25</b>		

\*Neste caso, o documento pesquisado não apresentava o tipo de atacadista e nem se estes trabalhavam com gêneros voltados à exportação, à importação ou a ambas.

\*\*Dados utilizados no Mapa 12 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 32: Consignatários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)\***

Importação			Exportação			Importação e Exportação			Não-especificado		
Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)	Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Travessa do Comercio	1	7							Rosário	1	126
Mercado	1	8							<b>Total: 1</b>		
<b>Total: 2</b>											

\*Dados não-cartografados / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 33: Agentes Comerciais (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Primeiro de Março	7	13, 37, 45, 68, 79, 87, 89
General Câmara	5	3, 70, 78, 82, 127
Theophilo Ottoni	4	17, 21, 63, 80
São Pedro	4	1b, 30, 71, 88
Rosário	3	15, 17, 115
Quitanda	3	111, 115, 117
Alfândega	2	13, 17
Visconde de Inhaúma	2	31, 34
Candelária	2	8 a, 23
Ourives	1	110
Travessa do Commercio	1	14
Ouvidor	1	45
Assembléa	1	61
Hospício	1	5
Travessa de São Francisco de Paula	1	1
Frei Caneca	1	362
Passeio	1	50
<b>Total: 40</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 14 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 34: Corretores (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
General Camara	8	2, 3, 7, 8, 12, 16, 18, 32
Primeiro de março	6	31, 33, 36, 41, 49, 60
Alfândega	6	1, 5, 13, 14, 18, 32
Candelária	5	8, 8 a, 10, 18, 51
São Pedro	4	1, 4, 13, 14
Quitanda	3	99, 126, 153
Hospício	1	2
Inválidos	1	111
Municipal	1	3
<b>Total: 35</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 14 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 35: Representantes Comerciais de Casas e Fábricas Estrangeiras (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
General Camara	12	33, 33c, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 82, 91, 117, 127c
Alfandega	5	44, 53, 55, 55c, 83c
Primeiro de Março	3	22, 68, 73
São Pedro	3	5, 32c, 88
Assembléa	2	6, 51
Carmo	2	34, 42
São José	2	94, 101
Quitanda	2	2, 41
Hospício	2	89, 98
Theophilo Ottoni	2	1b, 75
Nova do Ouvidor	2	21, 27
Ourives	1	95
Visconde de Inhaúma	1	13
Ouvidor	1	57
Candelária	1	18
<b>Total: 41</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 14 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 36: Trapiches Alfandegados (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Gamboa	31	1, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 36, 40, 54, 56, 76, 80, 82, 130, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219
Saúde	29	4, 6, 10, 12, 36, 44, 46, 48, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 102, 114, 132, 164, 180
Livramento	1	2
Prainha	1	2
<b>Total: 62</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 14 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 37: Depósitos de Açúcar (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Largo da Carioca	12	1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18
Sete de Setembro	4	7, 9, 23, 60
São Pedro	3	145, 152, 154
Prainha	3	73, 75, 77
Saúde	2	185, 187
General Câmara	1	130 a
Praça da Aclamação	1	44
São Bento	1	25
São Joaquim	1	96
Theophilo Ottoni	1	91
Andradas	1	67
Praça Tiradentes	1	32
Hospício	1	68
Ourives	1	118
Visconde de Inhaúma	1	39
Misericórdia	1	29
<b>Total: 35</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 15 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 38: Depósitos e Negociantes de Farinha de Trigo (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Carmo	4	43, 47, 55, 59
Saúde	2	190, 192
Primeiro de Março	1	45, 56
Candelária	1	11
Rosário	1	97
Visconde de Inhaúma	1	58
Gamboa	1	1
São Pedro	1	88
Quitanda	1	105
General Câmara	1	64
<b>Total: 14</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 15 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 39: Depósitos de Sal (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Mercado	2	4, 6
Candelária	1	18
Rosário	1	12
Quitanda	1	76c
Prainha	1	88
Ouvidor	1	10
Saúde	1	184
Livramento	1	26
Assembléa	1	26
Theophilo Ottoni	1	1
Praça Municipal	1	5
Travessa do Commercio	1	9
<i>Total: 13</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 15 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 40: Armazéns de Carne Seca (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Rosário	7	18, 29, 61, 79, 130, 131, 137
Dom Manoel	6	8, 20, 40, 50, 52, 58
Mercado	6	4, 5, 6, 13, 15, 19
Ouvidor	5	3, 10, 22, 26, 28
Travessa do Commercio	5	1, 16, 18, 20, 22
Visconde de Inhaúma	3	22, 39, 79
Misericórdia	3	11, 17, 37
Hospício	2	10, 19
Travessa do Paço	2	47, 105
São Bento	2	44, 48
São Pedro	1	98
Saúde	1	184
Primeiro de Março	1	77
Theophilo Ottoni	1	71
Rua da Prainha	1	104
Largo da Lapa	1	2
<i>Total: 47</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 15 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 41: Armazéns e Negociantes de Molhados por atacado (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Rosário	22	29, 45, 50, 60, 64, 65, 67, 76, 79, 80, 82, 87, 96, 98, 100, 106, 107, 113, 131, 132, 132 a, 137
São Pedro	16	1, 12, 16, 20, 25, 28, 44, 60, 71, 73, 88, 98, 130, 143, 152, 163
Ourives	10	21, 29, 36, 41, 70, 85, 95, 118, 125, 132
Theophilo Ottoni	7	15, 43, 51, 71, 94, 132, 162b
Primeiro de Março	7	16, 30, 32, 46, 55, 59, 67
Alfandega	7	13, 83, 110, 147, 149, 181, 393
Sete de Setembro	5	1, 66, 68, 76, 86
Mercado	5	4, 7, 17, 19, 21c
Candelária	5	17, 21, 24, 46, 48
Assembléa	5	32, 35, 50, 63, 65
Quitanda	4	45, 126, 146, 163 a
Ouvidor	4	10, 21, 37, 124 a
Uruguayana	4	27, 29, 92, 123
General Camara	4	2, 57, 86, 88
Saúde	3	123, 125, 184
São José	3	22, 30, 35
São Bento	3	5, 15, 48
Largo do Rosário	3	13, 15, 36
São Joaquim	2	104, 166
Visconde de Inhaúma	2	38, 73
Hospício	2	40, 49
Gonçalves Dias	2	19, 70
Ajuda	1	58
Lapa	1	6
Inválidos	1	121
Santo Antonio	1	27
Carmo	1	26
Carioca	1	144
<b>Total: 131</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 16 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 42: Depósitos e Negociantes de Mantimentos - carne seca, toucinho, banha, conservas, cereais, manteiga, viveres comestíveis e outros gêneros alimentícios secos do país e de fora (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Saúde	6	13, 15, 17, 153, 171, 184
Dom Manoel	4	20, 21, 40, 50
São Pedro	4	1, 10, 143, 198
Rosário	4	4, 6, 30, 37
Primeiro de Março	3	2, 30, 71
Assembléa	3	34, 63, 65
Visconde de Inhaúma	2	17, 67
Candelária	2	18b, 20
Carmo	2	13, 23
Misericórdia	2	26, 37
Mercado	2	4, 6
Inválidos	1	105
Hospício	1	199
Gamboa	1	179
Livramento	1	64
Praça da Aclamação	1	44
Prainha	1	101
Ouvidor	1	10
Municipal	1	7
Travessa do Paço	1	19
Sete de Setembro	1	22
<b>Total: 44</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 16 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 43: Fazendas por atacado (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Alfândega	18	38, 46, 50, 52, 54, 59, 62, 64, 65, 69, 85, 86, 87, 93, 104, 117, 119, 192
Primeiro de Março	18	18, 38, 42, 50, 52, 56, 58, 62, 63, 66, 68, 71 a, 75, 89, 103, 109, 111, 113
São Pedro	12	10, 18, 37, 55, 56, 68, 69, 72, 78, 82, 104, 116
Theophilo Ottoni	12	3, 13, 21, 23, 26, 47, 49, 67, 80, 85, 87, 90
General Câmara	12	9, 31, 34, 36, 40, 42, 52, 53, 54, 55, 56, 68
Visconde de Inhaúma	9	8, 22, 24, 23, 27, 28, 55, 63, 87
Quitanda	8	20, 74 f, 111, 119, 121, 133, 143, 145
Ourives	7	52, 120, 122, 124, 139, 143, 155
Mercado	6	9, 23, 25, 29, 33, 35
Hospício	5	29, 31, 43, 54, 66
Rosário	5	2, 90, 92, 94, 119
Ouvidor	2	14, 16
Sete de Setembro	2	48, 80
São Bento	1	1c
Direita	1	3
Dom Manoel	1	2
Candelária	1	13
Comércio	1	42
<b>Total: 121</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 17 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 44: Fumo em folha, rama, picado e desfiado (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	4	11, 92, 160, 162
Ourives	3	127, 129, 131
Candelária	2	17, 20
Sete de Setembro	2	71, 89
Dom Manoel	2	26, 32
Primeiro de Março	2	49, 121
São Joaquim	2	90, 114
Becco da Lapa	1	2
Assembléa	1	86
Quitanda	1	116
Sete de setembro	1	18 a
Praça XV de novembro	1	12
Quitanda	1	16
Hospício	1	73
Rosário	1	69
General Camara	1	142
Theophilo Ottoni	1	18
<b>Total: 27</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 18 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 45: Depósitos e Negociantes de Aguardente (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Saúde	13	16, 23, 25, 60, 76, 95, 97, 99, 105, 109, 111, 113, 115
São Pedro	2	83, 86
Rosário	2	101, 133
São José	1	45
Passeio	1	11
Candelária	1	26
<i>Total: 20</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 18 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 46: Depósitos e Negociantes de Couros (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Quitanda	8	26, 28, 75, 92, 94, 99, 101, 123 a
Alfândega	5	28, 138, 144, 146, 264
General Câmara	5	15, 71, 84, 121, 127,
Ourives	5	3, 5, 11, 17, 115 c
Assembléa	5	21, 48, 57, 66, 109
São Pedro	4	31, 38, 42, 88
Carmo	3	32, 47, 51
Sete de Setembro	3	27, 39, 72
Theophilo Ottoni	2	63, 129 a
Ajuda	1	39
Uruguayana	1	166
São José	1	44
Andradas	1	51
Hospício	1	87
<i>Total: 45</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 18 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 47: Sabão, Sabonetes, Azeite e Óleos (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Rosário	13	8, 10, 14, 17, 19, 21, 22, 38, 40, 77, 114, 116, 120
Hospício	4	15, 90, 156, 160
Senador Eusebio	3	172, 174, 200
Gamboa	3	103, 105, 199
Primeiro de Março	3	10, 64, 135
São Luiz Gonzaga	2	20, 34
Misericórdia	2	7, 15
São Pedro	2	88, 120
Dom Manoel	2	36, 64
General Camara	1	45
Inválidos	1	12
São José	1	80
Prainha	1	62
<b>Total: 38</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 18 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 48: Armazéns de Drogas, Medicamentos e Produtos Químicos e Farmacêuticos (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
São Pedro	11	22, 24, 32, 47, 49, 57, 86, 89, 90, 91, 118
Ourives	8	28, 33, 37, 50, 51, 53, 73, 114
Quitanda	5	35, 37, 48, 66, 159
Primeiro de Março	5	3, 8, 12, 19, 52
Andradas	4	10, 21, 59, 63,
Sete de setembro	4	14, 29, 41, 45
Hospício	4	22, 89, 104, 280
General Câmara	3	60, 127, 150
Ouvidor	3	111, 114, 129
Alfândega	3	35, 36, 126
Gonçalves Dias	2	32, 57
São José	2	27, 55
Uruguayana	2	60, 103
Theophilo Ottoni	1	3
Praça General Osório	1	59
Larga de São Joaquim	1	213 a
Candelária	1	35
Largo de Santa Rita	1	20
Assembléa	1	11
<b>Total: 62</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 19 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 49: Armazéns e depósitos de Móveis (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Senhor dos Passos	15	6, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 24, 26, 31, 41, 49, 62
Carioca	7	1L, 25, 27, 34, 35, 43, 56
Regente	6	27, 29, 33, 35, 40, 42
Alfândega	5	16, 69, 105, 129, 159
Constituição	4	5, 39, 64, 66
Ourives	4	8, 49, 93, 123
Assembléa	3	75, 80, 82
Camerino	3	89, 91, 116
Andradas	3	15, 17, 26
Ouvidor	2	64, 115
Lavradio	2	101, 162
Hospício	2	172, 194
Quitanda	2	22, 22a
Frei Caneca	1	227
Hospício	1	172
Conceição	1	16
Travessa de São Francisco de Paula	1	7 a
Uruguayana	1	135
São Pedro	1	88
<b>Total: 64</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 19 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 50: Fábricas e Depósitos de Carvão Animal, Vegetal e de Pedra (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Gamboá	6	6, 7, 8, 9, 46, 48
General Câmara	4	1, 27, 119, 274
Praia Formosa	3	73, 75, 77
São Pedro	2	2, 113b
Senado	2	214, 241
São José	2	14, 88
Andradas	2	28 b, 89
Assembléa	1	5, 43
Senador Eusebio	1	232
Hospício	1	9
Primeiro de Março	1	59
Uruguayana	1	192
Frei Caneca	1	167
Sete de setembro	1	13
Alfândega	1	102
Arcos	1	17
Livramento	1	20
Assembléa	1	43
São Joaquim	1	6
<b>Total: 33</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 20 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 51: Fabricantes, depósitos e armazéns de Ferro, Aço, Cobre, Zinco, Estanho, Chumbo e outros Metais (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Theophilo Ottoni	8	32, 35, 44, 122, 123, 124, 125, 126
Saúde	7	38, 148, 161, 162, 163, 164, 165
Camerino	7	120, 121, 122, 123, 124, 125, 126
Alfândega	4	12, 14, 53, 76
São Pedro	3	43, 45, 88
Fresca	2	11, 22
Quitanda	1	147
Hospício	1	62
General Camara	1	33
Prainha	1	131
<i>Total: 35</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 20 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 52: Armazéns e negociantes de Materiais de Construção (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Saúde	9	101, 102, 110, 120, 122, 138, 152, 174, 176, 197
São Cristóvão	6	6, 15, 17, 19, 50, 102
Frei Caneca	3	95, 107b, 195
São José	3	66, 68, 70
Misericórdia	3	5, 46, 48
Fresca	3	12, 13, 15
Camerino	2	42, 43
Sant'Anna	2	8, 10
Santa Luzia	2	45, 47
Guarda Velha	1	26
Prainha	1	43
Largo da Carioca	1	9
Sacramento	1	20
Resende	1	56
Livramento	1	10
Riachuelo	1	176
Largo da Assembléa	1	3
<i>Total: 41</i>		

\*Dados utilizados no Mapa 20 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 53: Depósitos e Negociantes de Máquinas e Instrumentos para a Indústria (1900)**

Ruas	Quantidade de estabelecimentos	Localizações (Números)
Prainha	18	45, 47, 49, 51, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137
Theophilo Ottoni	7	73, 75, 122, 123, 124, 125, 126
Camerino	7	120, 121, 122, 123, 124, 125, 126
Travessa de Santa Rita	7	18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
Rosário	6	17, 19, 21, 22, 110, 114
São Joaquim	5	58, 59, 60, 61, 62
Alfândega	4	16, 53, 77, 77 a
São Pedro	4	84, 88, 108, 110
Saúde	3	14, 86, 108
Relação	2	3, 5
General Camara	2	70, 70c
Hospício	2	3b, 106
São José	2	94, 101
Inválidos	1	93
Frei Caneca	1	137
Lapa	1	62
Gamboia	1	66
Livramento	1	151
Quitanda	1	147
Andradas	1	25
Largo de Santa Rita	1	24
Municipal	1	13
Ourives	1	144
<b>Total: 79</b>		

\*Dados utilizados no Mapa 21 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

**Tabela 54: Comissários e Consignatários de café (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Pedro	5
Bragança	5
Violas	4
Quitanda	4
Rozario	4
Municipal	3
Direita	3
São Francisco da Prainha	3
Alfândega	3
São Bento	3
Ourives	2
Praia dos Pescadores	2
Benedictinos	2
Hospício	1
Mineiros	1
Candelária	1
Sabão	1
<i>Total: 47</i>	

**Tabela 55: Armazéns de Ensaque de café (1855)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	18
Benedictinos	8
Municipal	6
São Francisco da Prainha	4
Rosario	3
Prainha	3
Direita	1
Praia dos Mineiros	1
Beco das Canoas	1
Candelária	1
São Pedro	1
Alfândega	1
<i>Total: 48</i>	

\*Dados utilizados no Mapa 22 / Fonte: Almanak Laemmert, 1855

**Tabela 56: Comissários e Consignatários de café (1870)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
Municipal	14
São Pedro	8
Benedictinos	8
São Bento	8
Pescadores	7
Direita	6
Rosário	4
Candelária	4
Prainha	4
Saúde	3
Hospício	3
Alfândega	3
Quitanda	2
Visconde de Inhaúma	2
Bragança	2
Ourives	2
Largo da Prainha	2
Constituição	1
Theophilo Ottoni	1
Sabão	1
Travessa de Santa Rita	1
<b>Total: 87</b>	

**Tabela 57: Armazéns de Ensaque de café (1870)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	13
Municipal	4
Saúde	4
Benedictinos	3
Rosario	3
Direita	3
Bragança	2
São Pedro	2
Theophilo Ottoni	2
Largo da Prainha	2
Pescadores	1
Sabão	1
Prainha	1
Quitanda	1
Visconde de Inhaúma	1
<b>Total: 44</b>	

\*Dados utilizados no Mapa 23 / Fonte: Almanak Laemmert, 1870

**Tabela 58: Comissários e Consignatários de café (1885)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	19
Municipal	19
Visconde de Inhaúma	15
Benedictinos	15
Prainha	9
Primeiro de Março	6
Theophilo Ottoni	5
Candelária	5
Saúde	4
Largo de Santa Rita	3
São Pedro	3
Ourives	3
Conselheiro Saraiva	3
Quitanda	2
Travessa de Santa Rita	2
Alfândega	2
Assembléia	2
Inválidos	1
Rosário	1
Sete de Setembro	1
Mercado	1
Carioca	1
Hospício	1
José Bonifácio	1
Visconde do Itamaraty	1
Dona Luiza	1
Uruguayana	1
<b>Total: 117</b>	

**Tabela 59: Armazéns de Ensaque de café (1885)\***

Localização	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	13
Benedictinos	6
Saúde	3
São Pedro	2
Theophilo Ottoni	2
Travessa de Santa Rita	2
Conselheiro Saraiva	2
Visconde de Inhaúma	2
Prainha	2
Candelária	1
Carioca	1
Primeiro de Março	1
Quitanda	1
Itapirú	1
Municipal	1
Paula Ramos	1
<b>Total: 41</b>	

\*Dados utilizados no Mapa 24 / Fonte: Almanak Laemmert, 1885

**Tabela 60: Comissários e Consignatários de café (1900)\***

Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	22
Municipal	19
Visc. Inhaúma	19
Prainha	15
Benedictinos	12
Theofilo Ottoni	12
São Pedro	7
Primeiro de Março	5
Ourives	5
Hospício	4
General Câmara	4
Travessa de Santa Rita	5
Candelária	3
Largo de Santa Rita	3
Mercado	2
São Leopoldo	2
Rosário	2
Marrecas	1
Gamboa	1
Conceição	1
Visc. Itaborahy	1
Quitanda	1
Uruguayana	1
<i>Total: 144</i>	

**Tabela 61: Armazéns de Ensaque de café (1900)\***

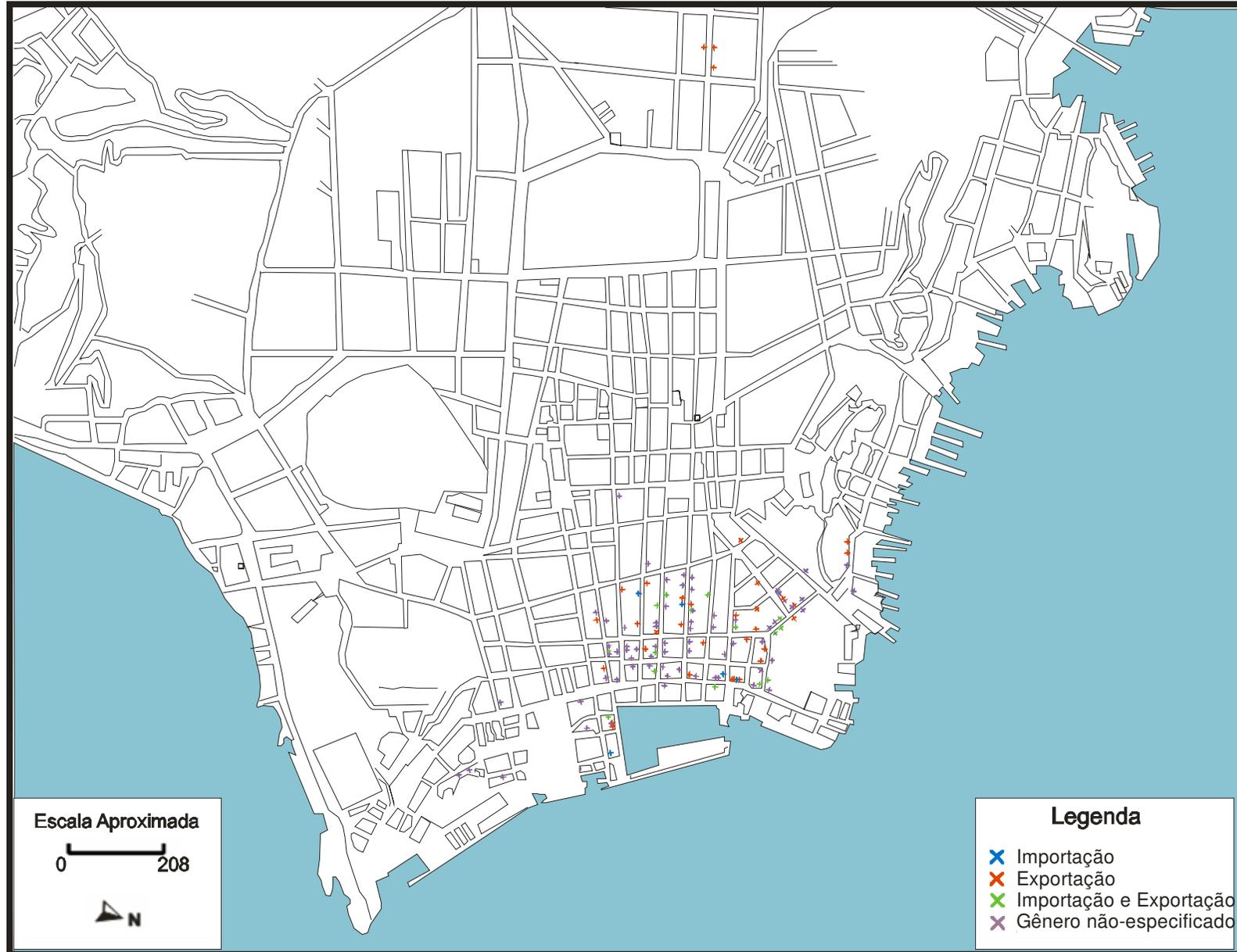
Ruas	Quantidade de estabelecimentos
São Bento	8
Benedictinos	6
Municipal	4
Saúde	2
Quitanda	2
Visconde de Inhaúma	1
São Pedro	1
Alfândega	1
<i>Total: 25</i>	

\*Dados utilizados no Mapa 25 / Fonte: Almanak Laemmert, 1900

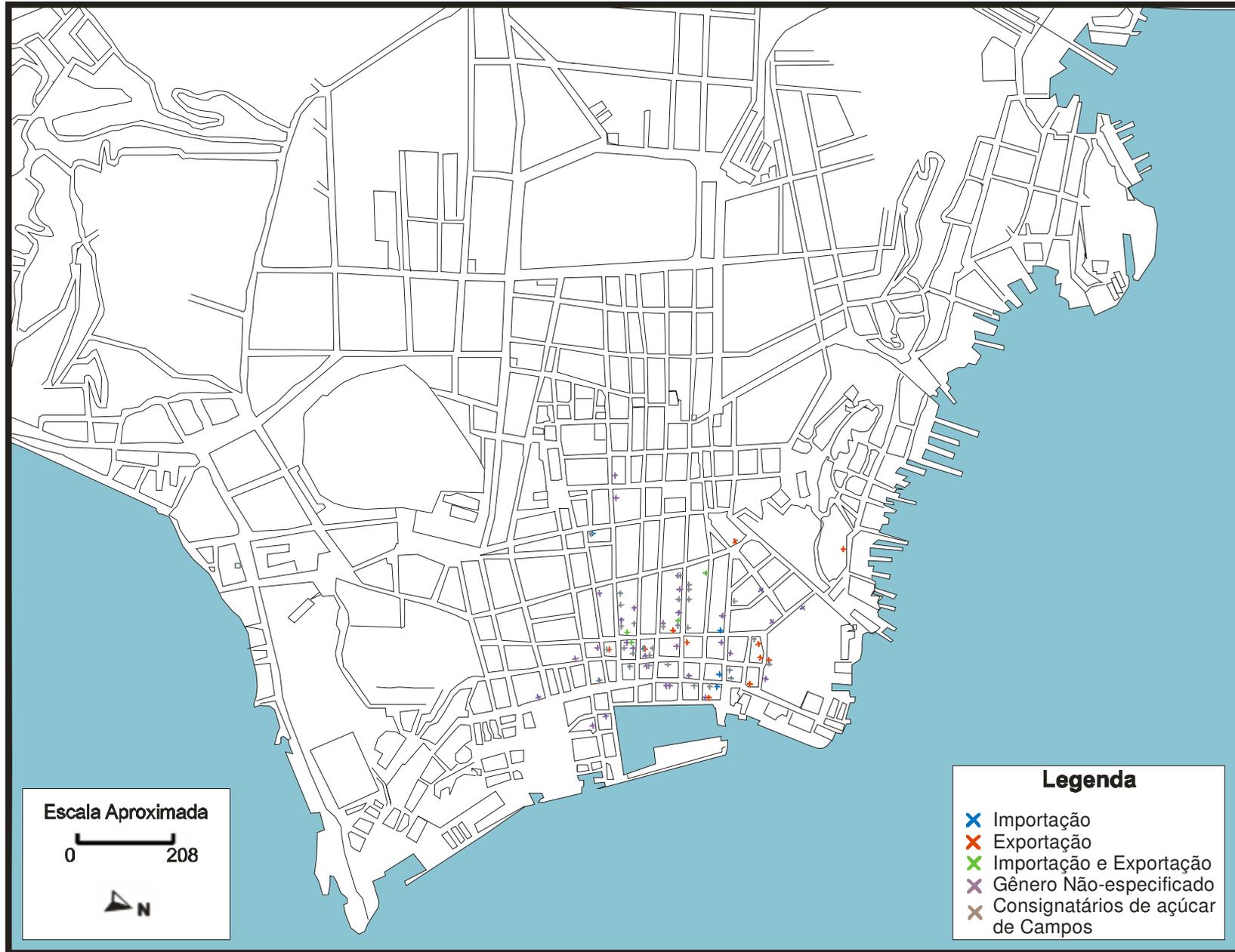
# **ANEXOS**

## **PARTE 3: LISTA DE MAPAS**

Mapa 1: Comissários de gêneros de Importação e Exportação (1855)

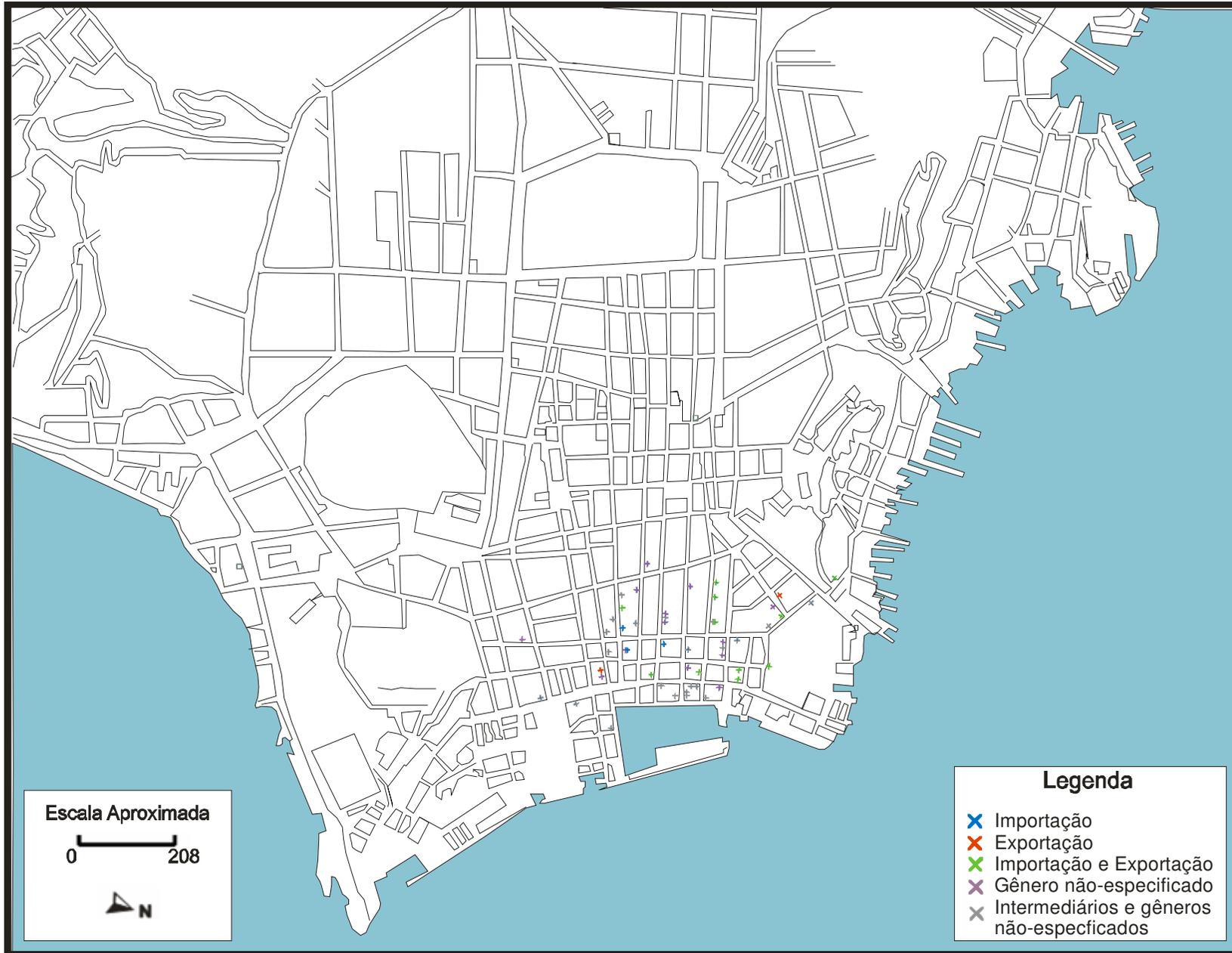


Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

**Mapa 2: Consignatários de gêneros de importação e exportação (1855)**

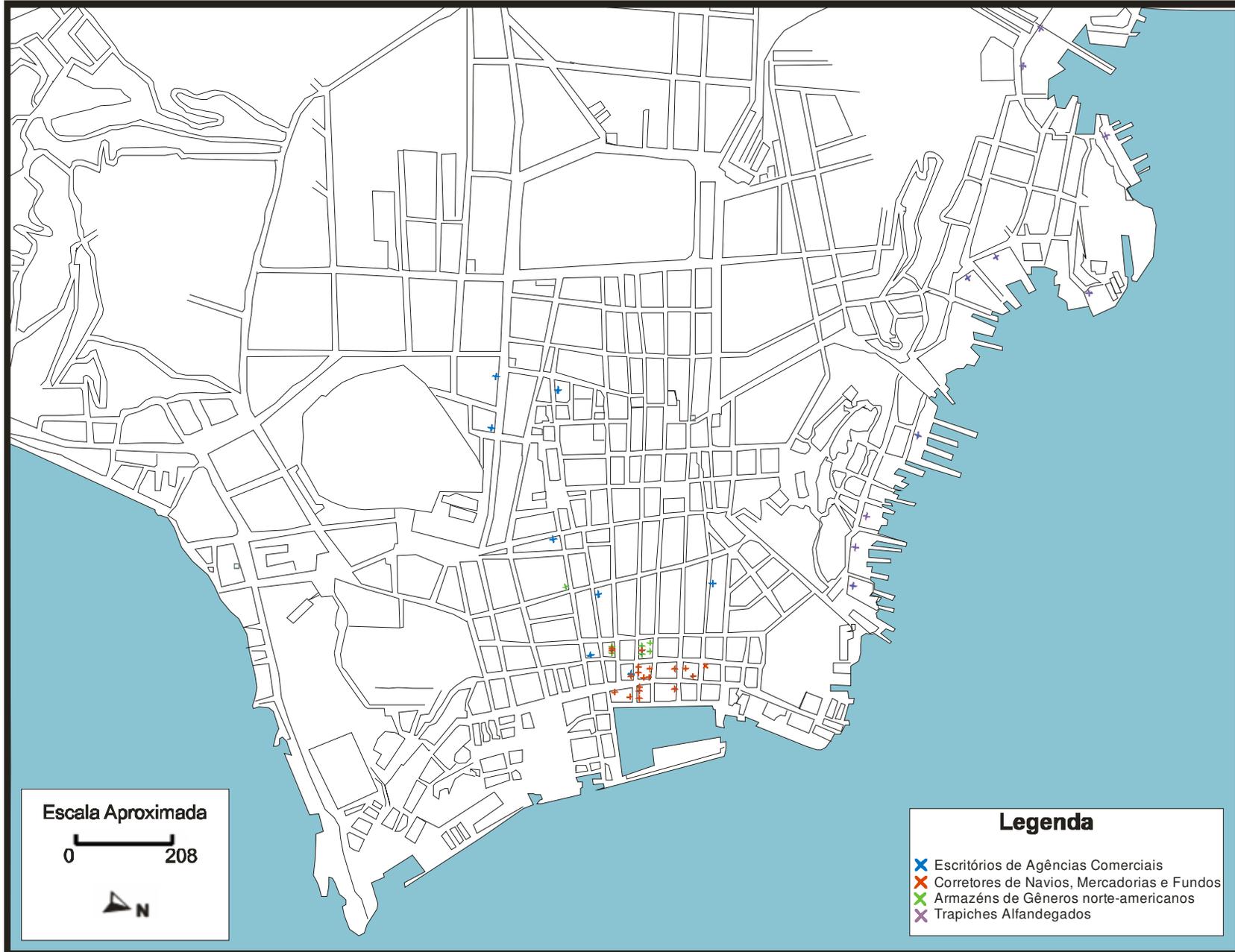
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 3: Comissários e consignatários de gêneros de importação e exportação (1855)



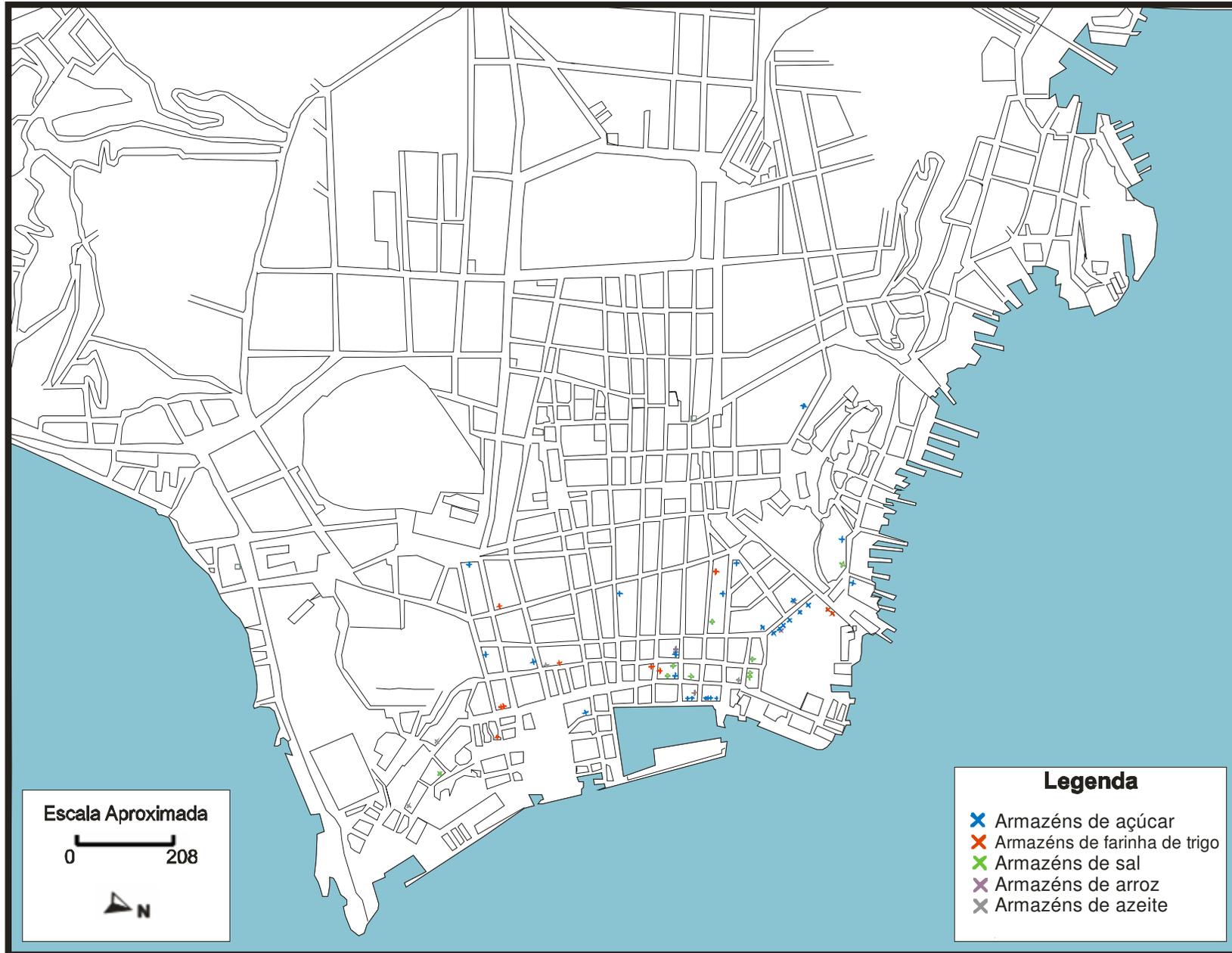
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 4: Escritórios de Agências Comerciais, Corretores, Armazéns de Gêneros norte-americanos e Tapiches Alfandegados (1855)



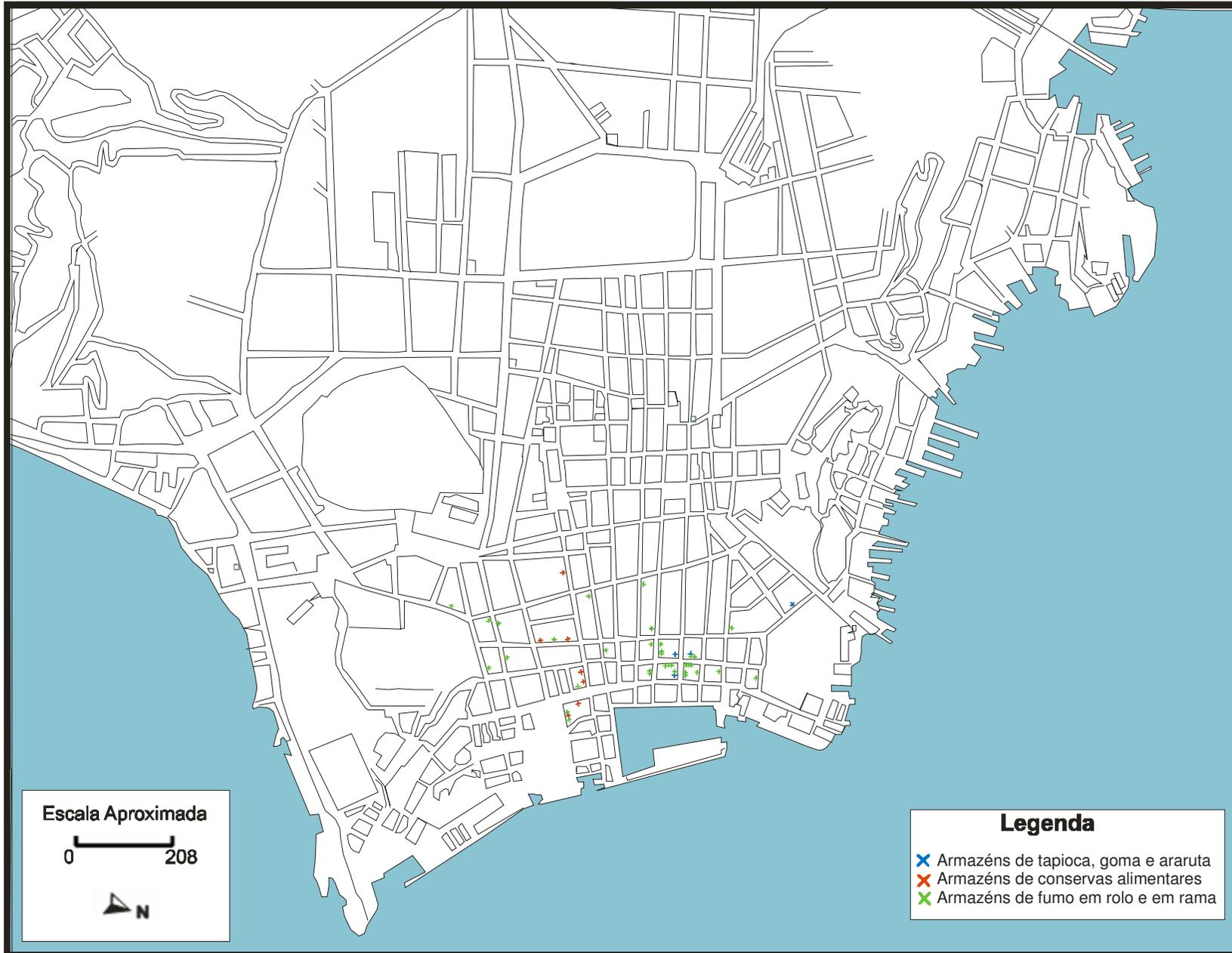
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 5: Armazéns de Açúcar, Farinha de Trigo, Sal, Arroz e Azeite (1855)



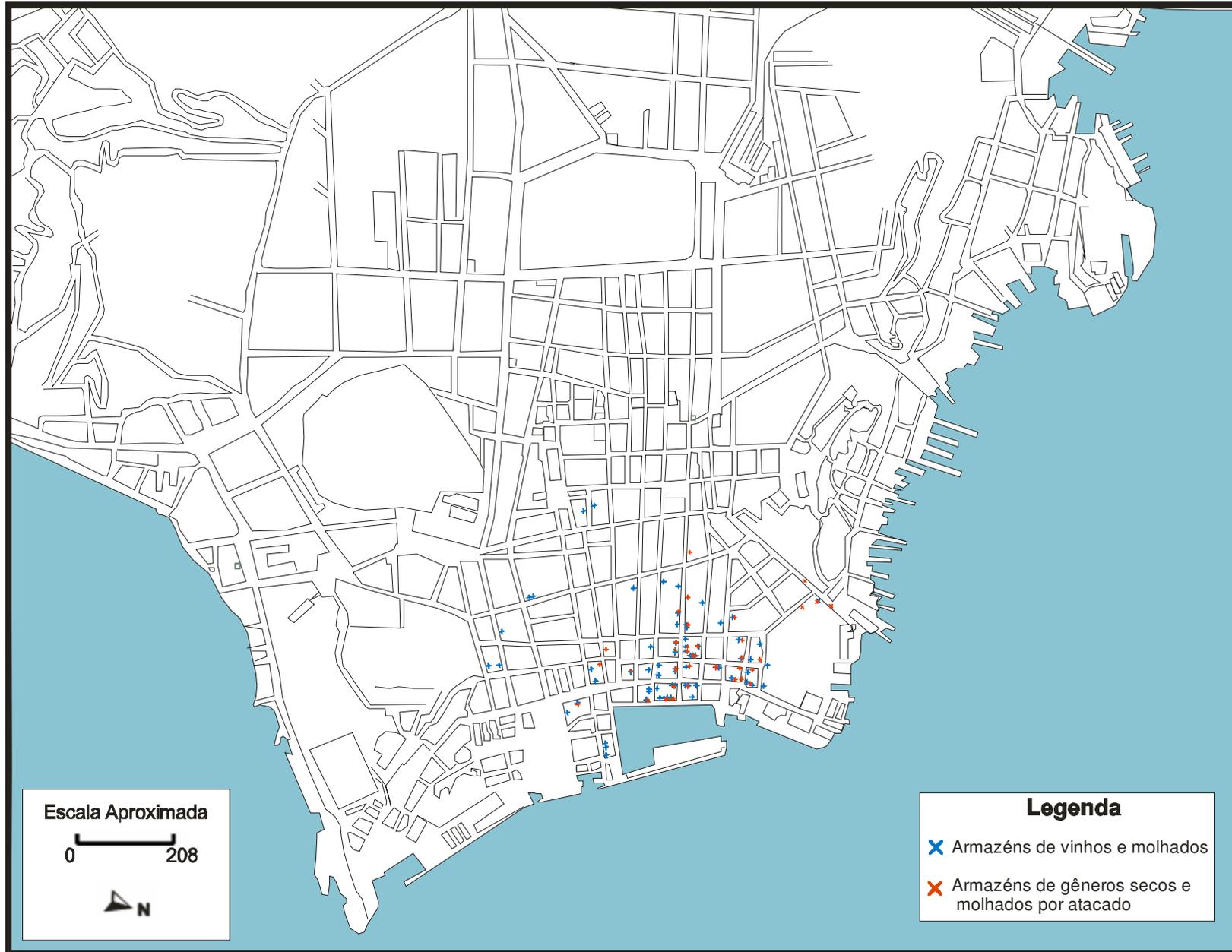
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 6: Armazéns de Tapioca, Goma e Araruta, de Conservas Alimentares e de Fumo em rolo e em rama (1855)



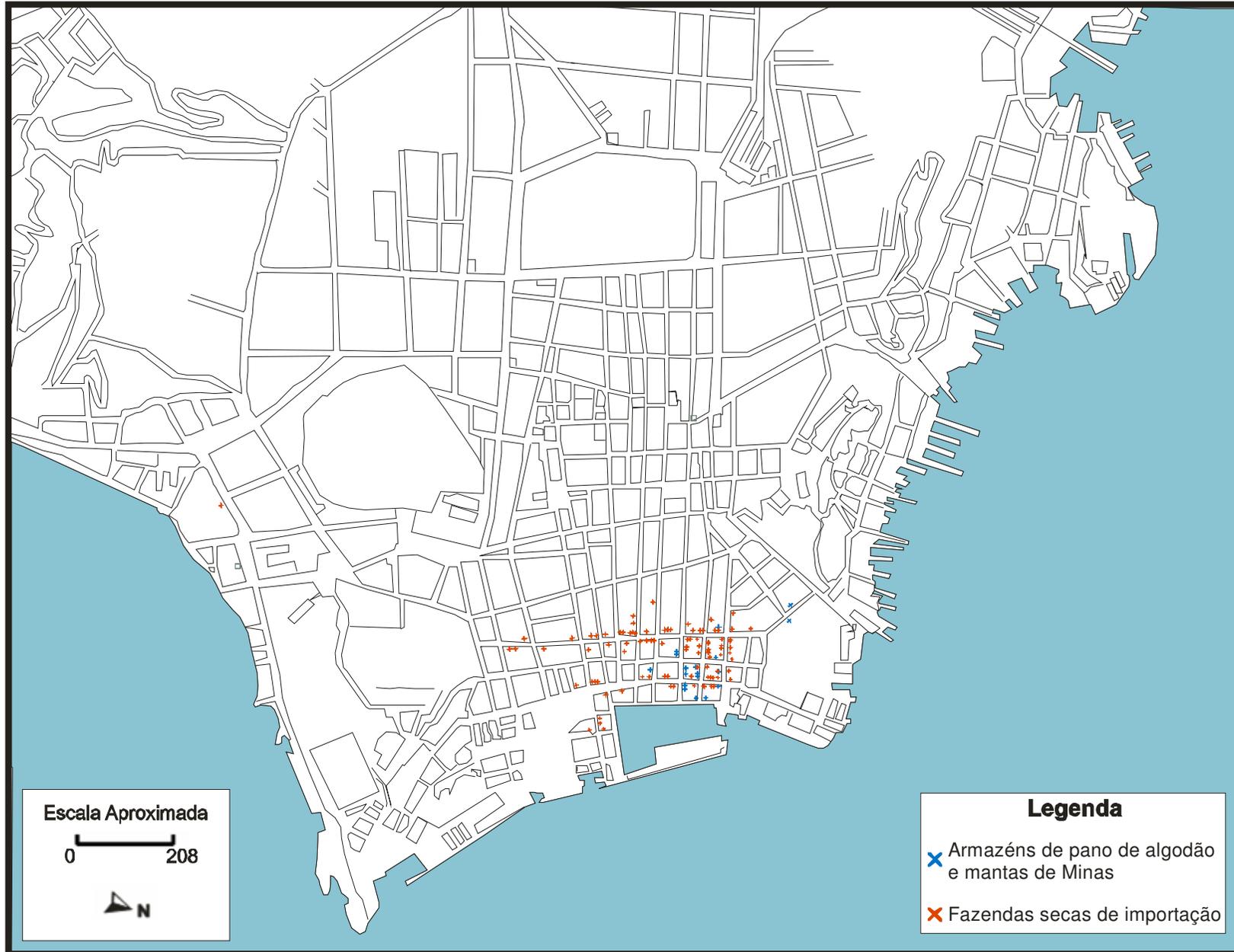
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

**Mapa 7: Armazéns de Vinhos e Molhados e de Gêneros Secos e Molhados por atacado (1855)**



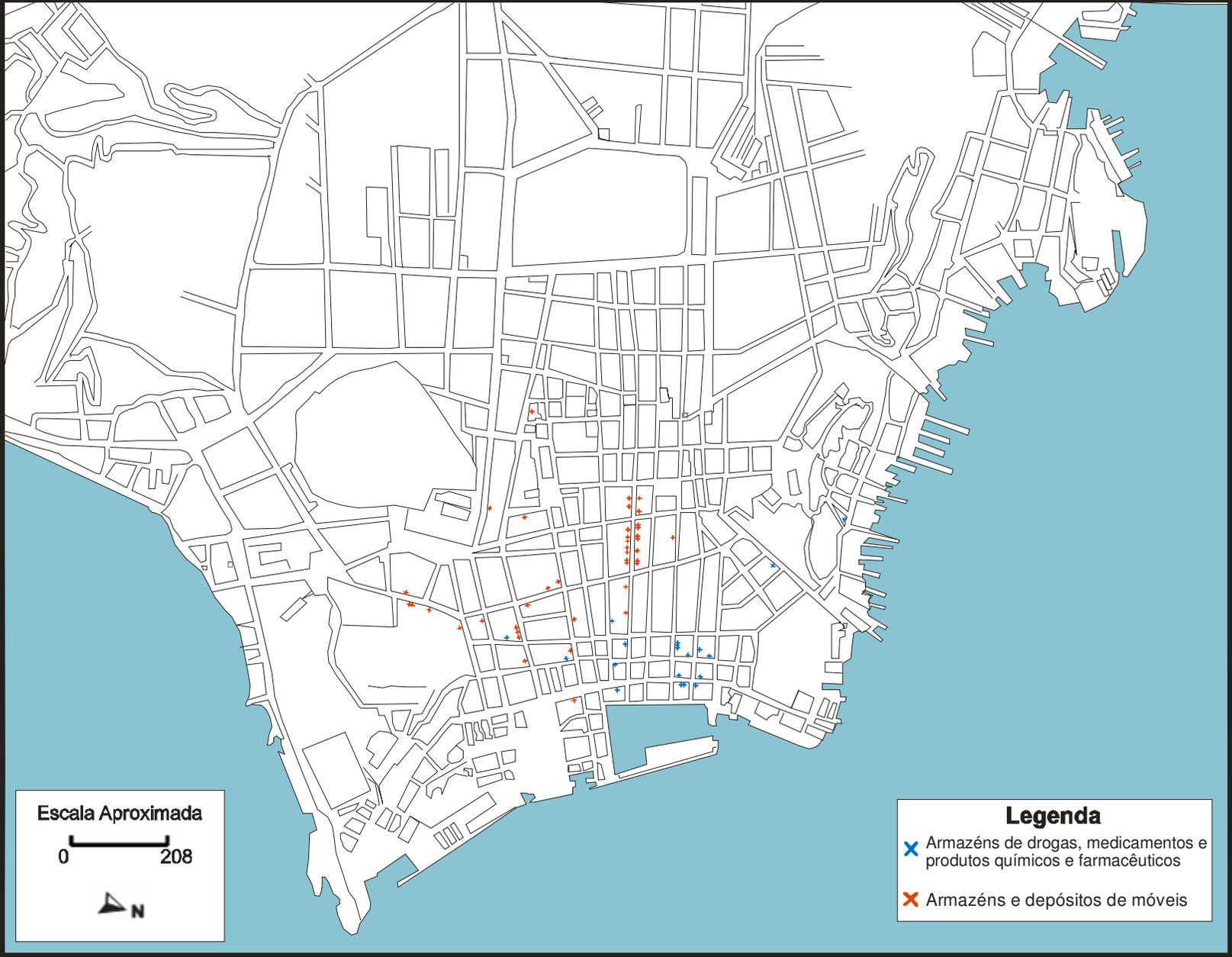
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

**Mapa 8: Armazéns de Panos de algodão e mantas de Minas e de Fazendas Secas de Importação (1855)**



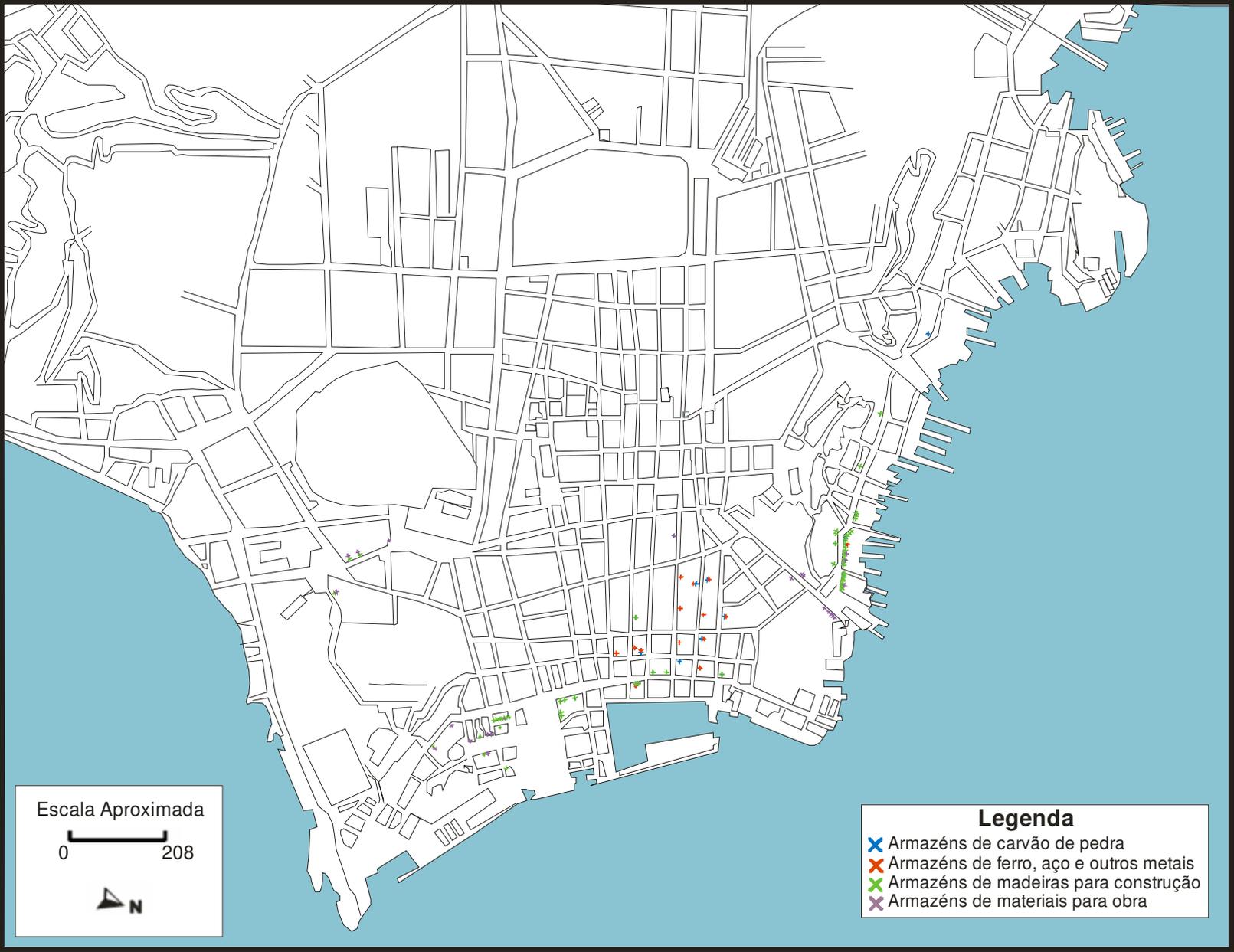
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 9: Armazéns de Drogas, Medicamentos, Produtos Químicos e Farmacêuticos e de Móveis (1855)



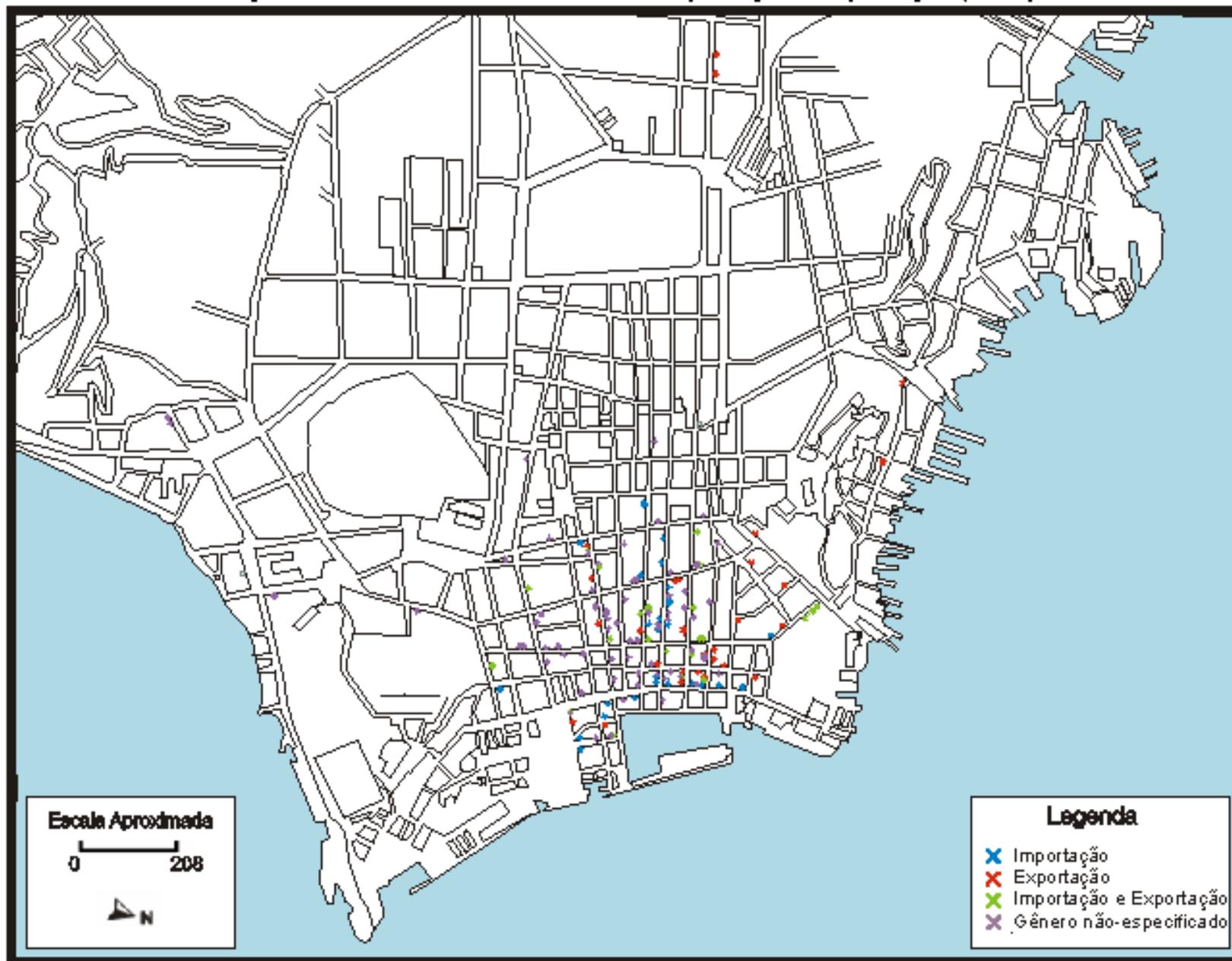
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

Mapa 10: Armazéns de Carvão, de Ferro, Aço e outros metais, de Madeiras e Materiais para construção (1855)

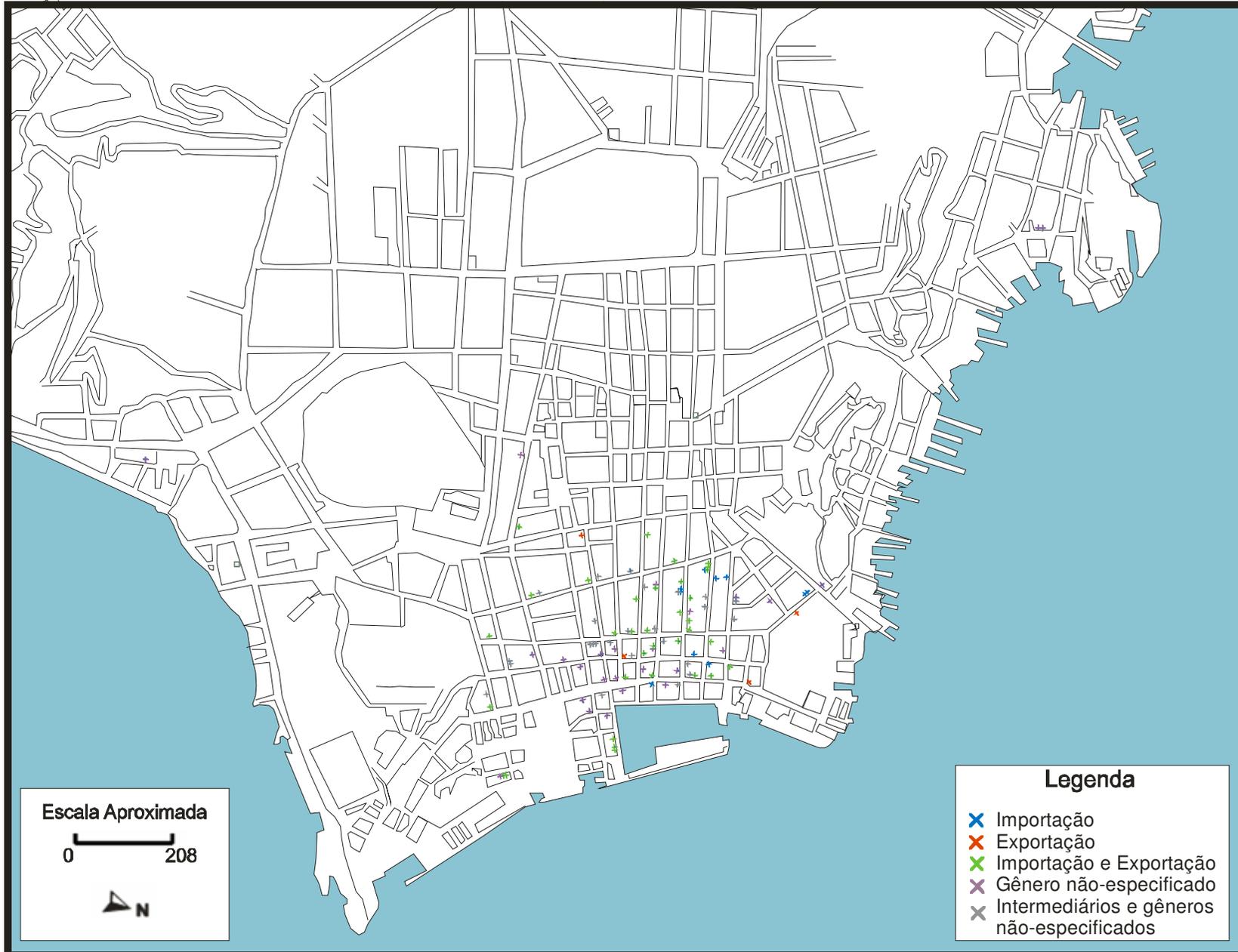


Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1855.

**Mapa 11: Comissários de Gêneros de Importação e Exportação (1900)**

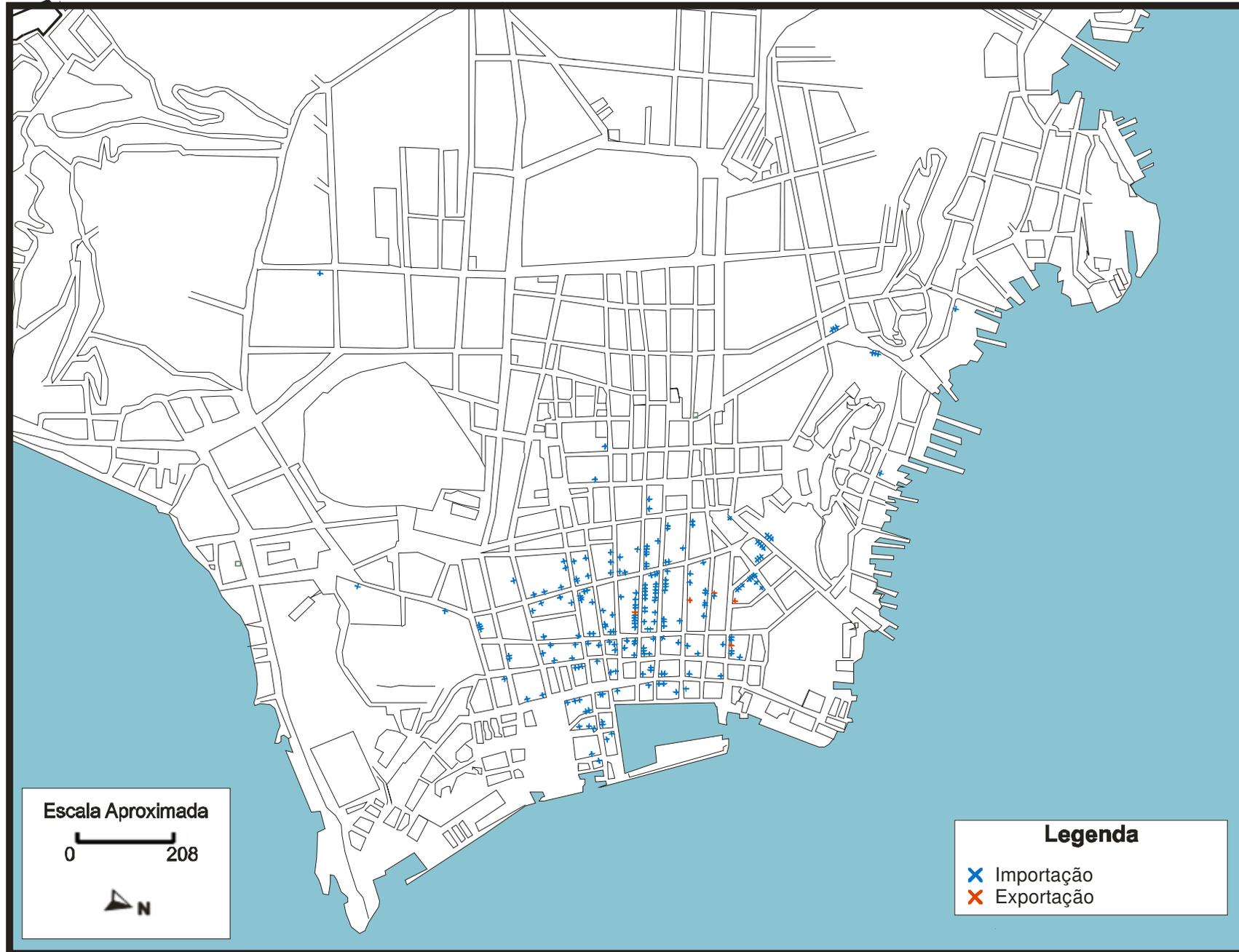


Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

**Mapa 12: Comissários e consignatários de gêneros de importação e exportação (1900)**

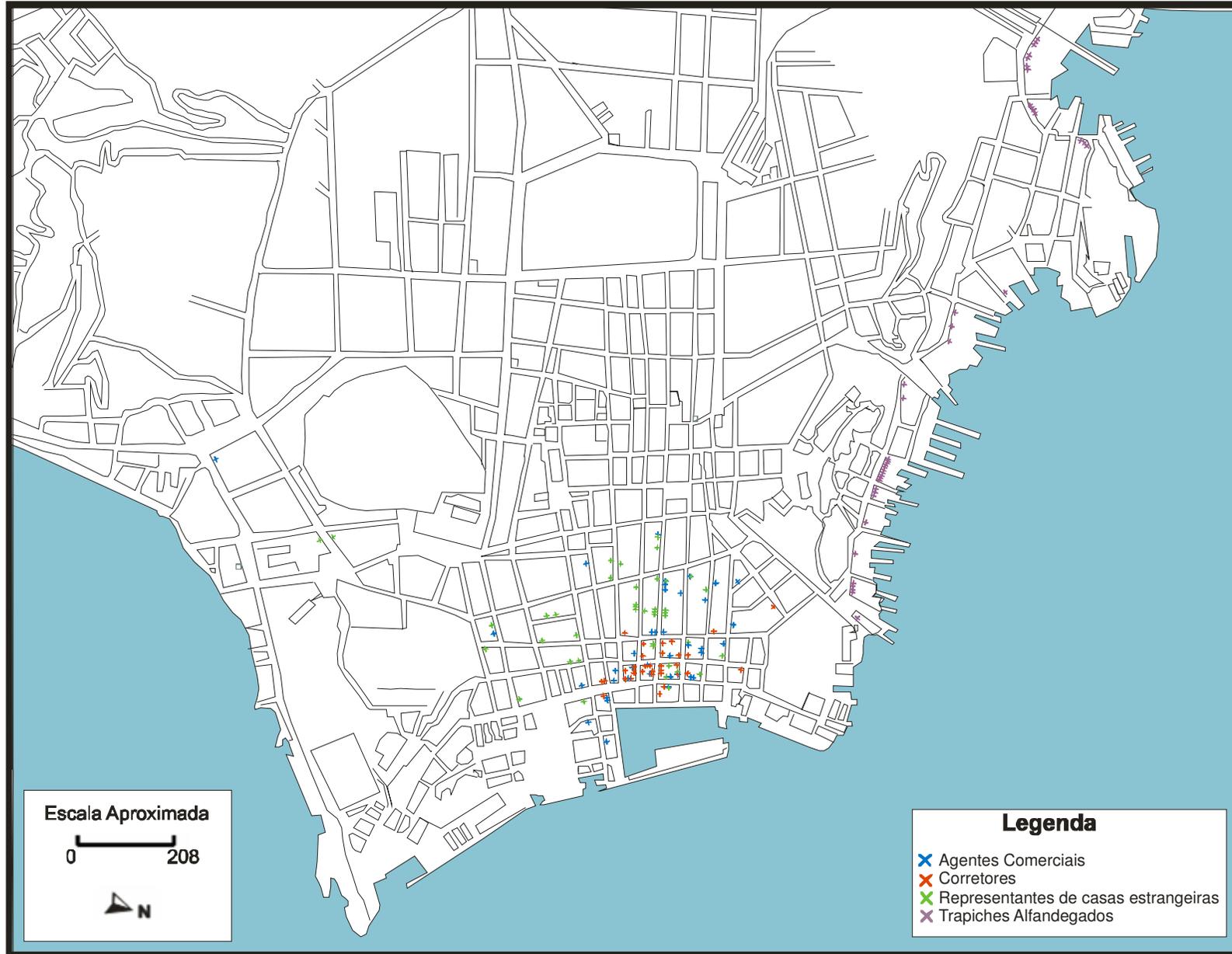
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 13: Intermediários não-especificados de Gêneros de Importação e Exportação (1900)



Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 14: Agentes Comerciais, Corretores, Representantes de Casas Estrangeiras e Trapiches Alfandegados (1900)



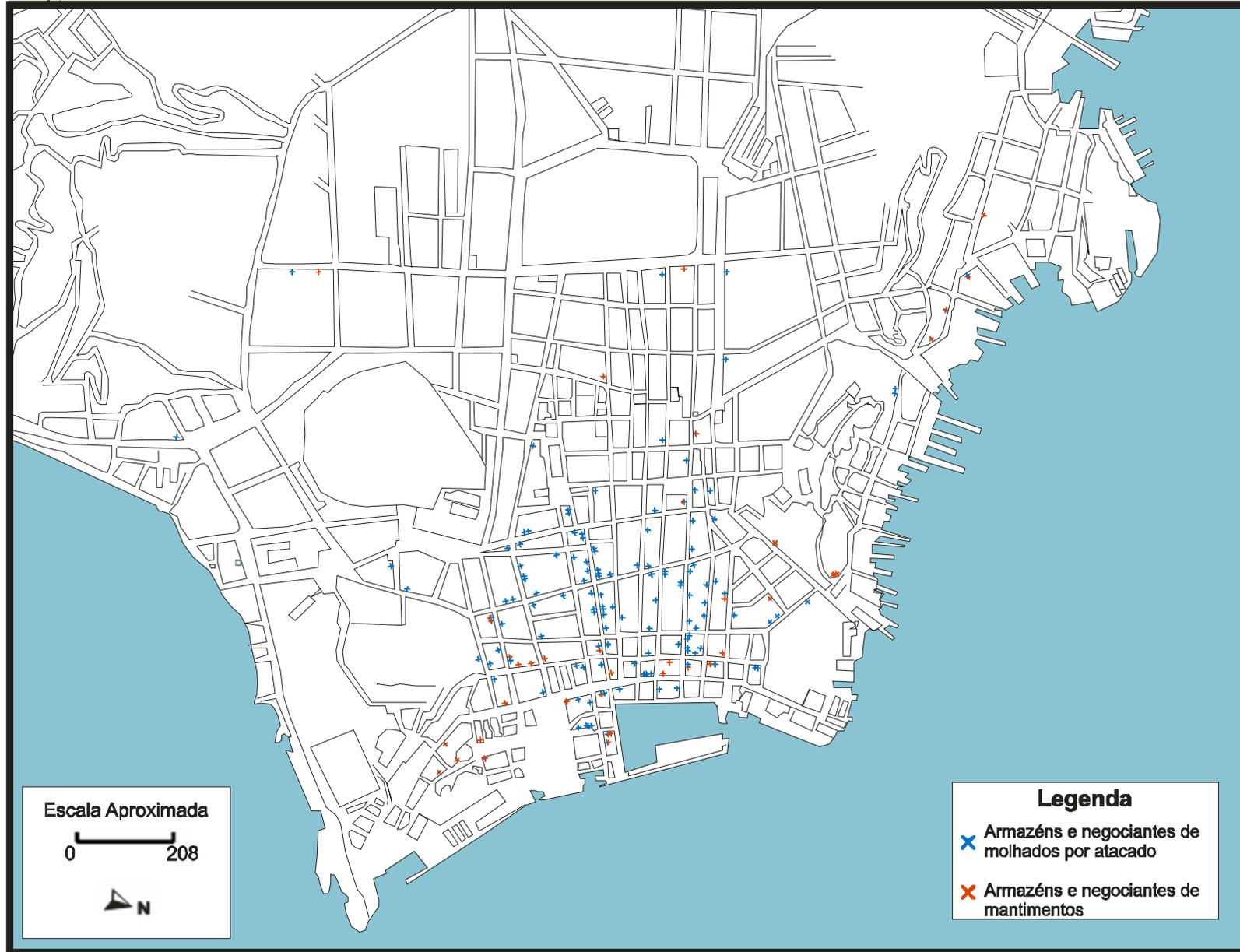
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 15: Armazéns de Açúcar, Farinha de Trigo, Sal e Carne Seca (1900)

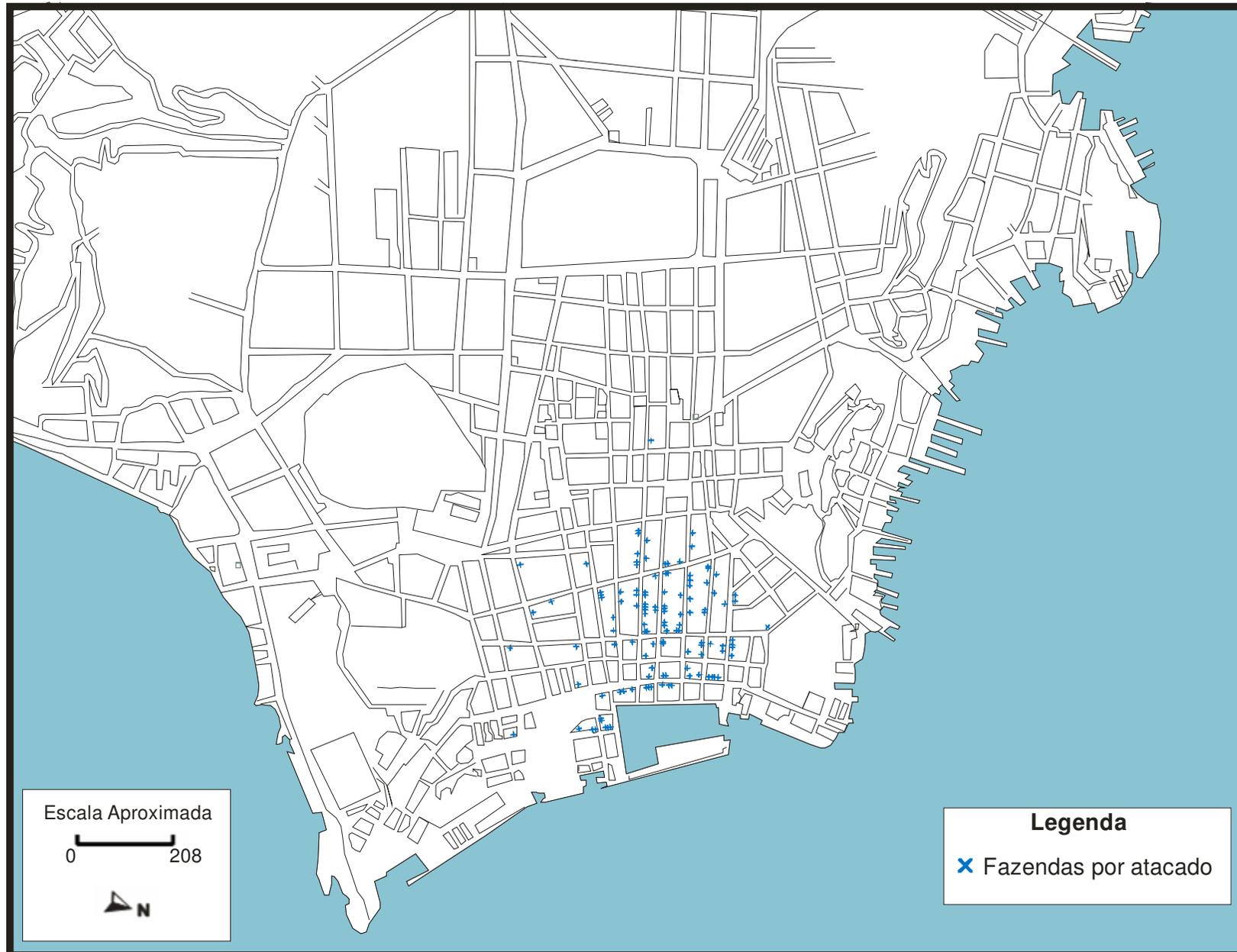


Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 16: Armazéns e negociantes de Molhados e Mantimentos (1900)

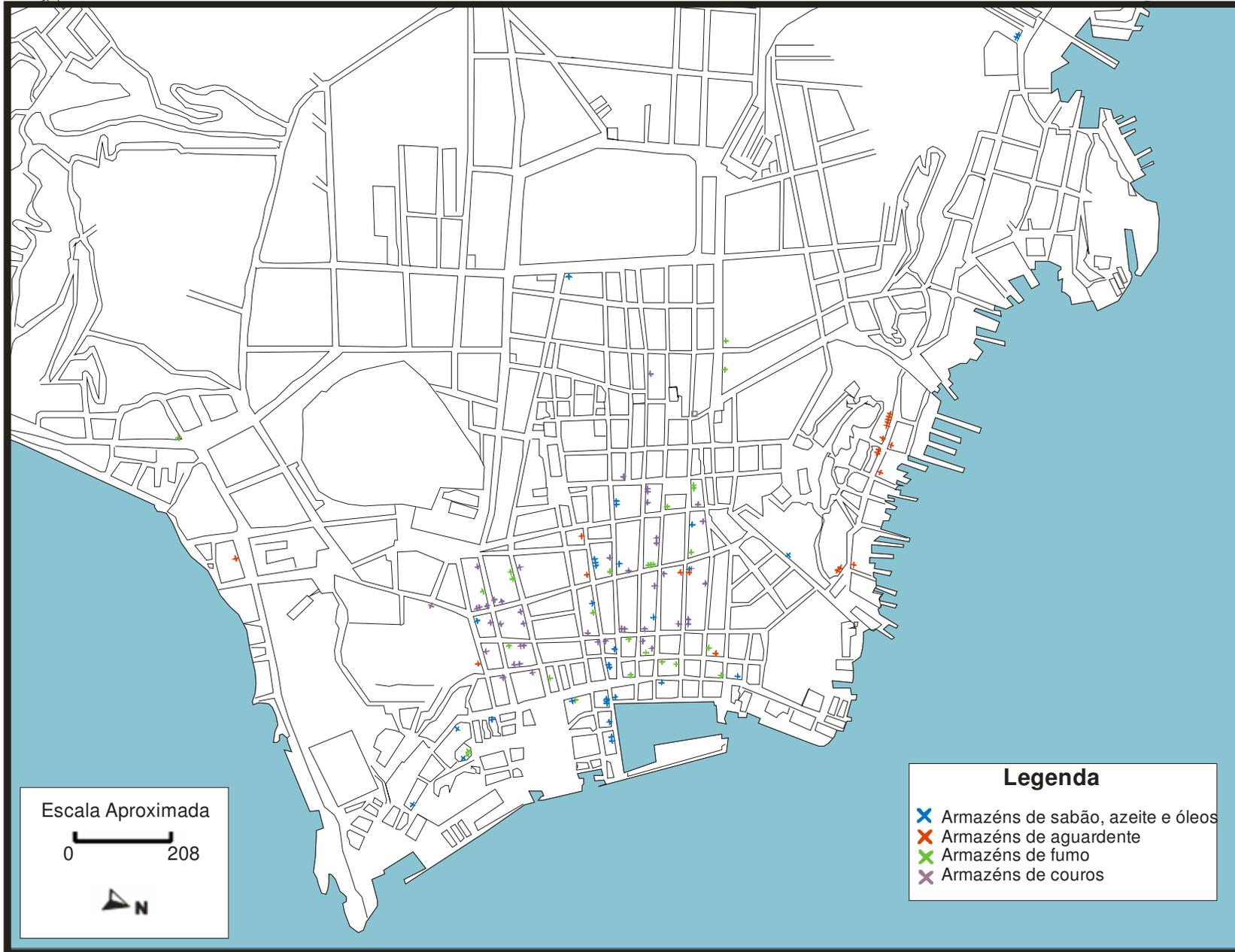


Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

**Mapa 17: Fazendas por atacado (1900)\***

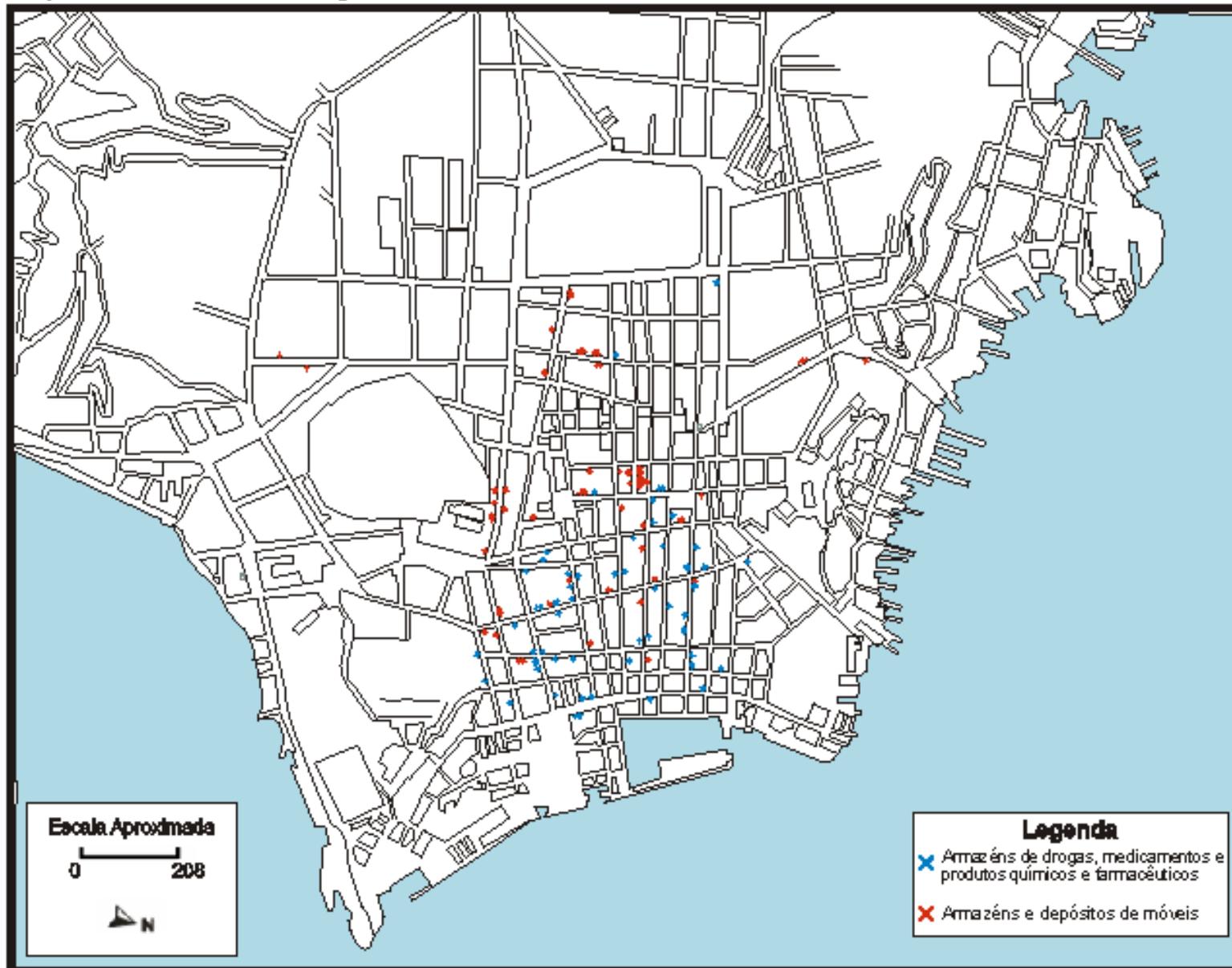
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 18: Armazéns de Sabão, Azeite e Óleos, de Aguardente, de Fumo e de Couros (1900)



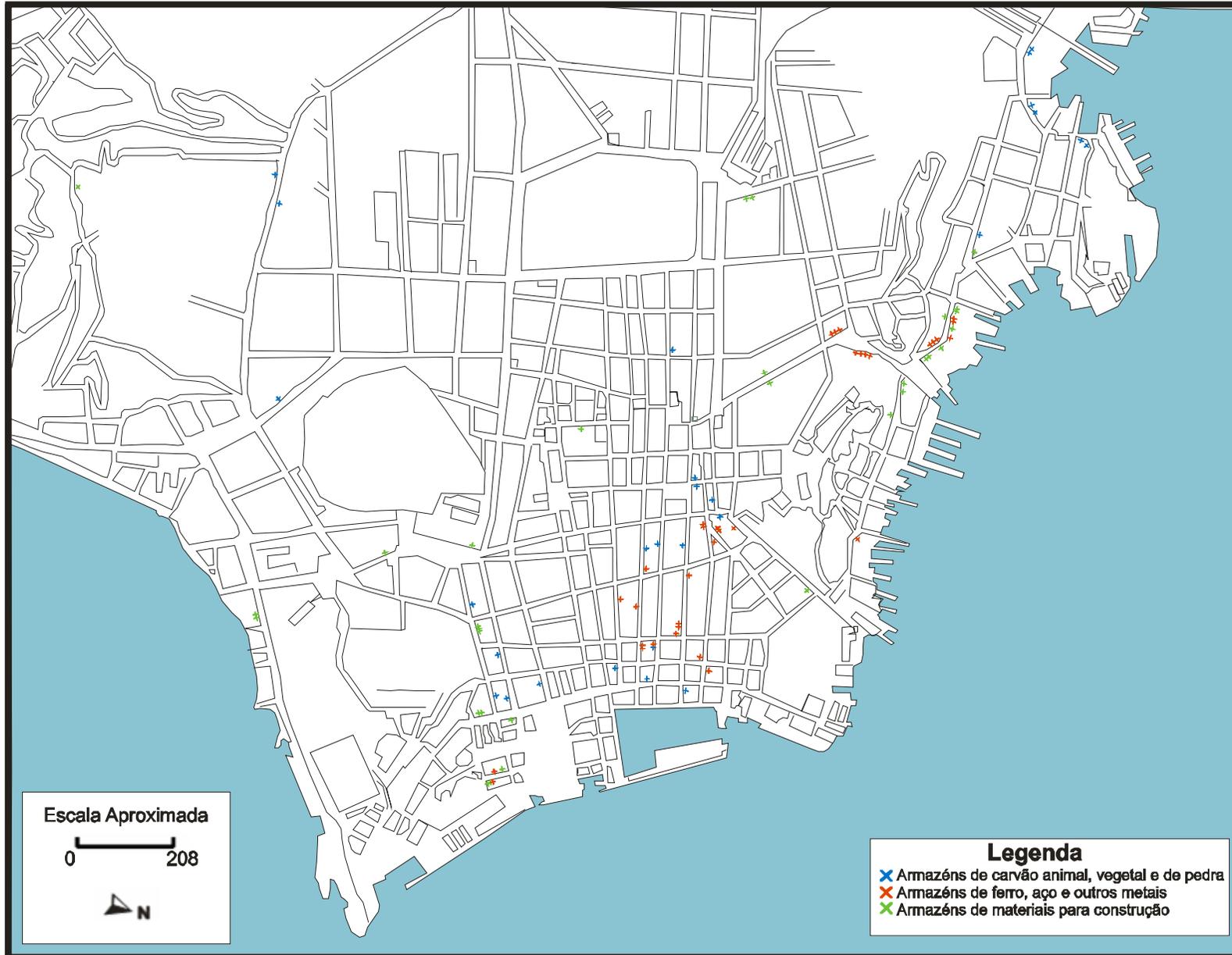
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

**Mapa 19: Armazéns de Drogas, Medicamentos, Produtos Químicos e Farmacêuticos e de Móveis (1900)**



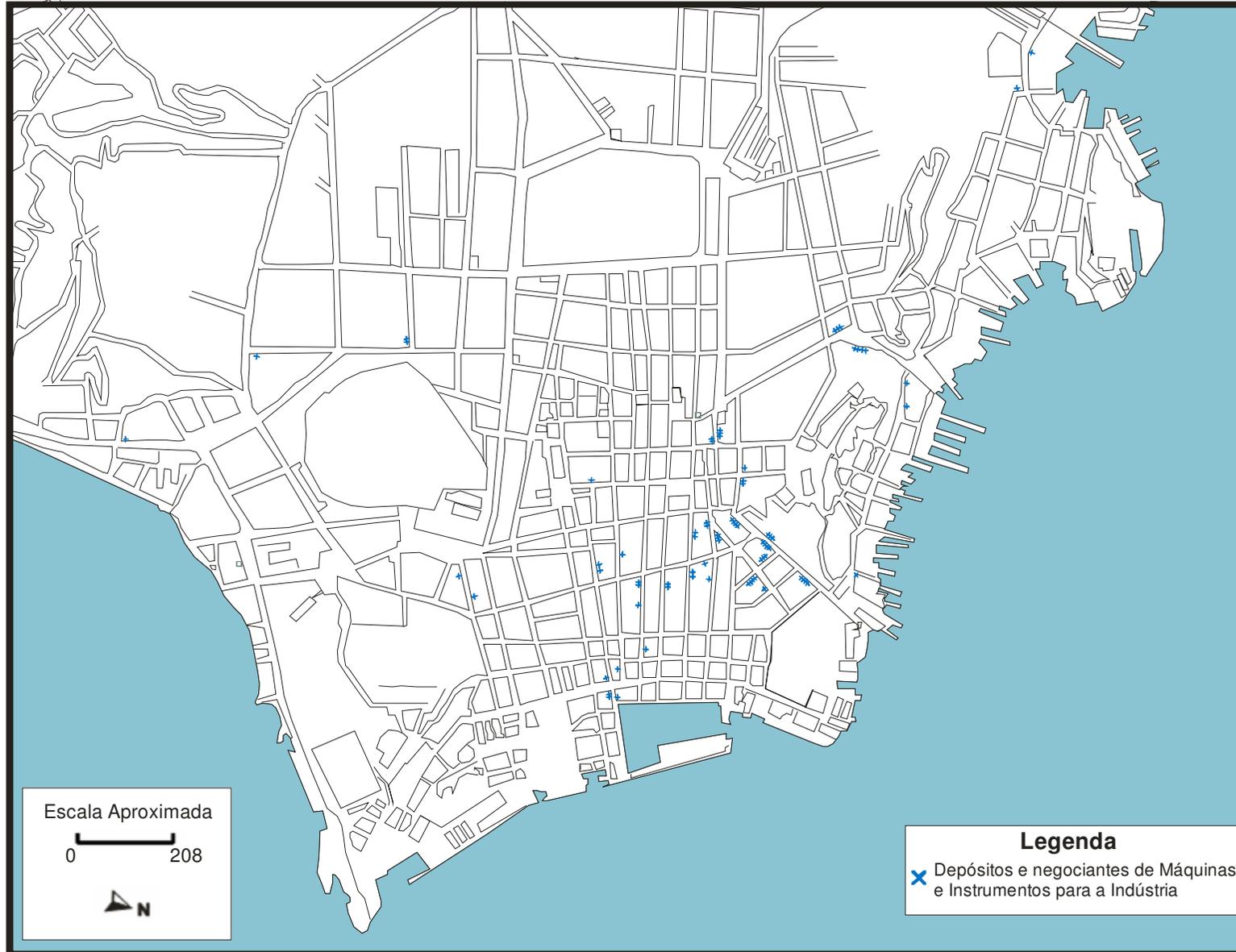
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 20: Armazéns de carvão, de ferro, aço e outros metais e de materiais para construção (1900)



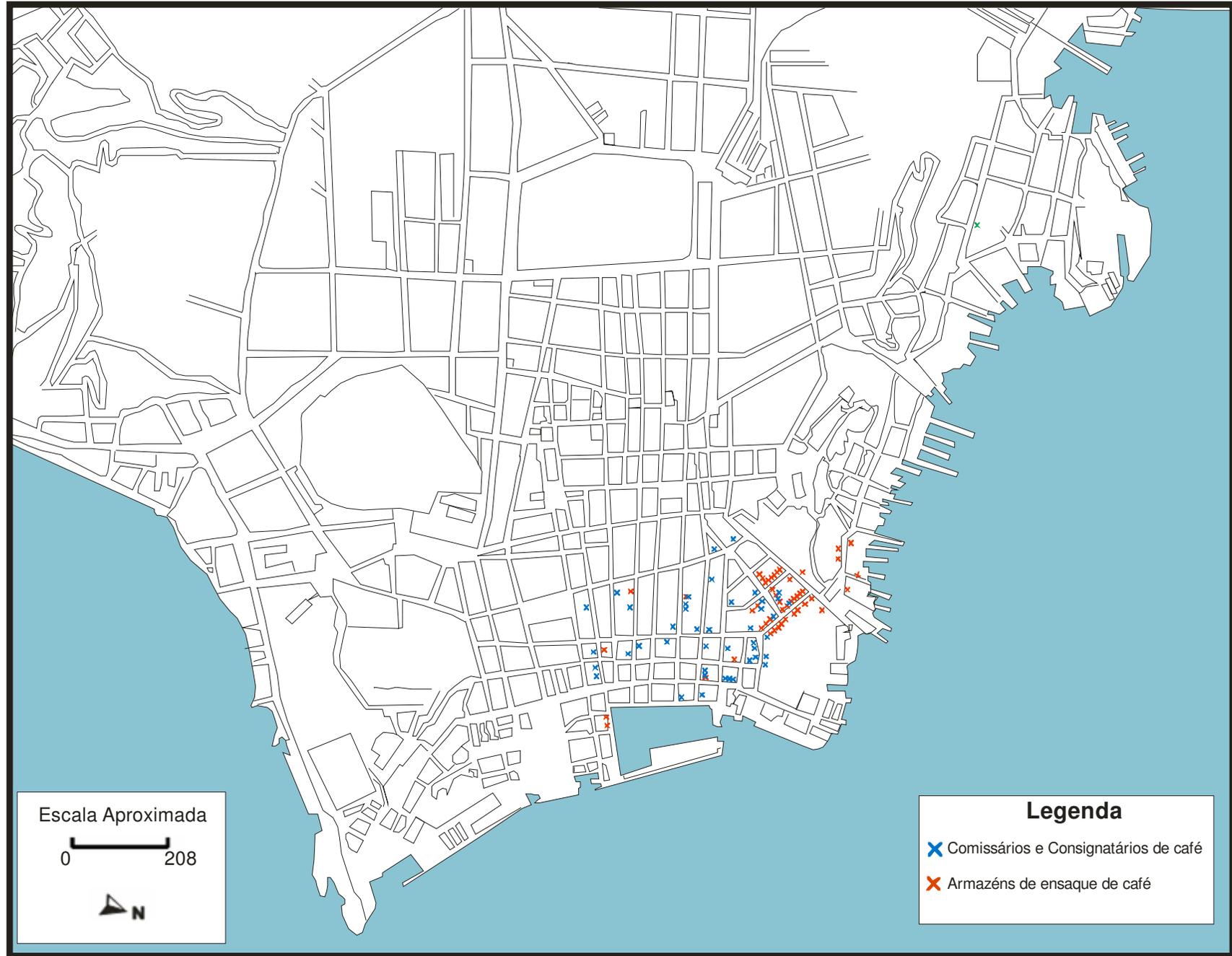
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

**Mapa 21: Depósitos e Negociantes de Máquinas e Instrumentos para a Indústria(1900)**



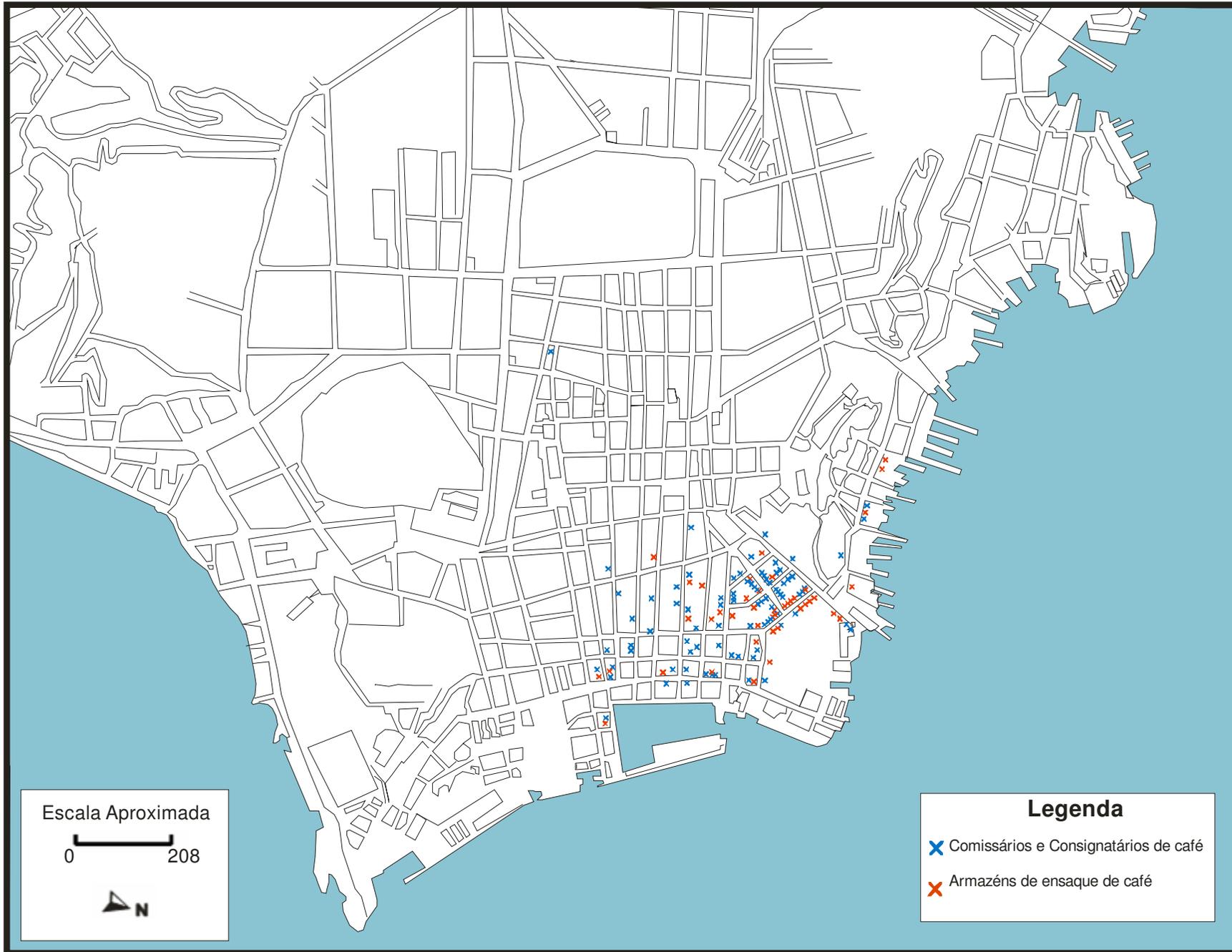
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 22: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1855)



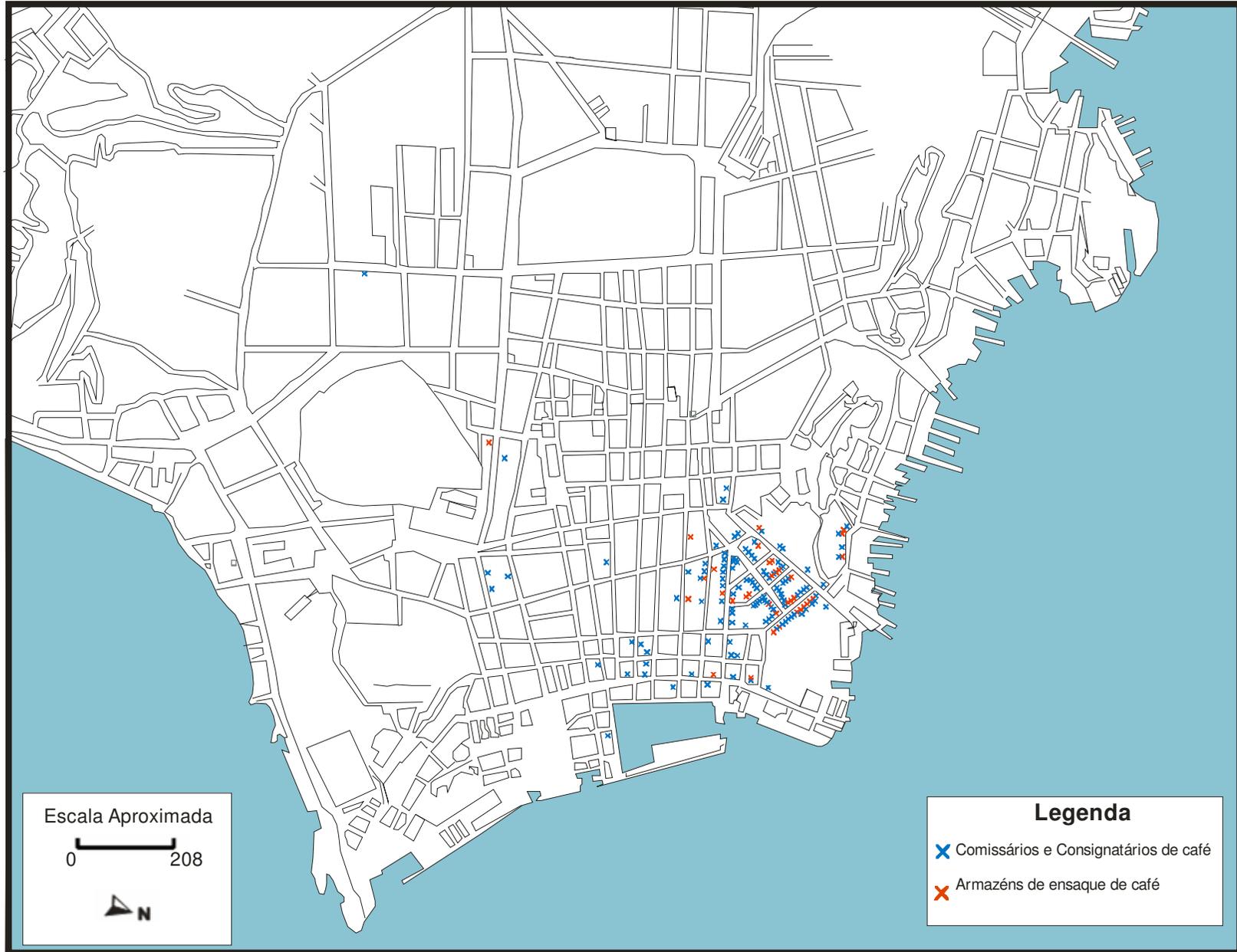
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 23 : Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1870)



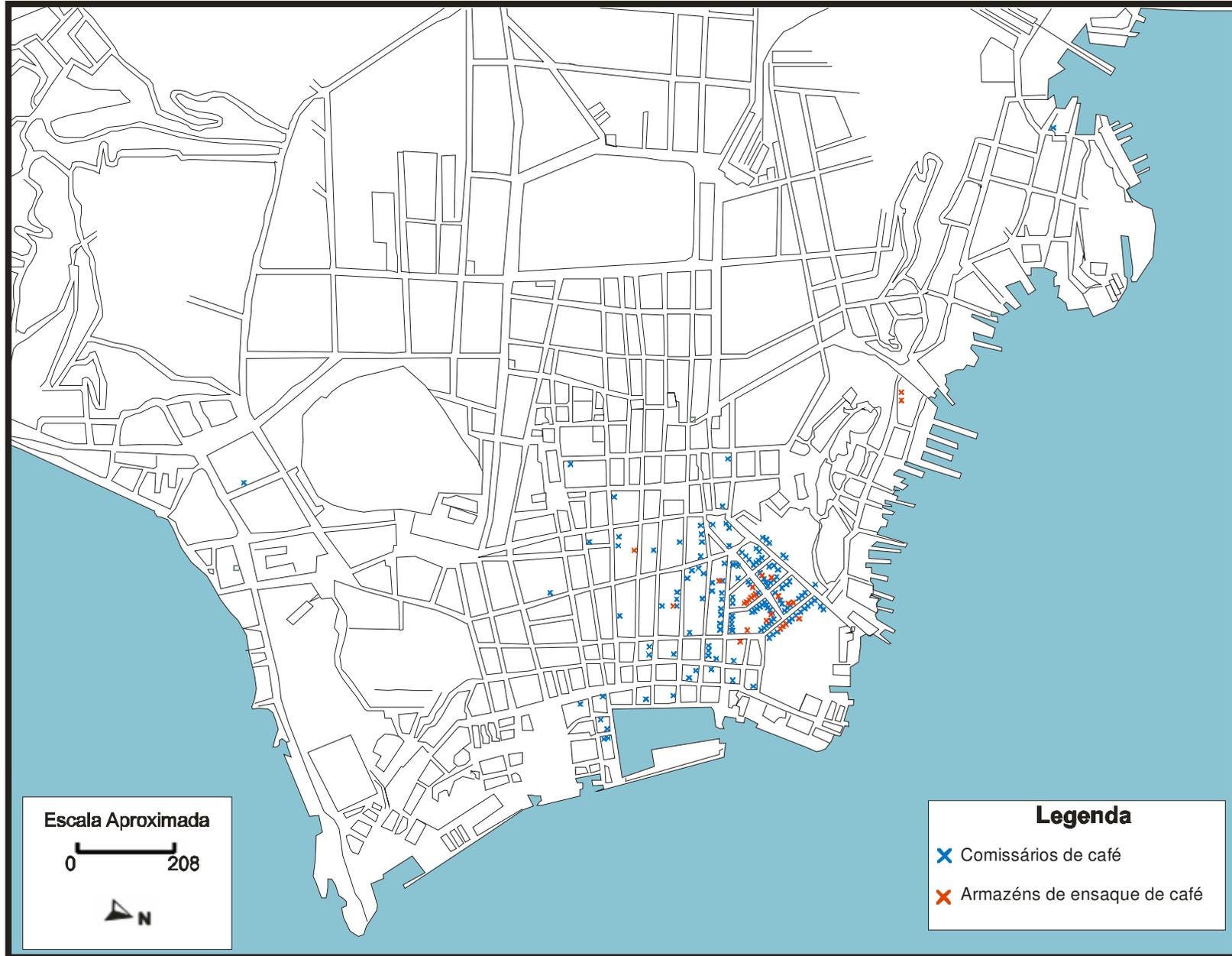
Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 24 : Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1885)



Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.

Mapa 25: Comissários, Consignatários e Ensacadores de café (1900)



Base Cartográfica: MOTTA (2001) / Fonte: Almanak Laemmert, 1900.